



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**HISTORIOGRAFIA DA ATUAÇÃO LIBERTÁRIA:
A PRODUÇÃO DOS ANOS 1980**

Allyson Bruno Viana

**Fortaleza
Maio/2002**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Allyson Bruno Viana

**Historiografia da Atuação Libertária:
a produção dos anos 1980**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de mestre em História Social à comissão julgadora da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Adelaide Maria Gonçalves Pereira.

Fortaleza
Maio de 2002

Allyson Bruno Viana

Historiografia da Atuação Libertária: a produção dos anos 1980

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em História Social no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, aprovada pela comissão examinadora formada pelos seguintes professores(as):

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Adelaide Maria Gonçalves Pereira

Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras

Prof. Dr. Antonio Luigi Negro

Aprovada em ____ de _____ de 2002

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas ajudaram-me, em momentos diversos, no difícil processo de elaboração desta dissertação de mestrado, às quais gostaria de expressar meus agradecimentos:

A todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho;

À Adelaide Gonçalves agradeço a orientação do trabalho, o carinho e a compreensão com que se dispôs a embarcar comigo nesta empreitada. Das discussões preliminares sobre o objeto de pesquisa, passando pelo amadurecimento das idéias, pela obtenção das fontes necessárias e pelo fundamental estímulo intelectual para sempre buscar um passo à frente, sua presença é marcante;

Sou grato ao professor Gisafran Jucá, meu orientador ainda nos tempos da graduação na Universidade Estadual do Ceará e nos primeiros momentos da pesquisa que agora apresento;

Agradeço aos professores que compuseram a banca de qualificação de minha pesquisa, contribuindo com sugestões e críticas: Eurípedes Funes, Frederico Neves e Sebastião Rogério Ponte;

Ao professor Norberto Ferreras, pela leitura cuidadosa e sugestões à minha pesquisa;

Na consecução das fontes indispensáveis para este trabalho agradeço a Francisco de Assis Diniz, Frederico Neves, Nildo Batata, Alexandre Samis, Josiane de Castro...

As professoras Margareth Rago, Helena Isabel Mueller e Regina Horta Duarte atenciosamente responderam-me questionário sobre suas pesquisas, colaborando para o alargamento dos suportes empíricos utilizados;

Aos companheiros de Idéias com quem estive durante o Encontro Internacional de Cultura Libertária, em Florianópolis (2000), com os quais participei de um proveitoso grupo de discussão sobre pesquisas em temas libertários. Sou grato a Jorge Silva e Tânia Batista pelo carinho da acolhida na bela Flóripa durante o encontro;

À turma do mestrado em História Social do período "2000-2002" devo a amizade, as primeiras discussões e o convívio neste período.

Eurípedes Funes, Frederico Neves, Ivone Barbosa, Teresinha Queiroz, Frank Ribard, professores do programa de pós-graduação e amigos.

Agradeço a todos os funcionários do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará e do Núcleo de Documentação Cultural –NUDOC, da mesma universidade;

À CAPES, pelo apoio financeiro à pesquisa.

Aos meus pais e familiares, fontes certas de carinho e apoio em todos os sentidos, responsáveis diretos pela superação de mais essa etapa de minha vida;

À Enilce, pelo companheirismo, afeto e incentivo constante. Sua presença me faz mais forte.

Fortaleza, maio de 2002.

Allyson Bruno Viana

RESUMO

Historiografia da Atuação Libertária: a produção dos anos 1980.

A pesquisa aborda a produção historiográfica acadêmica dos anos entre 1980 e 1989 sobre a influência das idéias e práticas anarquistas no Brasil, tendo por motivação inicial a renovação do interesse por este tema verificada a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, que se consubstancia nas várias pesquisas sobre o anarquismo geradas naquele período. Em um primeiro momento acompanha-se a trajetória e as tendências das abordagens sobre o anarquismo, buscando compreender suas linhas interpretativas principais e dimensionar sua influência para os estudos posteriores. Em seguida são analisadas as pesquisas da década de 1980, a partir de suas justificativas, escolhas temáticas, delimitações e objetivos. No terceiro capítulo, aborda-se o papel das leituras que influenciam esta produção historiográfica e examina-se a natureza dos seus suportes empíricos, bem como as abordagens particulares a estas fontes.

Palavras-chave: anarquismo, historiografia, anos 1980.

ABSTRACT

Libertarian Activity Historiography: 1980's production

This research is about academic historiography, between 1980 and 1989, over the influence of anarchist's ideas and practices in Brazil. This study has the initial motivation the renovation of the interest in this theme, verify in the last 1970's and first 1980's with a great volume of researchers working in this topic. In a first moment we studies the tendencies and topics about anarchism, trying to understand the principal interpretation lines and measuring the influence in posterior studies. In second place we analyze 1980's researches. We were begging with the justifies about thematic choices, delimitations and objectives. On third chapter, we study the role of the lectures that influences this historiography and examines the nature of its empirical contributions, and also particular approaches to the historical resources.

Key Words: anarchism, historiography, 1980's.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
CAPÍTULO I - Trajetória e Tendências do Estudo do Anarquismo no Brasil	20
1.1. A Produção Militante	25
1.2. A Interpretação Sociológica	37
1.3. O Início da Produção Historiográfica Acadêmica	45
CAPÍTULO II – Anarquismo e Historiografia: a pesquisa em questão	58
2.1. As escolhas temáticas: por que a atuação libertária?	66
2.2. Os eixos temáticos: as várias faces da atuação libertária ..	80
2.3. Os recortes cronológicos	94
2.4. As delimitações espaciais	99
CAPÍTULO III – Anarquismo e Historiografia: uma construção da memória libertária	103
3.1. As leituras	104
3.2. As fontes	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
FONTES PRINCIPAIS	180
FONTES SECUNDÁRIAS	181
BIBLIOGRAFIA GERAL	188

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Les idées nouvelles demandent des formes nouvelles et une interprétation nouvelle.”

**Ibsen.
(Lettre à Georges Brandes)**

No estudo “Historiografia da Atuação Libertária: a produção dos anos 1980” enseja-se a análise dos trabalhos produzidos no referido período, a respeito da influência de idéias e práticas anarquistas no Brasil, buscando um enfoque histórico e inserindo tais construções historiográficas no campo da produção de valores e práticas sociais que permeiam e constituem determinado contexto social.

A abordagem tem como base as teses e dissertações defendidas, entre os anos de 1980 e 1989, no anseio direto de voltar a atenção ao saber produzido pela Universidade brasileira, no período, com o intuito de melhor compreender os novos saberes produzidos sobre as influências e a presença do anarquismo no Brasil, num momento em que o próprio interesse pelo anarquismo e seus aspectos históricos parecem ter sido motivo de um reavivamento. As teses e dissertações foram privilegiadas frente a outras categorias de trabalhos acadêmicos - como os artigos em revistas especializadas - por representarem a consubstanciação das pesquisas, dentro das especificidades de cada programa de pós-graduação e por serem o resultado que chega ao maior número de pessoas, quando objeto de publicação.

A problematização inicial para esta pesquisa nasce da constatação desta revalorização da temática do anarquismo, perceptível principalmente desde o início da década de 80. Numa conjuntura particular, em que convergem a redemocratização do país e o surgimento de novos interesses de pesquisa, no campo da História Social, e mesmo o reaparecimento das

idéias anarquistas desde o fim dos anos 60, o anarquismo passa a ser tema de dissertações e teses no universo acadêmico. Ao passo que ganha visibilidade, esta produção historiográfica mostra-se sensivelmente diversa daquela produção anterior que privilegiou o mesmo tema, seja nas conclusões sobre a presença do anarquismo no Brasil, seja nas perspectivas analíticas de que se utiliza para construir o conhecimento histórico.

Minhas indagações iniciais eram duas: primeiramente, saber as motivações deste reaparecimento do anarquismo, não mais como expressão dos movimentos sociais de outrora, mas como tema de pesquisas acadêmicas, a maioria delas construídas sob o signo da reavaliação. Em segundo lugar, importava-me qualificar as diferenças fundamentais entre esta produção historiográfica e aquela anterior, buscando, sobretudo, as conclusões sobre a relevância das práticas e do pensamento libertário para as lutas operárias das décadas iniciais do século XX e, atentando para o processo constitutivo da produção dos anos 1980, compreender os níveis de inflexão dessa diferenciação, desejando conhecer suas perspectivas analíticas distintas.

O transcorrer da pesquisa e o trabalho direto com as fontes influíram, de maneira, decisiva para a modificação de alguns enfoques construídos a priori. De início pretendia fazer a identificação e análise da produção historiográfica da década de 80 sobre o anarquismo de maneira comparativa, destacando as linhas interpretativas e as conclusões de trabalhos recentes sobre a atuação libertária, opondo-os àquelas da produção anterior.

Colocava-se, de certa forma, a intenção de sublinhar o caráter de reavaliação pelo qual passou o tema do anarquismo, do qual por muito tempo, inclusive na historiografia, ouviu-se um uníssono condenatório. Haveria uma “reabilitação” do anarquismo nesta nova produção acadêmica? Essa era uma das questões que me importava explorar. No caminho da pesquisa, esse eixo de preocupações foi sendo alterado, no sentido de refletir sobre o lugar desta produção historiográfica da década de 80, nas abordagens sobre o anarquismo no Brasil, procurando entendê-la como fruto de uma conjuntura particular e possuidora de marcos teóricos e metodológicos específicos.

Devo dizer que não é objetivo desta pesquisa construir embate entre correntes historiográficas distintas, embora, às vezes, os paralelos sejam inevitáveis. A produção historiográfica dos anos 1980 possui também sua heterogeneidade e, apesar de seus traços comuns, não acredito possível enquadrá-la sob o signo de uma suposta reabilitação do anarquismo. O manuseio das fontes mostrou-me improvável essa homogeneização.

Sem esquecer as principais linhas interpretativas desta produção sobre a atuação libertária e suas conclusões diferenciadas (mas não tomando-as como preocupação basilar), entendo ser possível buscar, no próprio “corpo” destas pesquisas, os caminhos de sua diferenciação. São questionamentos e análises que podem ser levantados a partir das justificativas apresentadas pelos autores, para a escolha de tal temática; os recortes cronológicos e espaciais mais contemplados; o exame das categorias principais de fontes e a natureza de sua abordagem; o papel das leituras que aparecem como substrato das pesquisas, sejam teóricas, historiográficas ou aquelas da própria década e sobre o mesmo tema.

O recorte cronológico que privilegio justifica-se tendo em vista ser a década de 1980 o momento em que vai reaparecer o interesse pelo estudo do anarquismo, no mais das vezes, agregado aos estudos sobre o movimento operário (associação que também busco explicar); é também o momento em que são mais sensíveis as transformações, no campo de estudos da História Social, principalmente através da influência de perspectivas analíticas renovadas, que permitiram novo olhar para velhos temas, além da ampliação do horizonte, neste campo de estudos, fazendo aparecerem, como principais, temas em outros momentos relegados a discretas notas.

Em se tratando do tema do anarquismo, o espaço de dez anos é rico tanto em qualidade quanto em quantidade de pesquisas, malgrado a acentuada centralização dos cursos de pós-graduação, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, fator que tem também influência nas pesquisas, como observarei. Serão abordadas quinze pesquisas, entre teses e dissertações defendidas, no referido período, oriundas de três universidades paulistas (USP, UNICAMP e PUC de São Paulo), e de duas do Rio de Janeiro (UFRJ e da UFF).

O mapeamento desses trabalhos foi feito inicialmente a partir dos catálogos de dissertações e teses defendidas nos referidos cursos de pós-graduação e também a partir de indicações bibliográficas, recolhidas em pesquisas que contemplam o tema. Outros trabalhos serão utilizados, embora não com a mesma amplitude dos quinze principais, em vista de sua relevância para as abordagens sobre a temática da atuação libertária. São, no mais das vezes, teses e dissertações defendidas em cursos de pós-graduação em Ciência Política ou Sociologia, advindos do IUPERJ, USP e da UNICAMP. Como textos de referencia, não podem ser olvidados em pesquisa que se ocupa da produção historiográfica acerca da atuação libertária, gerada nos anos 80. Entre essas obras, estão as pesquisas de Yara Khoury, Francisco Foot Hardman, Ângela de Castro Gomes e Oscar Farinha.¹

Quanto às pesquisas tomadas como fontes principais, o critério de escolha principal foi temático. Buscavam-se, nestas obras, as abordagens históricas da atuação libertária. Em algumas delas, este tema é o principal, em outras, ele é tangenciado. Na maioria das vezes, são trabalhos sobre o movimento operário, na Primeira República, como observaremos, e contemplam desde a década final do século XIX até, freqüentemente, o início dos anos de 1930. Os temas são variados: o movimento operário, a educação e produção literária anarquistas, as biografias de militantes, colônias anarquistas, emancipação feminina, a disciplinarização da sociedade e a reação a ela, a imprensa libertária... A presença de idéias e práticas libertárias é o marco principal na escolha desses trabalhos, perpassando toda esta variedade de temas.

Além dessas fontes, a pesquisa aborda a bibliografia sobre o anarquismo que se refere à produção anterior sobre o tema, baseada em um enfoque histórico, reconhecendo ser a produção historiográfica dos anos 1980, de alguma maneira, tributária do que anteriormente foi escrito sobre o

¹ KHOURY, Yara Maria Aun. **Edgard Leuenroth: uma voz libertária. Imprensa, Memória e Militância Anarco-sindicalistas**. São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia – USP, 1988; NETO, Oscar Farinha. **Atuação Libertária no Brasil. A Federação Anarco-Sindicalista**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – IUPERJ, 1985; HARDMAN, Francisco Foot. **A Estratégia do Desterro (situação operária e contradições da política cultural anarquista/ Brasil, 1889-1922)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – UNICAMP, 1980; GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Vértice, 1988.

anarquismo. Algumas pesquisas posteriores àquelas dos anos 1980 são também contempladas, apontando para a continuação de certas perspectivas abertas pelas pesquisas desses anos. Faço uso, ainda, de outra categoria de fontes, ou seja, depoimentos dos autores das dissertações e teses, colhidos na forma de questionário. Serão utilizados os questionários de três destes autores: Margareth Rago, Helena Isabel Mueller e Regina Horta Duarte, todos obtidos por contatos via Internet. Visam, de modo especial, obter esclarecimentos sobre aspectos não muito explicitados no texto em si como, por exemplo, a repercussão da escolha temática no âmbito da instituição em que se realizou a pesquisa; ou quanto à recepção das novas perspectivas analíticas.

Parte dessas dissertações e teses permanece sem publicação, pelo menos em se tratando dos textos na íntegra, sendo ainda inéditas para um público mais amplo. Nestes casos, trabalho com os textos em seus formatos originais, geralmente mimeografados, e obteníveis nas bibliotecas das universidades onde foram defendidos. Nos casos em que o texto original foi objeto de publicação posterior, preferiu-se o último formato devido principalmente a maior facilidade de obtenção. Quanto às modificações que podem ter ocorrido nos textos, entre o trabalho original e a publicação, devem ser levadas em conta, à medida em que tais modificações sejam explicitadas no texto.

Os trabalhos que compõem a base empírica principal desta pesquisa, que julgo assim melhor destacar, são os seguintes:

Título		Autor
A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro		Carlos Augusto Addor
Categoria	Universidade	Orientador
Dissertação Mestrado	UFF	Victor Vincent Valla
Ano Defesa	Publicação	
1985	Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1986	

Título		Autor
Anarquismo, Movimento Operário e o Estado: suas relações no contexto da Primeira República (1906-1922)		Paulo Alves
Categoria	Universidade	Orientador
Dissertação Mestrado	PUC/SP	Antonio Carlos Bernardo
Ano Defesa	Publicação	
1981	Não publicada	
Título		Autor
A Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)		Silvia Maria Belfort Vilela de Andrade
Categoria	Universidade	Orientador
Dissertação Mestrado	UNICAMP	Michael Hall
Ano Defesa	Publicação	
1984	Juiz de Fora: EDUFJF, 1987	
Título		Autor
O Sonhar Libertário. O movimento operário nos anos de 1917 a 1920		Cristina Hebling Campos
Categoria	Universidade	Orientador
Dissertação Mestrado	UNICAMP	Michael Hall
Ano Defesa	Publicação	
1983	Campinas: Pontes, 1988	
Título		Autor
A Imagem Rebelde. A trajetória libertária de Avelino Fóscolo		Regina Horta Duarte
Categoria	Universidade	Orientador
Dissertação Mestrado	UNICAMP	Michael Hall
Ano Defesa	Publicação	
1988	Campinas: Pontes, 1991	

Título		Autor
O Movimento Operário na Primeira República: a atuação de Astrojildo Pereira		Suzete Bezerra Fernandes
Categoria	Universidade	Orientador
Dissertação Mestrado	PUC/SP	Leda Maria Rodrigues
Ano Defesa	Publicação	
1989	Não publicada	
Título		Autor
A Formação da Classe Trabalhadora. Movimento Anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911		Maria Conceição Pinto de Góes
Categoria	Universidade	Orientador
Dissertação Mestrado	UFRJ	Eulália Maria Lahmeyer Lobo
Ano Defesa	Publicação	
1984	Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988	
Título		Autor
Luto-Luta: O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro, 1890-1940		Bernardo Kocher
Categoria	Universidade	Orientador
Dissertação Mestrado	UFF	Eulália Maria Lahmeyer Lobo
Ano Defesa	Publicação	
1987	Não publicada	
Título		Autor
Caminhos de Maria Lacerda de Moura. (Contribuição à história do Feminismo no Brasil)		Miriam Lifchitz Moreira Leite
Categoria	Universidade	Orientador
Tese Doutorado	USP	Maria Thereza Shorer Petrone
Ano Defesa	Publicação	
1983	São Paulo: Ática, 1984	

Título		Autor
Fragmentos de Mulher (Dimensões da Trabalhadora – 1900-1922)		Eliane da Silva Lopes
Categoria	Universidade	Orientador
Dissertação Mestrado	UNICAMP	Maria Stella Bresciani
Ano Defesa	Publicação	
1985	Não publicada	
Título		Autor
Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920		Flávio Venâncio Luizetto
Categoria	Universidade	Orientador
Tese Doutorado	USP	Carlos Guilherme Mota
Ano Defesa	Publicação	
1984	Não publicada	
Título		Autor
Flores aos Rebeldes que Falharam: Giovanni Rossi e a utopia anarquista		Helena Isabel Mueller
Categoria	Universidade	Orientador
Tese Doutorado	USP	Laima Mesgrvis
Ano Defesa	Publicação	
1989	Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999	
Título		Autor
Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930		Luzia Margareth Rago
Categoria	Universidade	Orientador
Dissertação Mestrado	UNICAMP	Edgar Salvadori de Decca
Ano Defesa	Publicação	
1984	Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985	

Título		Autor
A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30		Zélia Lopes da Silva
Categoria	Universidade	Orientador
Dissertação Mestrado	UNICAMP	Déa Ribeiro Fenelón
Ano Defesa	Publicação	
1983	São Paulo: Marco Zero, 1990	
Título		Autor
A Vida Fora das Fábricas. Cotidiano Operário em São Paulo, 1920-1934		Maria auxiliadora Guzzo Decca
Categoria	Universidade	Orientador
Dissertação Mestrado	UNICAMP	Déa Ribeiro Fenelón
Ano Defesa	Publicação	
1983	Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987	

No primeiro capítulo deste trabalho, procuro traçar a trajetória e as tendências dos estudos sobre a atuação libertária anteriores à produção dos anos 1980, a partir da abordagem geral dos trabalhos que se ocuparam da temática do anarquismo ou que o contemplaram, de alguma forma, em trabalhos sobre temas mais amplos, notadamente as pesquisas sobre o movimento operário. Não se pretende analisar toda a produção historiográfica que já conta com mais de 40 anos, tendo em vista a delimitação própria da pesquisa proposta mas, antes, apresentar alguns dos principais trabalhos de cada tendência. Pretendo, a partir de trabalhos das diversas tendências, pelas quais passaram as análises sobre o anarquismo, expor seus principais raciocínios e compreender seus pressupostos analíticos.

Esta trajetória começa com a publicação das memórias de antigos militantes, passando pela chamada produção sociológica para, só então, chegar aos primeiros trabalhos historiográficos acadêmicos, já nos anos 70. Além dos trabalhos propriamente ditos sobre a atuação libertária, os balanços historiográficos acerca desta produção constituem material de pesquisa. Procuramos, na produção anterior aos anos oitenta, sobretudo, salientar suas conclusões sobre a influência do anarquismo nos movimentos sociais

ocorridos, no período da Primeira República, e buscar elementos para compreender as linhas interpretativas que as sustentam.

A proposta principal do segundo capítulo é tratar da incidência do tema do anarquismo em si, na produção dos anos oitenta, seja em pesquisas específicas sobre a atuação libertária, ou naquelas que tangenciam esse tema. Procura-se destacar quais aspectos desta temática são mais explorados, a ampliação dos territórios possíveis para a pesquisa sobre o anarquismo (principalmente a partir da exploração da noção de experiência em E. P. Thompson); as periodizações mais contempladas, os espaços geográficos mais abordados, bem como as novas propostas de recortes cronológicos e espaciais nesses trabalhos que aparecem como diversos daqueles usualmente adotadas na produção anterior. Objetiva-se salientar as principais justificativas da produção historiográfica dos anos oitenta para a escolha do tema do anarquismo, ou de temáticas afins; e salientar as aproximações temáticas entre as pesquisas desse período, bem como destes com a produção anterior.

O terceiro capítulo tem dois momentos distintos. Inicialmente pretende-se verificar as leituras mais freqüentes que influenciaram a produção historiográfica da década de oitenta, buscando destacar as novas influências de caráter teórico e metodológico para esta produção. Objetiva-se igualmente analisar a interpenetração das pesquisas do mesmo período e a importância das leituras de trabalhos das décadas anteriores à de oitenta. Busca-se compreender de que maneira estas leituras resultam em aportes teóricos e metodológicos diferenciados e no que estes diferenciam da produção anterior, contribuindo, desta maneira, para mudanças nas conclusões usuais sobre a influência do pensamento e das práticas anarquistas no Brasil.

Em segundo momento, busca-se o exame das fontes que formam o substrato da produção historiográfica dos anos oitenta, sobre atuação libertária. Pretendo abordar a ampliação da noção de documento e de suportes da memória e a interseção entre a memória coletiva e a individual que se efetivam no alargamento dos próprios objetos de estudos e favorecem a análise de novos campos da história operária e da trajetória do anarquismo. De modo especial, procurarei me deter no uso da imprensa operária como fonte

histórica, visto ser esta categoria de fonte a mais utilizada nos estudos aqui abordados.

A escolha em pesquisar sobre um tema ligado ao Anarquismo foi adjunta, em primeiro lugar, à minha afinidade com as idéias e práticas libertárias. Não sendo eu parte do contexto histórico em que o anarquismo foi uma realidade pungente, nas lutas sociais, desde logo, me deliciava com livros, revistas e jornais em que era narrada a experiência histórica do anarquismo e dos anarquistas. Livros, nem sempre fáceis de se obter, que me falavam da Comuna de Paris, Revolução Russa, da Rebelião de Kronstadt, da Revolução Espanhola de 1936, do ressurgir das bandeiras negras nas mãos dos estudantes, no Maio de 1968 de Paris e em outros lugares e, principalmente, das lutas operárias das décadas iniciais do século XX, no Brasil. Muitas vezes, a leitura de textos, sobre essa experiência histórica dos anarquistas, era até mais interessante que a leitura dos pensadores ácratas, como Kropotkin, Bakunin e Malatesta, antes de eu próprio perceber que os dois *fronts* da atuação libertária – a teoria e a prática – não podem nunca estar dissociados.

No período de minha graduação em história, pensando já numa temática e problematização que pudessem ser consubstanciadas em projeto de pesquisa, as leituras mais freqüentes passaram a ser aquelas sobre o movimento operário no Brasil, na então distante Primeira República, tal o volume de títulos que se pode encontrar acerca do assunto. Entretanto, devo dizer, em muitos desses livros, malgrado ser o anarquismo um dos temas recorrentes, ele terminava por ser ocultado à medida em que era apresentado. Em contrapartida, nos livros compostos a partir de pesquisas da década de oitenta, percebi uma relativização de algumas das premissas da produção anterior, além de tentar perceber as perspectivas analíticas distintas que os geraram. Nesse momento, o diálogo com minha orientadora foi também decisivo.

Este foi o mote inicial para propor-me uma pesquisa historiográfica que buscasse, no corpo da produção da década de 1980, os caminhos dessa diferenciação. Os temas, as fontes, as problematizações, os recortes cronológicos e espaciais, as leituras mais influentes são os canais para se captar as mudanças, na imagem histórica do anarquismo.

Justifica igualmente esta pesquisa a importância dos estudos sobre o *métier* do historiador, no seu sentido mais amplo, nos quais se problematiza o seu próprio “fazer”, ou seja, a arte de escrever a história. É de acordo geral entre os historiadores brasileiros que a sua produção voltada à reflexão teórico-metodológica é ainda restrita, mas este campo já percebe mudanças significativas, com o aperfeiçoamento e a produção de reflexões originais. No que tange aos estudos historiográficos, concordo com Ângela Castro Gomes quando anota com pertinência que

“(...) não se trabalha propriamente com um assunto, tema, objeto – seja a escravidão, movimento operário, enfim, qualquer tipo de temática ‘tout court’ – sem realizar-se uma espécie de história do campo de produção e debates desse tema.”²

A partir disso pode-se levantar problematizações sobre a maneira de cada estudo orientar sua investigação, ressaltando que pesquisadores trabalharam um determinado tema, que tipo de suporte empírico utilizou, quais as justificativas das várias pesquisas e seus objetivos, constituindo um suporte para pesquisas subseqüentes, contribuindo para reflexões posteriores sobre uma temática específica. Contribuem ainda para uma maior ligação entre os historiadores das várias regiões, o fortalecimento dos laços de colaboração entre estes, ligação esta que pode ser a base para a organização de colóquios científicos nacionais e inter-regionais, a constituição de acervos coletivos e, em si, a produção conjunta entre os historiadores.

Como afirma Ângela Gomes: “Nesses termos, o conhecimento sobre um assunto cresce, como cresce o conhecimento sobre aqueles que trabalharam com ele, por quê e em que condições o fizeram.”³

Este é, pois, o objetivo principal desta pesquisa: analisar a historiografia brasileira acerca do anarquismo, gerada na década de 1980, problematizando-a enquanto prática social de produção de conhecimento,

² GOMES, Ângela Castro. A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para pensar a nossa História. In: GUAZELLI, César Augusto Barcellos et alli. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000, p.22.

³ Idem, p. 22.

buscando captar os caminhos da distinção desta produção daquela que a antecede na abordagem do mesmo tema.

CAPÍTULO I - Trajetória e Tendências do Estudo do Anarquismo no Brasil

“Também o estudante de História ganha muito, por entender que tudo, inclusive e por excelência o conhecimento histórico, é uma produção datada. Por conseguinte, há sempre um certo elenco de conceitos disponíveis em determinado momento, o que faz com que a reflexão historiográfica tenha certas características, dialogue com outras e seja relida e retomada através do tempo, de maneiras diferenciadas.”⁴

No início dos anos oitenta, os estudos de História Social ganharam notável impulso no Brasil. Fruto do contexto sóciopolítico em que se combinavam o esgotamento do período ditatorial, a agitação popular pela redemocratização do país e o ressurgimento das manifestações operárias, na arena central das lutas sociais, as greves no ABC paulista, o aparecimento de novas formas de mobilização, tais como os movimentos de mulheres, negros, índios, punks, chamaram a atenção para outros pólos do combate social.

Por outro lado, com a organização e consolidação dos cursos de pós-graduação e de arquivos sobre a memória operária, e com o surgimento da perspectiva renovadora da História Social, emergiu novo interesse pelo estudo dos movimentos sociais e o anseio por se conhecer as lutas dos trabalhadores, em nossa história.

Sobretudo no espaço acadêmico, um dos produtores do saber histórico, tornaram-se constantes as pesquisas que ressaltavam a resistência dos oprimidos, os silenciados na história, os projetos que restaram inconclusos e, dentre elas, as venturas e desventuras do movimento operário brasileiro

⁴ GOMES, Ângela Maria de Castro. A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para pensar a nossa História. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos *et alli*. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed, Universidade/UFRGS, 2000, p. 24.

tiveram lugar de destaque, sendo este um dos temas mais recorrentes na produção historiográfica da década de 1980.⁵

Em meio a essas pesquisas que novamente trouxeram a classe trabalhadora como sujeito ativo na história, é possível perceber o ressurgimento do interesse pelo estudo da atuação libertária, cuja importância é constatável, no Brasil, não apenas no movimento das classes subalternas, durante o período republicano, de maneira mais significativa, antes de 1930, mas também em períodos posteriores.

O empenho acompanhou, por outro lado, o novo fôlego do anarquismo e do movimento ácrata em si, observável, sobretudo, a partir do fim dos anos sessenta, em que a emergência dos movimentos contraculturais, pacifistas e as críticas às burocracias do Leste europeu, bem como à chamada modernidade, constituíram eventos de grande relevância. É certo que o ressurgimento do interesse pelo anarquismo não conheceu a mesma amplitude em todos os países, pelos momentos históricos diversos que atravessavam. Ainda que em dimensões distintas, em vários países, a volta do interesse pelas práticas e idéias anarquistas denota, por si só, como observou George Woodcock, que estas seguem preenchendo necessidades sentidas pelos indivíduos, mesmo que não expressas abertamente.⁶

⁵ Sobre a história operária são vários os balanços historiográficos, dentre os quais pode-se citar: BATALHA, Cláudio. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 1998. DUTRA, Eliana Regina de Freitas e GROSSI, Yonne de Souza. Historiografia e Movimento Operário: O Novo em Questão. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, nº 3, 1986. ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997. VIANNA, Luís Werneck. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *BIB – Boletim informativo e bibliográfico de Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez/ANPOCS, volume 1 (edição englobando BIB de nº. 1 a 10), 1986. PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. *Anos 90. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, nº. 8, p. 62-78, 1997. GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge E. *A Bibliografia Libertária: O Anarquismo em Língua Portuguesa*. São Paulo: Ed Imaginário, 2001. DA COSTA, Emilia Viotti. Estrutura versus experiência. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. *BIB – Boletim informativo e bibliográfico de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, nº. 29, p. 3-16, 1990. PAOLI, Maria Célia. SADER, Eder. TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Ed Marco Zero, nº. 6, p. 129-149, 1983. WEFFORT, Francisco. Democracia e Movimento Operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*. São Paulo: CEDEC, nº 1, 1987. RODRIGUES, Leôncio Martins & MUNHOZ, Fábio. Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil. *Estudos CEBRAP*, São Paulo: s/e, nº 7, s/d.

⁶ WOODCOCK, George. *Os Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: L & PM, 1998, p. 52.

No que concerne à produção dos saberes acerca do passado, é também sintomático o início dos anos oitenta pelo fato de a historiografia, no Brasil, a partir de então, fazer uso, de maneira mais evidente, de novas perspectivas analíticas, na constituição do conhecimento histórico, sobretudo de avanços na área da História Social, que tem experimentado, a partir de então, um significativo alargamento do seu campo de interesse, motivada, entre outros, pela presença da historiografia marxista inglesa, que deitou influências significativas na história do trabalho, no Brasil.⁷ Desta maneira, os historiadores passaram a levantar novos problemas sobre a tradição libertária do movimento operário brasileiro. Por vezes, variaram seus eixos de atenção, privilegiando aspectos pouco ou até então inexplorados da atuação libertária, enfim, puderam reconstituir o passado, a partir de novas abordagens históricas.

Nas pesquisas acadêmicas, o interesse pelo estudo do anarquismo reaparece juntamente com os estudos sobre a classe operária. Para isso, a explicação não é desconhecida: é durante a Primeira República, nas lutas operárias ali travadas, que o anarquismo alcançou sua maior visibilidade no Brasil. Apesar de presente em outros períodos, este é o seu momento de maior influência, nos movimentos sociais, sendo improvável abordar a história da classe trabalhadora pré-30, sem fazer referência ao anarquismo ou ao anarco-sindicalismo.

A esse respeito, a assertiva de Christina Lopreato, em recente trabalho sobre a greve geral de 1917, em São Paulo, é pertinente:

“A relação entre o movimento operário e o movimento anarquista (...) é constitutiva do perfil de ambos, de sua identidade social e política. Nos primeiros 20 anos do século, o anarquismo alimentava o movimento operário e era por este alimentado.”⁸

É a experiência histórica da classe operária, durante o referido período, a mais freqüentemente abordada na produção historiográfica dos anos oitenta. Por isso falar da historiografia da classe operária, no Brasil, é também falar na modificação das interpretações concernentes à atuação libertária.

⁷ Sobre a recepção da historiografia marxista inglesa, no terceiro capítulo serão observados de maneira mais detalhada alguns de seus traços, a partir da presença de autores como E.P.Thompson e Eric Hobsbawm nas pesquisas históricas brasileiras dos anos 1980.

⁸ LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000, p. 217.

As mudanças interpretativas, nos estudos sobre a presença do anarquismo em nossa história, refletem, em certa medida, as próprias reavaliações pelas quais passaram as lutas operárias, em estudos mais recentes, mudanças que diagnosticam não apenas a modificação das matrizes teórico-metodológicas que se percebe, nesse campo de estudos, mas também a conjuntura política atravessada.

Por muito tempo, a tendência dos estudos sobre a classe operária, no Brasil, concentrou-se sobre as realidades de Rio de Janeiro e São Paulo, fortalecendo a imagem destes como “centros definidores de sentidos”, para usar a expressão de Sílvia Petersen. As razões desta postura podem ser buscadas na hegemonia econômica e política desses centros e na suposta maior existência de fontes acerca do movimento operário paulista e carioca. Petersen observa essa tendência com propriedade:

“A pesquisa acadêmica sobre a história operária brasileira originou-se em São Paulo e no Rio de Janeiro e não é preciso explicar as razões desse fato. Houve, no entanto, uma tendência de os autores estenderem ao ‘Brasil’ o que na verdade correspondia ao centro do país. Em outras palavras, o que era também um estudo regional (embora indubitavelmente da região política e economicamente hegemônica) ganhou uma dimensão nacional ou global. Rio de Janeiro e São Paulo foram constituídos como ‘centros definidores de sentido’ para a história operária do Brasil.”⁹

A força desta homogeneização é tão evidente que algumas pesquisas, fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo, por falta de base empírica sobre os contextos locais, acabam por incorporar as linhas interpretativas referentes a esses centros, constituindo, no dizer de Petersen, “formas inconscientes de reafirmar a dominação e as exclusões.”¹⁰ A condição de apresentação do regional, nesses casos, é a reafirmação de seu status de periferia e inferioridade, em relação aos centros usualmente abordados nos estudos sobre a classe operária e também sobre o anarquismo.

Petersen atenta, ainda, para algumas perspectivas que podem enriquecer os estudos regionais/locais, que já mostram sua fertilidade nos

⁹ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Cruzando Fronteiras: As Pesquisas Regionais e a História Operária Brasileira. In: ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 86.

¹⁰ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Op. cit., p. 88.

estudos dos anos oitenta. Um caminho interessante é se observar a própria circularidade das idéias que formavam o substrato da militância socialista, no início do século, que não conheciam fronteiras nacionais, tampouco regionais. A mão-de-obra, a militância operária, num esforço de levar as mensagens de organização e luta, e a própria imprensa dos trabalhadores atestam essa mobilidade. A autora aponta para o ganho que pode advir da interação dos resultados de pesquisas regionais, recuperando a dinâmica do próprio movimento operário.

É, pois, necessário que se faça uma abordagem geral das tendências da história da classe operária, no Brasil, para perceber as múltiplas tendências que pensaram a atuação libertária. É evidente que este trabalho não tem a pretensão de abarcar toda a produção referente ao tema, já com quase quarenta anos de análises e interpretações. Ao que aqui aspiro é, não à maneira de inventário, demonstrar as referidas tendências, principalmente por meio de alguns textos seminais, relevantes nas atuais análises dos historiadores, sobre a classe operária e a influência do anarquismo. Desejo, com isso, apreender determinados ângulos do processo de constituição da própria memória anarquista, entendendo a historiografia como elemento fundamental para tal constituição.

Deve-se aqui sublinhar que, mesmo enfatizando a distinção entre história e memória, suas articulações são perceptíveis. A ligação é mais forte por um motivo: uma vez que ambas remetem ao passado, a memória, que funciona como um suporte para a construção da história, é alimentada por esta, ao mesmo tempo em que a alimenta. Como no caso do anarquismo e do movimento operário, destacado por Lopreato, ambas concorrem para a definição dos próprios perfis. A historiografia, além de servir-se da memória como um de seus suportes, também constrói uma memória. Em meio às correntes interpretativas e analíticas que pensaram a presença do anarquismo no Brasil, essa memória, constituída e solidificada pelas abordagens acadêmicas, mostra-se como uma das mais fortes, sugerindo recortes, interpretações e sentidos. Mesmo para a memória do próprio movimento anarquista, essas abordagens são marcantes, de modo especial entre as gerações mais próximas, que têm a sua percepção do movimento “filtrada” por tudo o que já foi produzido a seu respeito.

É nessa relação que tentarei, aqui, pontuar aspectos da construção da memória anarquista, partindo do pressuposto de que tal construção foi e é objeto de disputas entre diversos grupos sociais, na busca de hegemonia que define a memória coletiva:

“(...) a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva ”¹¹

1.1. O início da historiografia do anarquismo: a produção militante

As análises pioneiras sobre o momento constitutivo da classe operária, em que vão se formando suas identidades, foram certamente aquelas contidas nas memórias de antigos militantes, aqueles que, de alguma forma, estiveram vinculados às lutas operárias. Na introdução do seu “Movimento Operário no Brasil (1877-1944)”, Edgard Carone, embora reconheça seu valor documental, avalia ser essa produção limitada pelo seu próprio caráter de “projeção pessoal”, por tratar-se geralmente de relatos dos episódios mais proximamente sentidos, destacando-se fases da vida e militância dos autores¹².

Ainda que tratando quase sempre dos acontecimentos que tocaram, de forma mais direta, seus autores, esses trabalhos são relevantes, sobretudo, para pontuar as sensibilidades de determinados períodos, sendo ilustrativos das continuidades e rupturas que vivenciaram seus autores. Alguns se pretendem mais abrangentes, por vezes, contendo relevantes informações. Mesmo porque a memória individual se articula com a memória social, coletiva, por sua própria natureza, buscando sua coerência com as experiências históricas que lhes foram contemporâneas:

¹¹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª ed., Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996, p.13.

¹² CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. 2ª ed., São Paulo: DIFEL, 1984, p. 1.

“Na validação da experiência do indivíduo, a conexão entre o passado pessoal e uma memória coletiva ou história pública determinam ou reiteram uma identidade que pode parecer frágil, mas que é continuamente nutrida pelo exercício da lembrança e por sua ligação a temporalidades passadas, a episódios de que não participamos, mas que ilustram um vínculo comum a homens e sociedade.”¹³

Com a intenção de mapear as análises relevantes para a produção historiográfica dos anos de 1980, tratar-se-á aqui da produção militante a partir dos anos 1950 e 1960. Algumas obras merecem maior atenção, como as de Everardo Dias, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão. Os dois primeiros autores pretendem abordar fatos que vão além de sua militância, enquanto as memórias de Brandão dizem respeito aos acontecimentos em que teve participação direta.¹⁴

O que os autores têm em comum é a tendência de, nos seus escritos, marcar a distinção com dimensões significativas de seu passado militante. Com passagem pela militância anarquista ou anarco-sindicalista, os três fazem questão de guardar sensível distância do anarquismo, denotando não apenas as transformações das lutas operárias, mas também de seus próprios posicionamentos posteriores.

¹³ PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. *Projeto História*. São Paulo: PUC, nº. 17, nov., p. 208, 1998.

¹⁴ Deve-se esclarecer que os nomes de Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Everardo Dias foram aqui privilegiados por se tratar de ex-militantes que, tendo vivido a militância anarquista, fizeram um esforço para interpretá-la, quando de seu novo posicionamento político. Seus livros, entendidos como um primeiro esforço de abordagem histórica sobre o movimento operário – pelo menos numa dimensão maior - são uma referência constante nas pesquisas sobre o tema. Como exemplo de memórias de militantes do PCB, em diversos períodos e além dos referidos, cito: BARATA, Agildo. *Vida de um Revolucionário (Memórias)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978; BEZERRA, Gregório. *Memórias (1900-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi (Memórias)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978; CORDEIRO, Cristiano. *Memória e História*. São Paulo: LECH, nº 2, 1982; LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982; _____. Mario Grazzini: militante operário. *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, ano I, nº 3, 1986; MAFFEI, Eduardo. *A morte do sapateiro: a saga dos anos 30*. São Paulo: Brasiliense, 1982; MORENA, Roberto. *História e Memória*. São Paulo: Novos Rumos, nº 4, 1988; AMADO, Jorge. *Homens e Coisas do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Horizonte, 1946; MOTA, Lourenço Dantas. *A História Vivida (entrevistas)*. São Paulo: OESP, 3 volumes, 1984; SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970; FALCÃO, João. *O Partido que eu conheci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988; LIMA, Joaquim Celso de. *Navegar é preciso*. Memórias de um operário comunista. São Paulo: Diniz, 1984; MARÇAL, João Batista. *Comunistas Gaúchos*. Porto Alegre: Tchê!, 1986; CORREA, Hercules. *A Classe Operária e seu Partido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; AMORJ/ CMF. *Batistinha, o combatente dos trilhos*. Rio de Janeiro: AMORJ, 1992.

Everardo Dias, no seu “História das Lutas Sociais no Brasil”, lançado originalmente em 1962, torna claro esse distanciamento. Tendo militado no movimento anarquista, nas primeiras décadas do século XX e, posteriormente, aderindo ao marxismo, Dias¹⁵ anota:

“Os anarquistas em seus trabalhos e na exposição de suas teorias sempre se mostraram privados de uma clara consciência de classe, resultado da concepção pequeno-burguesa desses dirigentes. Isso sempre nos separou dos anarquistas, pois nós marxistas sempre propugnamos a utilização revolucionária das forças do Estado a fim de lutar com vantagem pelo Socialismo, enquanto os anarquistas se opõem a tal utilização. Daí que tanto abominem a ditadura do proletariado”.¹⁶

Nas palavras de Dias, está clara a intenção não apenas de manter o distanciamento, como de expurgar o passado do qual ele fez parte. Dias fala da militância anarquista como se nunca houvesse sido parte dela, numa certa tática de ocultação que, mais à frente, interpretaremos com o auxílio de Georges Haupt. Com termos como “Isso sempre nos distanciou dos anarquistas”, Dias sepulta sua parcela de contribuição com as lutas sociais que tiveram alguma influência das idéias anarquistas. Para o autor importa reter somente sua militância posterior, apresentada sem contradições: “nós marxistas sempre propugnamos a utilização revolucionária das forças do Estado...”

Além disso, Dias aponta as vantagens da tática “marxista revolucionária”, que, preferindo a centralização, evita o “confusionismo” advindo das concepções que pregam o livre acordo e a descentralização, típicos das formas organizacionais dos anarquistas.

Mas é em Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, dois ex-anarquistas, que depois da adesão ao comunismo tornaram-se dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCB), que encontramos fenômeno típico da produção destes antigos militantes operários. É o que Batalha chama de histórias de “corte” ou histórias

¹⁵ Everardo Dias, militante espanhol, chegou ao Brasil ainda criança. Fez parte da Maçonaria e tornou-se um dos líderes do movimento anticlerical em São Paulo, tendo sido fundador e editor de um dos principais jornais dedicados a estas idéias, “O Livre Pensador”. Atuou junto ao movimento anarquista, tendo sofrido várias perseguições policiais e deportações. Ver mais em DULLES, John Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1977.

¹⁶ DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1977, p. 104.

“inaugurais”¹⁷. Dentre estas as mais comuns são as genealogias e trajetórias do Partido Comunista. São produções que dividem a história operária em dois períodos diametralmente opostos.

O primeiro período, no entendimento dos autores, é uma pré-história inconsciente em que a classe operária era fraca, pois formada, em grande medida, por mulheres e crianças, pequena em decorrência do caráter incipiente da industrialização e, ainda, guiada por uma liderança pequeno-burguesa, no caso, os anarquistas, a incontestável responsável pelas derrotas dos trabalhadores, nas primeiras duas décadas do século XX, período que corresponderia à uma “infância” do proletariado.

O segundo período se iniciaria em 1922, com a fundação do PCB, momento de corte que, segundo eles, inaugura o “período consciente” da classe trabalhadora e, conseqüentemente, sua própria formação enquanto classe, porque possuidora de liderança revolucionária e de um partido de classe, que supriria a ausência de estratégia política dos anarquistas, assim referidos pelos seus opositores.

Astrojildo Pereira¹⁸, militante social egresso do anarquismo que, em 1922, juntamente com outros nove ex-anarquistas e um socialista, fundou o PCB, assim avalia a atuação libertária, no período de agudas agitações de 1917-1920:

“As grandes greves e agitações de massa do período 1917-1920 puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica (...)

A bancarrota do anarquismo fora total e com ela ficou encerrado um largo período da história do movimento operário brasileiro. O conseqüente surgimento do Partido Comunista, ao mesmo tempo que assinalava o início de um novo período era também a revelação de que as lutas precedentes haviam produzido um rápido amadurecimento político da classe operária brasileira, que

¹⁷ BATALHA, Cláudio. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 1998, p. 147. A divisão das tendências dos estudos sobre a classe operária é a mesma sugerida por outros autores de balanços historiográficos sobre a história operária, dentre os quais o próprio Batalha.

¹⁸ Sobre Pereira ver: FEIJÓ, Martin Cesar. *O Revolucionário Cordial*. Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. Neste livro, Feijó faz um levantamento bibliográfico de fôlego, agrupando, além das obras de Astrojildo Pereira, uma vasta gama de obras sobre o militante. Feijó é autor também de *A Formação Política de Astrojildo Pereira, 1890-1920*. 2ª ed, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

*assim mostrava compreender qual o papel histórico que lhe caberia à frente da revolução social e nacional em marcha”.*¹⁹

No trabalho de Astrojildo Pereira, são claras as principais características da referida produção militante: expressa o sentido de missão conferido ao partido, é justificadora da política sindical e, no caso do exemplo acima citado, da corrente ideológica e das lideranças. Em Pereira, a ausência da tradição política decorre da ausência de uma direção verdadeiramente revolucionária, uma direção política, que se pode resumir em verdadeira “tradição marxista”. Desta forma, ao PCB caberia o mister de suprir estas lacunas:

*“O Partido Comunista do Brasil nasceu e cresceu, vive e viverá porque precisamente lhe cabe a missão, como vanguarda consciente da classe operária, de organizar e dirigir as lutas de todo o povo brasileiro contra a exploração econômica e a opressão política, pelo progresso do país e sua libertação do jugo imperialista, pelo socialismo.”*²⁰

Em “Combates e Batalhas”, publicado em 1978, Octávio Brandão²¹ faz um balanço de sua trajetória, da infância até sua deportação em 1931, em decorrência de sua militância social. No que se refere às lutas operárias das quais participou, as memórias de Brandão se assemelham ao ajuste de contas com o próprio passado, espécie de mea culpa, guardando semelhança com as “autocríticas” exigidas pelos Partidos Comunistas aos seus militantes sob alguma suspeição.

Particularmente crítico de sua militância libertária, entre 1919, quando chega de Alagoas ao Rio de Janeiro, e 1922, quando aceita os “21 pontos” da Internacional Comunista e desta forma é aceito pelo PCB, Brandão critica não apenas a ideologia anarquista. Também são alvos de críticas exacerbadas praticamente toda sua atividade enquanto militante socialista e mesmo seus ex-companheiros, inclusive de seu período comunista.

¹⁹ PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio Históricas e Políticos*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979, p. 61. O trecho acima citado faz parte do ensaio “A Formação do PCB”, aparecido em forma de livro pela primeira vez em 1962.

²⁰ PEREIRA, Astrojildo. Op. Cit., p. 61.

²¹ Sobre Brandão ver mais em AMARAL, Mansilla Amaral. Uma voz destoante no PCB: Octávio Brandão, militante e intelectual. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

Sobre as causas da hegemonia das correntes do socialismo libertário, principalmente o anarco-comunismo e o anarco-sindicalismo, no início do século, Brandão avalia que, no Brasil, esta possibilidade é ocasionada pela desigualdade, no processo de industrialização, demonstrando, inclusive desconhecimento das realidades socioeconômicas e mesmo políticas de outros países:

“O anarquismo é próprio dos países atrasados industrialmente, como o Brasil e os outros da América Latina, Portugal e Espanha (...)

O anarquismo floresceu no Brasil em 1917-1920, em consequência do atraso do país.”²²

Importa ressaltar que esta perspectiva de raciocínio estará presente em outra tendência da historiografia da classe operária: as chamadas “sínteses sociológicas”, que, em seguida, abordarei, em que não raro vão aparecer as associações entre as características da classe operária e o nível de desenvolvimento industrial que experimentava o país.

Brandão faz questão de marcar o distanciamento entre o anarquismo e o comunismo, afirmando que, no movimento operário do período anterior a 1920, não havia ainda uma teoria marxista-leninista, nem um Partido Comunista forte, capaz de dirigir, educar e organizar as massas trabalhadoras. Com isso, parece querer justificar sua própria adesão inicial ao anarquismo: não haveria, então, um front mais avançado para as lutas sociais. Após seu “amadurecimento” e da própria classe trabalhadora, é que Brandão pode dizer:

“No domínio da História, o anarquismo foi um desvio e um passo atrás, em comparação com a doutrina de Marx e Engels, nascida em 1848. (...)

Na política, o anarquismo não passou de um desvio de “esquerda”, cheio de verbalismo “revolucionário”. Condenou todas as formas de Estado. Não viu a necessidade do novo Estado socialista de transição.(...)

Reduziu, de fato, a luta dos operários à luta econômica e sindical. Recusou a luta no Parlamento e sua combinação com a luta extraparlamentar (...)

O anarquismo é responsável por toda uma série de derrotas do movimento operário e popular no Brasil, na América Latina, em Portugal, Espanha e Itália.”²³

²² BRANDÃO, Octávio. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1978, p. 209.

²³ BRANDÃO, Octávio. Op. cit., p. 210-211.

É interessante observar que um dos argumentos de Brandão, para provar a debilidade da ideologia anarquista, qual seja, a recusa da instância parlamentar e da via partidária, é ainda “moeda corrente” em vários trabalhos mais recentes aos quais me referirei, oriundos do espaço acadêmico, para justificar o que entendem como limites do anarquismo. Quanto a esta tendência e a possível reação a ela, na historiografia da atuação libertária dos anos oitenta, me deterei em seguida.

Octávio Brandão ainda enumera vários dos ex-companheiros e praticamente toda sua produção, consubstanciada em livros, panfletos e artigos vários e, para pessoas e escritos, expede o seu usual veredicto: “teve várias falhas”, “nunca foi marxista” ou ainda “não digeriu o marxismo”. Mesmo Astrojildo Pereira, responsável direto pela adesão de Brandão ao marxismo, tendo-lhe inclusive emprestado os primeiros livros marxistas, considerado um dos principais nomes da vanguarda esclarecida, teve um semelhante julgamento: “Nunca adquiriu a necessária base filosófica. Nunca estudou a sério o materialismo dialético.”²⁴ Por trás de questões pessoais que o punham em confronto com Pereira, está a necessidade de tecer autocríticas sobre o passado, integrando-se ao perfil exigido pelo Partido.

Esses três exemplares da produção militante, baseados nas memórias de seus autores, apresentam, além do estilo hagiográfico e a estratégia de ocultação deliberada, para os quais Georges Haupt²⁵ já apontara, a preocupação em criar uma cronologia própria, com os marcos que legitimam a trajetória das vanguardas e, em menor escala, da própria classe operária e a concepção da história francamente teleológica, na intenção de perpetuar convenções estabelecidas.

A intenção de exorcizar o “fantasma” do anarquismo é seu traço principal, acentuado em Pereira e Brandão. Esta produção funciona, pois, como espaço onde são dirimidas questões políticas e ideológicas, sempre aparecendo com caráter polêmico, como se os autores ainda ocupassem as tribunas de outrora, protagonistas que foram dos fatos que se preocuparam em relatar. É possível, pois, percebendo os sentidos autojustificadores das

²⁴ Id. *Ibidem.*, p. 228-229.

²⁵ HAUPT, Georges. *El historiador y el Movimiento social*. Madrid: Siglo Veinteuno de España Editores, s/d.

trajetórias militantes dos autores, reconhecer que estes trabalhos, “embora possuindo algumas informações interessantes, são fundamentalmente a expressão da crítica sectária aos libertários, um ajuste de contas dos autores com o seu próprio passado.”²⁶

Talvez não seja coincidência o fato de que três dos autores que são aqui destacados: Pereira, Brandão e Basbaum – que abordaremos em seguida – tenham sido vítimas do mesmo sectarismo que caracterizou suas obras, tendo em vista que sofreram, seguidos ostracismos e perseguições dentro do partido que construíram.²⁷ Prática semelhante àquela que utilizaram, para interpretar o passado de ascendência anarquista das lutas operárias, foi utilizada para calar suas vozes quando estas se fizeram indesejadas, evidenciando que a manipulação do passado não era ocasional mas, antes, estratégia política do PCB.

Essas características da produção militante não podem, no entanto, obscurecer a riqueza da participação política dos referidos autores. Suas militâncias se consubstanciam em inúmeros documentos que servem de suporte empírico para as pesquisas sobre o associativismo operário, no fim do século XIX e início do seguinte. A participação de Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Everardo Dias, sua atuação nos sindicatos, nas ligas, nos grupos editores, seus incontáveis artigos nas folhas operárias, seu papel de liderança em várias lutas dos trabalhadores, os jornais que fundaram constituem farto material para os pesquisadores que se voltam àqueles anos de fortes convulsões sociais. As peculiaridades de suas interpretações sobre seu próprio passado de lutas são elementos enriquecedores para se entender a dinâmica do movimento operário de que fizeram parte. São, por isso, imprescindíveis para o estudo desta temática.

Há ainda outro tipo de produção militante, buscando visão mais ampla dos acontecimentos históricos que, por isso, se baseia em outras fontes além

²⁶ GONÇALVES, Adelaide, SILVA, Jorge E. *A Bibliografia Libertária*. O Anarquismo em Língua Portuguesa. São Paulo: Ed. Imaginário, 1999, p.49.

²⁷ Sobre os “incômodos” sofridos por Pereira, Brandão e Basbaum dentro do PCB, ver respectivamente: FEIJÓ, Martín César. Op. Cit.; AMARAL, Roberto Mansilla. Op. Cit. e BASBAUM, Hersch W. *Cartas ao Comitê Central*. História Sincera de um Sonhador. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

das vivências pessoais. É o caso, por exemplo, da “História Sincera da República”, de Leôncio Basbaum.²⁸ Antigo dirigente do PCB e fundador da Juventude Comunista, no fim dos anos 20, o autor, quando trata do descenso da atuação libertária que antecedeu e estimulou a fundação do partido que integrou, aponta este acontecimento como marco da “elevação do nível político das massas”:

“O anarco-sindicalismo havia desempenhado durante alguns anos um papel positivo e progressista dentro do movimento operário. Sendo uma teoria tipicamente artesã, isto é, pequeno-burguesa, ela se adaptava à mentalidade operária do começo do século, ainda estreitamente presa às suas origens pequeno-burguesas.

*Superada agora pelos acontecimentos, pela experiência da luta diária, pela **‘elevação do nível político das massas’**, pelo desenvolvimento das grandes indústrias, teimava em sobreviver através da ação de alguns velhos líderes inconformados que não estavam compreendendo as novas contingências em que se debatia o proletariado.”²⁹ (grifos meus)*

Também com a intenção de ser uma história “geral”, há o livro de Boris Koval, “História do Proletariado Brasileiro (1867-1967)”. No que se refere à presença do anarquismo ou do anarco-sindicalismo e o sindicalismo revolucionário, suas conclusões pouco diferem das que apresentamos aqui. Todos os “tópicos” estão presentes: a hegemonia do anarco-sindicalismo, por se tratar de “doutrina pequeno-burguesa”, é creditada ao atraso econômico geral do país; o proletariado aparece como desprovido de suficiente experiência e capacidade política, por isso, pautava sua atuação na tática estreita da ação direta; por fim, as lições dos anos 1917-1921 convenceram os

²⁸ Basbaum não foi apenas um destacado militante dos primeiros tempos do PCB. Foi também um dos poucos intelectuais a se dedicarem a um esforço reflexivo e algumas vezes crítico da prática política de seu partido e também de perspectiva histórica. De sua numerosa obra de escritor, historiador, sociólogo e intelectual destacam-se: BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. 5ª ed., São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1986; _____. *A Caminho da Revolução Operária e Camponesa*. Rio de Janeiro: Calvino, 1934; _____. *Uma Vida em Seis Tempos (Memórias)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976; _____. *Caminhos Brasileiros do desenvolvimento: análises e perspectivas da situação brasileira*. São Paulo: Fulgor, 1960; _____. *História e Consciência Social*. São Paulo: Fulgor, 1962; _____. *O Processo Evolutivo da História*. São Paulo: Edaglight, 1963; _____. *Sociologia do Materialismo*. São Paulo: Obelisco, 1959; _____. *Fundamentos do Materialismo*. Rio de Janeiro: Epasa, 1944; _____. *No País dos Iugoslavos*. São Paulo: Edaglight, 1962.

²⁹ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. 5ª ed., São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1986, p. 214.

verdadeiramente revolucionários a admitirem as limitações da velha tática e a buscar nova orientação realmente revolucionária.³⁰

As memórias escritas, na maioria das vezes, sob a ótica revisada dos que querem “ajustar contas” com o passado são fontes ricas para pontuar as rupturas vividas por esses atores sociais. Também o ineditismo e pioneirismo tornam esta produção importante, abrindo espaço para matizes da história operária, em períodos em que apenas a história das classes dominantes era objeto de estudos.

Na produção militante que analiso há uma clara predominância da corrente comunista. Mesmo atualmente são comuns as histórias do PCB, embora, em nossos dias, seus autores freqüentemente não sejam ligados ao Partido Comunista.³¹ Esta preferência, nos estudos sobre a esquerda brasileira, pela história dos comunistas e do Partido Comunista não é, no entanto, restrita à produção militante. Em outros momentos da historiografia da esquerda, no Brasil, esta predileção continuou, como aponta Daniel Aarão Reis Filho:

“A rigor, um balanço dessa historiografia aponta para uma preferência muito clara em relação à história do Partido Comunista Brasileiro(PCB) e dos comunistas em geral; também os anarquistas foram muito contemplados e têm sido até hoje, embora menos. Sobretudo nos anos 70, houve uma série de estudos importantes de resgate da trajetória e da participação dos anarquistas, do movimento anarquista no Brasil. Mas de uma forma geral, tanto em termos das autobiografias, dos testemunhos, como em termos dos estudos acadêmicos, há uma preferência muito destacada pela trajetória do Partido Comunista e das organizações comunistas

³⁰ KOVAL, Boris. *História do Proletariado Brasileiro - (1857-1967)*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1982, p. 214. Sobre o anarquismo e anarco-sindicalismo ver os capítulos II e III.

³¹ Sobre a história do PCB ver, entre outros: CARONE, Edgard. *O PCB*. 3 volumes. São Paulo: DIFEL, 1982; CHILCOTE, Ronald H. *PCB: Conflito e Integração*. São Paulo: Graal, 1982; SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. São Paulo: LECH, 1981; KONDER, Leandro. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980; _____. *A Derrota da Dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*. Rio de Janeiro: Campus, 1988; DEL ROIO, Jose Luis. *A Classe Operária na Revolução Burguesa. A Política de Alianças do PCB: 1928-1935*. Belo horizonte: Oficina de Livros, 1990; PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro, 1922-1964*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984; REIS, Dinarco. *A Luta de Classes no Brasil e o PCB*. São Paulo: Novos Rumos, 1981; ZAIDAN, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990; CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ EDUFF, 1986; PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros. Memória e História do PCB*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1995; BRAYNER, Flavio. *Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco*. Recife: Massangana, 1989; SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na Gênese do Populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980.

*anexas ou decorrentes de cismas ou de dissidências no próprio Partido Comunista.*³²

É interessante ressaltar que a vasta publicação de memórias e de histórias do Partido Comunista desde o fim dos anos 70, sugerem, por si só, que esta organização e militantes, num período em que sua participação política torna-se mais uma vez visível, buscam marcar sua posição, refletir sobre o seu passado, para lançar-se no presente em que suas lutas podem ter algum âmbito de atuação, ou mesmo êxito. Interessa, pois, repensar caminhos para se apresentar à sociedade como uma alternativa política.

No caso das análises sobre as lutas operárias, com alguma marca das tendências que se identificavam com a ação direta, entretanto, o que parece continuar sobressaindo dessas análises é a justificação das escolhas tomadas. Desta forma, a condenação do anarquismo enquanto corrente política ultrapassada, a “infância do proletariado” ainda é um mister, mesmo que quase 50 anos separem o momento em que esta produção vem a público daqueles anos em que a atuação libertária teve participação notável na vida política e social do Brasil.

Na produção militante, do ponto de vista anarquista, destaca-se a extensa obra de Edgar Rodrigues, pesquisador da história do sindicalismo e do movimento operário. A obra de Rodrigues está longe da similaridade com as memórias dos antigos militantes do PCB, não se limitando aos episódios vividos pelo autor, mas constituindo-se numa história do movimento anarquista no Brasil. Tendo convivido com velhos militantes anarquistas, tais como Edgard Leuenroth e José Oiticica, sua obra se caracteriza por ressaltar o papel do anarquismo e do anarco-sindicalismo, no Brasil e em Portugal. Livros pioneiros sobre a atuação libertária, como “Socialismo e Sindicalismo no Brasil”, de 1969, e “Nacionalismo e Cultura Social”, de 1972, malgrado o tratamento de certo

³² REIS FILHO, Daniel Aarão. Um Balanço da Historiografia sobre a Esquerda Brasileira. In: ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 22.

modo maniqueísta dispensado ao anarquismo, são hoje obras de referência em pesquisas sobre o movimento operário, na Primeira República.³³

Antes de Edgar Rodrigues iniciar a sua vasta obra, no sentido da preservação da memória anarquista, houve esforços de militantes libertários para divulgar as idéias libertárias e sua trajetória histórica no Brasil. Nomes de destaque, nas lutas operárias e em outros campos da atividade ácrata, dedicaram-se à atividade editorial, não sem obstáculos, divulgando textos históricos, memórias, teóricos.³⁴ Sua atividade editorial, entretanto, não foi fruto de uma política de divulgação centralizada, à moda das memórias comunistas, sendo menos numerosa que aquelas.

Além da obra de Rodrigues, poucos casos há de memórias escritas por militantes anarquistas.³⁵ Como afirmam Gonçalves e Silva, as memórias de anarquistas que alcançaram boa dimensão em Portugal,

“(...) praticamente não teve paralelos no Brasil, onde são escassos os exemplos de autobiografias de militantes anarco-sindicalistas, embora se possa citar como exemplo as ‘Memórias de um Imigrante Anarquista’, de Friederich Kniedstedt³⁶, um ativo militante que atuou na Alemanha e no Brasil, e a coletânea ‘Velhos Militantes’, um trabalho coordenado por Ângela de Castro Gomes, resultante de pesquisas acadêmicas impulsionadas pelo crescente interesse em torno da história oral e das histórias de vida.³⁷

Assim, as memórias escritas, na maioria das vezes, sob a ótica revisada dos que querem “ajustar contas” com o passado, no caso dos militantes

³³ De Edgar Rodrigues ver ainda, entre outros: *Na Inquisição de Salazar* (1957); *O Retrato da ditadura Portuguesa* (1962); *Trabalho e Conflito (1906-1937)* (1977); *Breve história do pensamento e das lutas sociais em Portugal* (1977); *Novos Rumos (1922-1945)* (1978); *Alvorada Operária* (1979); *Os Libertários* (1988); *Os Anarquistas, trabalhadores italianos no Brasil* (1989); *Entre Ditaduras (1948-1962)* (1993); *Os Companheiros* (5 volumes) (1994/1997) e *Universo Ácrata* (2 volumes) (1999).

³⁴ Deve-se citar: MOURA, Maria Lacerda de. *A Mulher é uma Degenerada?* São Paulo: Typ. Paulista, 1924; _____. *Amai e não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932; OITICICA, José. *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963; _____. *Ação Direta*. Meio século de pregação libertária. Rio de Janeiro: Germinal, 1970; LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: Roteiro de Libertação Social*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963. VASCO, Neno. *A Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Rio de Janeiro: União dos Operários em Construção Civil, 1923.

³⁵ Apesar da constatação do número de memórias publicadas por militantes libertários, há que se anotar que o esforço, no sentido de trazer a público, essas memórias foi feito. Dois exemplos são os cinco volumes de *Os Companheiros*, de Edgar Rodrigues, publicados entre 1994 e 1997, e o livro de João Batista Marçal, *Os Anarquistas no Rio Grande do Sul*, publicado em 1995.

³⁶ Sobre Frederico Kniedstedt ver *Memórias de um Imigrante Anarquista*. Organização de René E. Gertz. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1989.

³⁷ GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge E. Op. Cit., p. 46.

comunistas, são fontes ricas para pontuar as rupturas vividas por estes atores sociais. Outros aspectos, lembrados por Batalha, tais como o ineditismo e pioneirismo, tornam essa produção importante, abrindo espaço para a história operária em períodos em que, apenas à história das classes dominantes, eram dedicados estudos³⁸.

1.2. A Interpretação Sociológica

Os anos sessenta inauguram outra tendência no estudo da classe operária. Informados pela perspectiva sociológica do estabelecimento de grandes sínteses, sobre a dinâmica do movimento operário, foram estes trabalhos acadêmicos que cristalizaram conhecidas explicações tais como: a origem imigrante da classe operária, sua importância para a propagação do anarquismo e sua hegemonia nas lutas sociais, pelo menos, até o início dos anos vinte.

A interpretação de Eliana Dutra e Yonne Grossi sobre esta tendência evidencia a importância da composição social da classe operária e a perspectiva de interpretar o comportamento da classe a partir de sua origem. Os imigrantes teriam dado o tom de combatividade ao movimento operário anterior a 1930, ao passo que, após esse marco, a composição notavelmente nacional do proletariado o tornaria pouco receptivo às ideologias revolucionárias:

“(...) o foco de suas análises baseia-se no estudo da origem social da classe operária. Tentam explicar o comportamento dos trabalhadores e o movimento operário pela origem da classe, detendo-se no papel dos imigrantes e nas conseqüências das migrações rurais. Como resultado, temos a tese de que a classe operária caracterizou-se pela combatividade na Primeira República, e que a presença do estrangeiro foi responsável por sua prática sindical autêntica. Por outro lado, o operariado pós-trinta teria se contaminado pela ideologia do populismo, fato que aliado à sua

³⁸ BATALHA, Cláudio. Op. cit., p. 148.

*origem rural e visão de mundo tradicional tornaram-no pouco receptivo 'a uma politização de conteúdo ideológico esquerdista'.*³⁹

Pela primeira das explicações, ou seja, a predominância da mão-de-obra imigrante, na composição da classe operária brasileira, pode-se diagnosticar que tal produção quase nunca excede as fronteiras de São Paulo e do Rio de Janeiro, contribuindo para a consolidação dos já mencionados “centros definidores de sentido”, incidindo na extrapolação e generalização das análises ao conjunto do país, uma das razões da “perspectiva empobrecedora” das histórias locais, no entendimento de Sílvia Petersen.⁴⁰

Texto clássico da corrente em destaque é “Proletariado no Brasil: Situação e Composição Social”, de Fernando Henrique Cardoso. Embora a abordagem contida nesse artigo não se limite aos anos da Primeira República, na sua pretensão de traçar um quadro analítico até os anos contemporâneos – a década de 1960 – a força de suas análises é tal que, em vários outros exemplares da chamada “interpretação sociológica”, podem ser encontradas algumas de suas linhas interpretativas. O mote principal da análise de Cardoso é que as “(...) peculiaridades da formação do sistema industrial brasileiro refletiram-se na constituição do proletariado tanto morfológica como funcionalmente.”⁴¹

Para Cardoso, na formação da classe operária, faltam condições de industrialização forte e constante, comprometendo a própria consciência que os trabalhadores podiam ter de suas condições de existência. Também é dado destaque à composição social do proletariado, de acentuada origem imigrante, originários de áreas rurais e com permanente expectativa de ascensão social que dificultava a organização e o movimento operários. Sublinha Cardoso que:

“(...) como não houve continuidade no ritmo de expansão do sistema industrial, senão depois da última guerra, a experiência vivida pelas camadas operárias nos momentos da formação do sistema fabril não chegava a decantar formas de comportamento e

³⁹ DUTRA, Eliana Regina de Freitas e GROSSI, Yonne de Souza. Historiografia e Movimento Operário: O Novo em Questão. *Revista do Departamento de História*. Belo horizonte: FAFICH/ UFMG, nº. 3, p. 130, 1986.

⁴⁰ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Op. cit., p. 88.

⁴¹ CARDOSO, Fernando Henrique. Proletariado no Brasil: Situação e Comportamento Social. *Revista Brasiliense*. nº 41, ano 1962. Texto originalmente publicado em *Sociologie du Travail*, (IV) Paris, abril de 1961.

consciência que pudessem definir de maneira estável a condição de proletário.”⁴²

Desta maneira, a falta de industrialização arrojada, no período anterior a 1930, deixou a classe operária de carente do tipo de relação social homogeneizadora de seu comportamento, que supostamente a “adestraria” – palavra de Cardoso – para o comportamento típico de proletariado. Após a Revolução de 1930, o advento das Legislações Trabalhistas que “roubaram a práxis proletária” abriu caminho para o sindicalismo atrelado ao Estado, mero apêndice do Ministério do Trabalho. E, nos anos posteriores, nos quais Cardoso identifica o verdadeiro desenvolvimento da indústria no Brasil, os trabalhadores, em sua quase totalidade nacional, não tinham valores de classe.

Voltando aos anos de “formação” do proletariado, o período anterior a 1930, em que a militância anarquista e anarco-sindicalista desempenhou papel importante nas lutas operárias, as conclusões de Cardoso são sintomáticas daquilo que, para o autor, pode vir a ser uma prática política conseqüente e exitosa:

“(…) pelas próprias condições de formação do operariado, tanto a consciência da situação como a organização do movimento operário restringiam-se a limitados setores das camadas trabalhadoras, o problema do Poder e a necessidade de uma consciência totalizante não chegavam, em geral, sequer a colocar-se, a não ser como questões meramente intelectuais entre os pequenos grupos da elite operária, formados pela variada gama de socialistas a que acima se faz referências. No conjunto, a ação operária estava condenada a ser, ao mesmo tempo, e ambigualmente, violenta e impotente.”⁴³

Em alguns aspectos, a análise de Cardoso parece antecipar trabalhos subseqüentes sobre o sindicalismo, principalmente na periodização sugerida que divide dois momentos distintos do comportamento operário. Esta matriz explicativa é apropriada, em certa medida, ao trabalho de Leôncio Martins Rodrigues, de 1966, que é exemplo marcante da tendência em foco. Em “Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil”, Rodrigues divide a história do movimento operário em dois períodos distintos, com um marco no ano de

⁴² CARDOSO. Fernando Henrique. Op. Cit, p. 101.

⁴³ Id. Ibidem., p. 112.

1930.⁴⁴ Entre esses dois momentos da história da classe operária, haveria visível mudança na sua composição social, o que, por sua vez, se refletiria na mudança também de seu comportamento político enquanto classe.

De acordo com as interpretações de Martins Rodrigues, antes de 1930, o que predominava era o operariado de origem estrangeira, sobretudo italianos, espanhóis e portugueses – o que atesta o foco desta análise na realidade paulista – de composição numérica fraca, sem participação política, cujos principais embates adotavam, como centro, a luta anticapitalista e a prefiguração de nova sociedade, ao invés de preocupações com problemas específicos da realidade brasileira. Era uma classe operária que, em consequência de seu caráter “alienígena”, termo bastante usado, vivia alheia aos assuntos do país que a acolhera.

Para Rodrigues, a mudança na composição social da classe operária, creditada às transformações estruturais da indústria nacional, favoreceu o declínio das práticas anarco-sindicalistas:

“Os trabalhadores europeus, mais qualificados e portadores de uma tradição de luta socialista e sindicalista, viram-se submergidos pela massa de operários nacionais, de qualificação profissional muito baixa e amiúde sem experiência de vida num centro urbano relativamente grande (...)

*Os grupos de trabalhadores dotados de **um ofício ainda próximo da atividade artesanal (...)** que na fase anterior davam o tom ao movimento sindical, de ideologia anarquista, passaram a segundo plano ante os trabalhadores das indústrias modernas, como **fição e tecelagem, mecânica e metalúrgica.**”⁴⁵ (grifos meus)*

Juarez Brandão Lopes é apontado como o pioneiro da elaboração das sínteses sociológicas, com os artigos publicados em 1960 (Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação) e 1961 (Relações industriais em duas comunidades brasileiras), republicados posteriormente no

⁴⁴ Ver análise sobre o livro de Rodrigues em: PAOLI, Maria Célia, SÁDER, Eder, TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Ed. Marco Zero, nº. 6, pp.129-149, 1984.

⁴⁵ RODRIGUES, Leôncio Martins *apud* MUNAKATA, Kazumi. *Algumas Cenas Brasileiras*. Campinas: Dissertação de Mestrado – UNICAMP, 1982, (mimeo.), p.3.

livro *Sociedade Industrial no Brasil* (1964)⁴⁶. Em outra obra, Juarez Lopes, em consonância com outros trabalhos do mesmo período (Cardoso e Rodrigues) ressalta a força das análises das sínteses sociológicas. Em *Desenvolvimento e Mudança Social - Formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*, divide o comportamento operário em dois momentos distintos, separados pelo progresso da indústria e pela modificação da composição social da classe trabalhadora. É reforçada a idéia da combatividade dos imigrantes em contraposição aos trabalhadores nacionais pouco inclinados às lutas e receptivos à legislação trabalhista e à cooptação por parte dos governos populistas. No que tange ao comportamento operário anterior aos anos 1930, Lopes assim repete as palavras de Cardoso:

*“Surgiram naquela época movimentos grevistas, débeis porém às vezes violentos, liderados por aqueles imigrantes que traziam da Europa experiência industrial e idéias anarquistas, anarco-sindicalistas, sindicalistas e outras, idéias essas lá então prevalecentes.”*⁴⁷

Tal qual Cardoso, Lopes ressalta que a ação dos operários, nessa fase, excluídos como estavam da participação própria no corpo social, oscila entre a violência e a impotência.

A concepção de que a ideologia anarquista era típica dos trabalhadores artesanais e que seria superada pelo desenvolvimento da indústria nacional, guarda relação com aquela presente nas memórias dos ex-membros do Partido Comunista que mencionamos⁴⁸. A idéia mesma, exposta acima, de que os imigrantes possuíam “uma tradição de luta socialista e sindicalista” será criticada na produção historiográfica posterior. Sobre esse continuum entre a produção sociológica e as conclusões post factum dos antigos militantes, Luís Werneck Vianna tece a seguinte crítica:

⁴⁶ BATALHA, Cláudio. *A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências*. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 1998, p. 148-149.

⁴⁷ LOPES, Juarez Brandão. *Desenvolvimento e Mudança Social*. Formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 158.

⁴⁸ A força desta associação entre trabalho artesanal e a ideologia anarquista, que já aparece nos pais do auto-proclamado socialista científico, se comprova pela sua permanência inclusive entre autores reconhecidamente libertários, como é o caso de NETO, Oscar Farinha. *A Atuação Libertária no Brasil*. A federação anarco-sindicalista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001. Este trabalho foi gerado a partir da dissertação de mestrado em Ciência Política defendida no IUPERJ em 1985.

*“Uma das características que informam essas investigações [as interpretações sociológicas] consiste no modo quase acrítico com que incorporam como suposto para suas análises as interpretações contidas em relatos memorialísticos, escritos ou não, de alguns importantes personagens que viveram a experiência sindical e operária na Primeira República”.*⁴⁹

José Albertino Rodrigues divide a história do movimento sindical e das lutas operárias em cinco períodos distintos: mutualista (antes de 1888); resistência (1888-1919); ajustamento (1919-1934); controle (1934-1945) e competitivo (1945-1964). No que classifica como período de resistência ressalta a atividade e influência dos anarquistas, salientando o caráter radical de suas estratégias de luta, ao passo que relativiza a “impotência” das lutas baseadas na ação direta. Ressalta a intensa atividade cultural e política revelada pelo florescimento de inúmeras organizações de classe, círculos de estudos, grupos editores, associações e sindicatos “de resistência”. Sobre a atuação militante deste período anota:

*“(...) os aspectos marcantes do período são dados pelos anarquistas, que constituíam o grupo mais ativo e aguerrido, conduzindo o movimento operário com obstinação e bravura, justamente numa época em que a violência policial foi das mais fortes. Não deixava de causar espanto aos novos dirigentes republicanos que as classes populares não se contentassem com o novo regime e exigissem mais do que ele podia dar.”*⁵⁰

Azis Simão, em “Sindicato e Estado”, de 1966, baseia suas análises sobre a trajetória do sindicalismo no Brasil, em uma pesquisa empírica criteriosa, restrita, entretanto, ao estado de São Paulo. O autor estuda os caminhos percorridos pelo sindicalismo, desde as primeiras organizações operárias até os anos quarenta, verificando, principalmente, sua articulação com o Estado e tendo, como eixo estruturante, a análise das matrizes

⁴⁹ VIANNA, Luís Werneck. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *BIB – Boletim informativo e bibliográfico de Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez/ ANPOCS, Volume 1 (edição englobando os ns. de 1 a 10), 1986.

⁵⁰ RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1968, p. 9.

doutrinárias e concepções ideológicas do sindicalismo da Primeira República. O trabalho de Simão é, por assim dizer, um caso à parte, dentro da literatura especializada do período, muito se afastando das perspectivas analíticas, escapando da visão empobrecedora do “determinismo econômico” comum às pesquisas que lhe foram contemporâneas.

Já na introdução de seu texto, Simão agrega o depoimento de Edgard Leuenroth, conhecido militante anarquista, que faz a apreciação das transformações vividas pelas organizações dos trabalhadores, que, malgrado não apresentar autocrítica sobre o passado e as transformações ocorridas com o sindicalismo, podem ter servido de elemento motivador para Simão buscar compreender essas transformações:

“Antigamente, a vida dos sindicatos estava no sentido da igualdade e na efervescência das idéias. Hoje, quando entro num desses grandes sindicatos, diante dos guichês que separam os operários dos funcionários e diretores, tenho a impressão de estar numa repartição pública. O corpo cresceu sem o espírito do verdadeiro sindicalismo.”⁵¹

Importante notar nas conclusões de Azis Simão, é que elas não incidem centralmente na usual explicação das determinações econômicas alargando o campo de estudo para a esfera política e, nesta, o papel do Estado. Sobre o descenso da influência libertária e a burocratização dos sindicatos afirma:

“Os obstáculos antepostos à continuidade do anarco-sindicalismo não surgiram apenas das mudanças ocorrentes na estrutura industrial, ainda ligeiras no fim do período estudado. Resultaram também da difusão de concepções estatais da ordem sócio-econômica e do inicial alargamento do poder do Estado...”⁵²

Ainda que se observem nesta produção, diferenças analíticas e de pesquisa empírica, persiste, grosso modo, o traço comum nas análises: as formas de realização do capitalismo dependente fornecem o substrato para explicar as modificações na atividade sindical e, em conseqüência, as mudanças nas atitudes da classe trabalhadora, em relação ao Estado e às classes dominantes.

⁵¹ SIMAO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Ática, 1981, p.2.

⁵² SIMAO, Azis. Op. Cit., p. 215-216.

Em “Algumas Cenas Brasileiras”, Kazumi Munakata aponta, num sentido crítico à “Sociologia do Trabalho”, termo pelo qual se refere à tendência em questão. Para ele, as mudanças das formas organizativas e das atitudes dos trabalhadores não derivam, de forma mecânica, das transformações estruturais, mas são mediatizadas por outras variáveis, tais como a repressão e o conflito entre várias tendências políticas da classe operária⁵³. Munakata chama atenção para o fato de que a esta postura analítica reducionista subjaz a noção de que as determinações estruturais constituem realidade primeira da qual deriva e se deduz todo o resto da sociedade. Em reação a tal concepção, afirma:

*“... não existe nenhuma relação de anterioridade entre as esferas da sociedade; esta se instituiu como tal não porque pré-existe um germe inicial que vai se multiplicando e se projetando, como se fosse o processo da criação segundo a Bíblia, mas porque seus vários momentos coexistem e se articulam. As relações de produção não antecedem a uma sociedade, mas constituem as relações de produção **em e de** uma sociedade.”⁵⁴*

Salvo a exceção encontrada na obra de Azis Simão, esta tendência caracterizou-se, em razão do substrato teórico criticado por Munakata, por separar os trabalhadores de sua própria história. Se por um lado, é preciso reconhecer o mérito desta produção, principalmente por trazer à cena a classe operária e esboçar explicações sobre sua trajetória histórica e as transformações pelas quais passou, por outro lado, é preciso reconhecer que a condição para a presença operária foi uma certa assepsia de sua figura, ou a presença pela ausência, como anota Munakata: “Pois esse caminho só me põe na presença do operário com a condição de que ele se apresente como coisa, inerte, morta, isto é, como ausência.”⁵⁵ A classe operária aparece, pois, como participante de um jogo para o qual as cartas haviam sido dadas de antemão.

⁵³ MUNAKATA, Kazumi. *Algumas Cenas Brasileiras*. Campinas: Dissertação de Mestrado – UNICAMP, 1982, p.4.

⁵⁴ MUNAKATA, Kazumi. Op. cit., p. 4-5.

⁵⁵ Id. Ibidem., p. 5.

1.3. O Início da Produção Historiográfica Acadêmica

É a partir da década de 1970 que a produção historiográfica acadêmica se volta para os estudos sobre a classe operária, terreno freqüentado preferencialmente pela Sociologia e, em menor escala, pela Ciência Política. Antes, porém, são conhecidas algumas pesquisas de brasilianistas, por abordarem a história operária.⁵⁶ Farei referência a duas delas porque têm uma característica peculiar, em minha opinião: o distanciamento que apresentam entre si, quanto à forma e ao conteúdo, embora tenham sido lançadas, no Brasil, com um intervalo de apenas dois anos.

A primeira é a extensa pesquisa de John W. Foster Dulles, “Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)”⁵⁷. Ainda que tributário do viés positivista, expresso na restrita análise, sublinho dois pontos, no estudo de Dulles: o fato de ser baseado em extensa pesquisa, constituindo-se, desta forma, em um inventário de fontes para o estudo da história operária e o recorte cronológico da pesquisa, de certa forma, inédito.

Parte considerável dos trabalhos sobre a classe operária brasileira, como já foi aludido, privilegiou a Primeira República e duas datas são mais recorrentes como balizas de periodização: 1922, ou “o início dos anos 20”; e 1930. A primeira adota como marco o descenso da atuação anarquista e anarco-sindicalista que coincide com a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em março de 1922. A segunda adota o marco da chamada Revolução de 1930, que inauguraria caminho para a cooptação dos trabalhadores pelo trabalhismo getulista.

⁵⁶ Também entre os brasilianistas que pesquisaram a história operária, a trajetória dos comunistas e seu partido foi a mais contemplada. Entre outros títulos, ver: STANLEY, Hilton. *A Rebelião Vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986; DULLES, John Foster. *O Comunismo no Brasil – 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985; WILSON, Edith Dulles. *The Political Evolution of the Partido Comunista Brasileiro: 1922-1970*. Austin: dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Texas, s/d; DILLON, Dorothy. *International Communism and Latin America: Perspectives and Prospectives*. Gainesville: Latin America Monograph, nº 19, Escola de Estudos americanos. University of Florida Press, 1962; ALEXANDER, Robert J. *Communism in Latin America*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1957

⁵⁷ DULLES, John Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1977.

Ora, nem 1922 nem 1930 são momentos de ruptura absoluta que desejam, de um lado a historiografia da ortodoxia marxista, que pretende ver, na fundação do PCB, o início de um “novo tempo” para o proletariado; e, do outro, a corrente de pensamento dos vencedores de 1930, que, por isso mesmo, passa a se referir ao período anterior como República Velha, símbolo do Brasil imerso no atraso. O marco 1930 foi já objeto da crítica de Edgar de Decca, em importante trabalho do início dos anos 1980.⁵⁸

A periodização de Dulles ajuda, desta forma, a compreender como, na história da classe operária brasileira, importam as permanências. Mostra, por exemplo, que, ainda em 1932, durante os movimentos grevistas, em São Paulo, os anarquistas tiveram atuação destacada.

O segundo trabalho é o de Sheldon Leslie Maram, “Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro 1890-1920”, que pioneiramente desenvolve uma análise das correntes ideológico-organizativas do movimento operário da Primeira República⁵⁹, embora se limite a Rio de Janeiro e São Paulo.

O estudo de Maram caracteriza-se por acentuar o papel do imigrante nas lutas operárias do início do século XX, creditando-lhe tanto efeitos positivos (constituição numérica do proletariado e adoção de ideologias revolucionárias vigentes na Europa) quanto negativos (conflitos étnicos que minavam a unidade do movimento operário). Em sua opinião, para os trabalhadores, o discurso dos militantes anarquistas era o que mais lhes preenchia os anseios, pois se constituía numa crítica pontual a um Estado que lhes negava interlocução e em cuja lógica os trabalhadores se recusavam a entrar.

Quanto à atuação do movimento operário, critica, sobretudo, os erros de estratégia dos anarco-sindicalistas, partidários da ação direta, juntamente com o que chama de falta de compromisso e disciplina.

“Os libertários consideravam a ação direta a arma mais poderosa da classe trabalhadora. Pretendiam enviar os trabalhadores à luta o mais cedo possível, assim que estivessem preparados. Porém, sua doutrina de voluntarismo e espontaneidade criava-lhes dificuldades para coordenar e orientar os movimentos de

⁵⁸ DECCA, Edgar Salvadori de. *1930 – O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

⁵⁹ MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

massa. O auge do anarco-sindicalismo trouxe à tona todas as suas deficiências (...)

A liderança anarquista lançou os trabalhadores a greves indiscriminadas. Mais um erro estratégico...”⁶⁰

Na verdade, quando Maram afirma que a “liderança anarquista lançou os trabalhadores a greves indiscriminadas”, a idéia que nos vem é a existência de, pelo menos, um grupo militante com algum prestígio, entre os trabalhadores, o que fica, de certa forma, incompatível com duas características, bastante salientadas, a respeito do movimento operário, inclusive por Maram: a falta de compromisso e a espontaneidade.

Tanto a pesquisa de Dulles quanto a de Maram basearam-se, entre outras fontes, no arquivo pessoal do militante anarquista Edgard Leuenroth, que seria, mais tarde, adquirido pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e que serviria de base para a fundação do arquivo de história social que leva o nome do destacado militante. A organização de acervos da memória operária e das lutas sociais, a exemplo do Arquivo Edgard Leuenroth, foi o ponto importante para a diversificação da produção historiográfica sobre a classe operária.

Esses centros documentais, às vezes, ligados a universidades, possibilitaram o incremento das pesquisas acadêmicas nacionais. Ainda no fim dos anos de 1970 foi criado, em Milão, o Archivio Storico Del Movimento Operario Brasiliano (ASMOB), junto à Fundação Giangiacomo Feltrinelli. O arquivo é composto, entre outros fundos documentais, do arquivo pessoal de Astrojildo Pereira.⁶¹ Em 1980, é fundado, em São Paulo, o Centro de Memória Sindical (CMS), entidade intersindical voltada à socialização das fontes da memória operária.

É importante ainda lembrar a atividade do Centro de Cultura Social, de São Paulo, fundado em 1933, que, mesmo fechado pela repressão durante a ditadura militar em 1968, conseguiu manter, sob sua guarda, importante acervo das lutas sociais, composto principalmente de exemplares da imprensa libertária de vários períodos e de arquivos pessoais de seus antigos militantes.

⁶⁰ MARAM, Sheldon Leslie. Op. Cit., p. 164.

⁶¹ DEL ROIO, José Luiz. *1º de Maio – cem anos de luta – 1886-1986*. São Paulo: Ed. Global, 1986, p. 8.

Ainda hoje o Centro de Cultura Social é referência para os libertários, mantendo uma atividade que engloba palestras, cursos, leituras dramáticas, trabalhando no sentido da preservação e divulgação da tradição libertária

A instrumentalização desses centros de pesquisas, segundo Batalha, “inaugura entre os estudiosos brasileiros da classe operária, procedimentos de pesquisa que são de praxe no ofício de historiador, mas que até então eram pouco seguidos.”⁶²

A produção historiográfica acadêmica sobre a classe operária, iniciada nos anos 1970, é, sem dúvida, das tendências em questão, a que constitui o maior registro sobre as lutas dos trabalhadores no Brasil e, em consequência, sobre a atuação libertária.

No campo da História Social, ao qual nos referimos no início deste capítulo, a temática da classe operária já foi analisada sob diversos ângulos, indo desde as pesquisas sobre a imprensa operária das primeiras décadas deste século⁶³, até trabalhos que se propuseram a analisar especificamente as influências do anarquismo nas lutas sociais.⁶⁴ A grande variedade de estudos pode mesmo caracterizar um boom das pesquisas sobre a classe operária e seu movimento.

Fugiria das pretensões deste capítulo buscar apresentar exemplos que cobrissem tão vasto domínio. Aqui, trataremos de estudos de referência nesse campo de pesquisas.

“Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)”, de Boris Fausto, é estudo clássico, na perspectiva historiográfica. Baseado em grande parte em fontes da imprensa operária, inclusive as do Arquivo Edgard Leuenroth, o autor tende ao julgamento negativo do movimento operário, no início do século.

Em sua análise, há, em certa medida, a sobrevivência tanto da produção a que chamamos de “síntese sociológica”, quanto da produção militante, o que se observa, por exemplo, nas considerações sobre o “caráter espontâneo” das

⁶² BATALHA, Cláudio. Op. cit., p. 151. Sobre a importância do Arquivo Edgard Leuenroth ver também: BATALHA, Cláudio e ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Preservação da Memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgard Leuenroth. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Arquivos, Patrimônio e Memória*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 65-78.

⁶³ FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

⁶⁴ MAGNANI, Sílvia Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

lutas operárias, do início do século (com exceção do movimento insurrecional de 1918, no Rio de Janeiro) e na reprovação das táticas políticas dos anarquistas. Fausto assevera a conjuntura 1917-1920:

“Do ponto de vista organizatório, a óbvia conseqüência da recusa da instância política consistiu em não se formular o problema do partido como núcleo agregador de interesses. No plano sindical, as concepções espontaneístas tiveram efeito particularmente desorganizador, nas condições de um país que oferecia enormes dificuldades a qualquer tipo de organização.

A orientação da vanguarda anarquista teve assim um peso que não pode ser ignorado ao longo da história do movimento operário do período e na conjuntura de 1917-1920. Aí se atualizam as debilidades de uma teoria, às quais se poderia acrescentar as oscilações entre uma estratégia insurrecional utópica e a mera identificação com as lutas espontâneas, os erros táticos dos quais o mais flagrante (...) foi o de tentar organizar greves gerais contra a repressão, em um momento já de refluxo.”⁶⁵

O autor é um dos pioneiros nas observações sobre a cultura operária e autônoma dos anarquistas, embora sua análise tenda a considerá-la mais no que pode parecer pitoresco que na sua inserção consciente, nas práticas políticas anarquistas. É típico de B. Fausto também a propensão de subestimar as lutas operárias, mesmo quando pretende apresentar os trabalhadores como sujeitos de sua história:

*“No caso deste trabalho, a contradição entre a burguesia agrária e a classe operária não se define como fundamental, nem constitui o eixo do Estado oligárquico. Convém evitar também o risco de inverter as lentes, com a conseqüência de dar à mobilização do proletariado urbano – **pequena mancha em um imenso oceano agrário, mudo do ponto de vista dos movimentos políticos** – uma dimensão que ela não tem.”⁶⁶(grifos meus)*

Também gerado dentro das perspectivas analíticas acadêmicas, há o estudo “História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte”, de Victor Leonardi e Francisco Foot Hardman, no qual há um capítulo específico para tratar da presença do anarquismo e do anarco-sindicalismo,

⁶⁵ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: DIFEL, 1977, p. 247-248.

⁶⁶ FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 7-8.

indo desde as lutas de classe travadas em nível internacional, passando pela fundação de colônias anarquistas no interior do Brasil, até os congressos operários de 1906, 1913 e 1920.⁶⁷

Sobre a predominância das correntes libertárias, no movimento operário da Primeira República, os autores, malgrado não se descolarem totalmente da associação entre desenvolvimento industrial brasileiro incipiente e a opção do movimento operário, pelas táticas do anarquismo e ao anarco-sindicalismo, apresentam uma conjunção de aspectos, que vão desde o papel desempenhado pela militância, a importância do elemento imigrante, com sua identificação etnolingüística, bem como a natureza do Estado oligárquico brasileiro, refratário às demandas de cidadania, variável salientada em Boris Fausto.

Os autores apresentam a rica e diversa expressão do movimento operário brasileiro, em suas greves, comícios, congressos e imprensa. Repetem, entretanto, alguns raciocínios “clássicos” sobre o período de maior influência libertária nas lutas sociais:

“A greve geral de 1917, por exemplo, apesar da intervenção ativa dos anarco-sindicalistas (e, em muito menor escala, dos social-reformistas) foi muito mais um poderoso e expressivo movimento espontâneo de massas do que um processo ‘dirigido e organizado’ por quem quer que fosse.”

“E nesta experiência viva da classe, todos os limites e fraquezas do anarco-sindicalismo também foram postos à prova. A recusa em considerar a organização partidária do proletariado para a luta política contra o Estado; a negativa de organizar a classe em ‘partido’ próprio; o apego à chamada ‘resistência anti-capitalista’, que se traduzia na superestimação do papel do sindicato e da luta econômica; enfim, todos esses aspectos da teoria e prática dos anarco-sindicalistas revelaram o impasse em que se encontrava o movimento operário no Brasil, neste final dos anos dez.”⁶⁸

Resulta desta análise a afirmação da “luta política” como restrita ao instituído, qual seja, a participação no parlamento da democracia

⁶⁷ HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. Das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982, (coleção Teses; 6). O capítulo mencionado é, na verdade, com poucas modificações, o capítulo sétimo da dissertação de mestrado em Ciência Política de Francisco Foot Hardman, intitulada *A Estratégia do Desterro* (Situação operária e contradições da política cultural anarquista / Brasil, 1889-1922). Campinas: UNICAMP, 1980.

⁶⁸ HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. Op. cit., p. 351.

representativa. Cabe questionar, entretanto, por que os anarquistas recusavam tal participação. O quê, no corpus de sua ideologia, justifica a recusa do partido como instância privilegiada das lutas sociais? Estas são algumas das questões que passam a ser consideradas em algumas das pesquisas dos meados dos anos oitenta.

Na introdução de “Movimento Operário no Brasil (1877 - 1944)”, Edgard Carone relativiza a propalada hegemonia anarquista no movimento operário do início do século. Em seu levantamento da realidade sindical de então, embora resumida quase que totalmente a jornais e panfletos, já que se trata de coletânea de documentos, Carone diagnostica a inferioridade das publicações anarquistas quando comparadas às de outras matrizes, sejam católicas ou “reformistas”. A análise de Carone permaneceu praticamente sem par, uma vez que a maioria dos autores que frisaram a predominância anarquista, o fizeram a partir da emergência objetiva das lutas e não tomando, por base, a composição ideológica da classe operária.

Sabe-se, por exemplo, que, durante o Congresso Operário Brasileiro de 1906 no Rio de Janeiro, os anarquistas e os anarco-sindicalistas, mesmo não sendo maioria entre os delegados presentes, conseguiram aprovar suas teses, restando às resoluções do Congresso um caráter tipicamente sindicalista revolucionário, inspirado na Confédération Générale du Travail e nas teses de Émile Pouget.⁶⁹ Assim, em muitos embates do movimento operário o mais importante foi o caráter impresso em seu decorrer e não a improvável carta de princípios ideológicos que fixasse, de antemão, a identidade da classe operária.

Carone se pergunta: quais então as razões do destaque que se dá ao anarquismo, no movimento operário durante as duas primeiras décadas do século XX? O autor as encontra “no radicalismo extremista de certas correntes anarquistas”, fazendo menção, em seguida, aos atentados às autoridades na Europa, ainda que, no Brasil, tal prática não tenha conhecido paralelo; no fato de que “suas lideranças se apresentam mais agressivas” e, por último, no

⁶⁹ “Émile Pouget (1860-1931). Anarquista e sindicalista francês fundador da CGT e um dos inspiradores do sindicalismo revolucionário que influenciou vários sindicatos que pautavam sua atuação pela ação direta em todo mundo.” Ver GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge E. *A Imprensa Libertária do Ceará (1908-1922)*. São Paulo: Imaginário, 2000, p. 116.

“... fato do marxismo criticar constantemente o anarquismo, razão que o torna tema constante, no passado e presente, e que faz com que aparente ser numericamente hegemônico. Estes e outros fatores ajudam a elevar o movimento anarquista brasileiro a uma posição quantitativa – não em qualidade – acima de sua situação real.”⁷⁰

Percebe-se que algumas noções sobre o anarquismo, já nas pesquisas acadêmicas, guardam certa relação com as que encontramos na produção militante e na produção sociológica. O anarquismo, por vezes, continua sendo a ideologia confinada ao passado, página virada das lutas operárias, porque incapaz de dar respostas satisfatórias às “situações -chave” do movimento operário.

Mas, se tais considerações podem parecer plenamente justificadas, nos trabalhos de dois ex-dirigentes, como do Partido Comunista Brasileiro, como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, que viveram intensamente sua fase de deliberada ocultação da memória anarquista e o início do período stalinista, durante os anos vinte, principalmente tendo-se em conta os conflitos históricos que opõem anarquistas e marxistas que se estendem pelo menos desde a I Internacional⁷¹, na produção atual os reducionismos e as excomunhões pelos quais ainda passa o anarquismo parecem, no mínimo, anacrônicos.

Talvez se possa entender algo desta postura voltando o olhar para a dinâmica da construção da identidade, dentro do próprio movimento operário brasileiro, servindo-se das análises feitas por Jacy Alves de Seixas, segundo a qual o processo de construção da identidade operária passa espontaneamente por dois momentos distintos que objetivam formar determinadas sensibilidades para o elemento operário. Assim se expressa Seixas:

⁷⁰ CARONE, Edgard. Op. Cit., p. 8.

⁷¹ A Associação Internacional dos Trabalhadores, que ficou conhecida como I Internacional, foi fundada em Londres em 1864. No seu interior fervilhava o debate entre as várias idéias de emancipação social, indo desde o anarquismo ao socialismo e o comunismo. Os principais embates de idéias se davam entre os anarquistas, reunidos em torno de Bakunin; e os socialistas estatais, que tinham em Marx seu nome mais expressivo. Bakunin defendia o federalismo e o descentralismo na organização social, ao passo que os marxistas propunham a formação do partido “revolucionário” e eram adeptos da “ditadura do proletariado”. A ruptura final se dá em 1872, no Congresso de Haia, no qual o Congresso Geral, comandado por Marx, resolve pela expulsão de Bakunin e outros anarquistas que se opunham às suas pretensões de controlar a associação. Ver MALATESTA, Errico. *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989.

“A identidade operária vai ser espontaneamente expressa por imagens – num primeiro momento, a imagem da apatia; depois, a imagem da fraqueza – impossíveis de serem apreendidas se desvinculadas de sua dimensão simbólica e afetiva. Essas imagens negativas, carregadas de afetividade, remetem a uma positividade, ela também atravessada por sensibilidades e sentimentos políticos específicos.”⁷²

Primeiramente, a imagem da apatia da classe operária é reforçada, principalmente pela corrente que pugnava pela estratégia da ação direta, ou seja, pelos anarquistas, por meio da imprensa social e dos discursos. O objetivo era fazer brotar, nos trabalhadores, o oposto da apatia, bem entendido, a ação, a decisão e a independência.

A segunda imagem passa a ser estimulada, no início dos anos vinte, e cumpre a intenção de repensar as formas de atuação do movimento operário, até então baseado na tática da ação direta. Fabrica-se, então, a imagem da fraqueza, com a qual oculta-se o passado anarquista das lutas operárias, em favor de nova identidade operária, adequada à reformulação das táticas de confrontação entre as classes, que agora deveriam ser disciplinadas e centralizadas. À fraqueza se opõe a força que, no contexto do movimento operário brasileiro dos anos vinte, seria representada pela organização única do proletariado, o PCB.⁷³

Em 1921, pelas páginas do periódico “A Vanguarda”, Astrojildo Pereira expressava sua nova postura política, pretendendo fazer um levantamento das duas primeiras décadas das lutas operárias, numa análise que se tornou clássica e repetida por alguns autores. Nessas linhas, fica clara a construção da imagem da fraqueza que justifica, por sua vez, a reelaboração das táticas utilizadas pelo movimento operário:

“A meu ver, temos que enveredar por outros e novos rumos. Há mais de vinte anos andamos neste vai-vem de organização e desorganização, de reorganização e desmantelamento, de pujança e raquitismo, de entusiasmo e desânimo. Mas a força e a vitalidade da organização devem comprovar-se não só na resistência econômica ao patronato, como também na resistência, por todos os meios possíveis, às arbitrariedades e desmandos governamentais. Enquanto a organização obreira não atingir essa grande eficiência

⁷² SEIXAS, Jacy Alves de. O Esquecimento do Anarquismo no Brasil: a problemática da (re) construção da identidade operária. *História & Perspectivas*. Uberlândia: UFU, nº. 11, jul/dez, p. 213, 1994.

⁷³ SEIXAS, Jacy Alves de. Op. Cit., p. 223.

combativa, no ataque ou na defesa, andaremos sempre à mercê das alternativas, a subir e a descer, desprendendo redobrados esforços num caminhar fatigante e desigual por altos e baixos ... ”⁷⁴

É exatamente essa segunda imagem; a fraqueza e a sua positividade, a força, que se impõem nas reconstruções historiográficas da memória operária, que Seixas chama de “exercício de memória voluntária”.⁷⁵

Este é, por certo, um caminho para se compreender alguns dos raciocínios usuais sobre a influência do anarquismo na Primeira República. Talvez se tornem mais claras as razões de a atuação libertária, tema central de nossas preocupações, ter sido classificada como “responsável por toda uma série de derrotas do movimento operário e popular” (Brandão), “pequeno-burguesismo” (Koval), “falta de compromisso e disciplina” (Maram) e “concepções espontaneístas de efeito desorganizador” (Fausto).

Ainda que cada um desses autores, dentro da especificidade de seus estudos, tenha objetivos diferentes, é notável a proximidade de suas conclusões, o que denota o sucesso da construção da imagem do anarquismo como “fraco”, uma ideologia política da qual não se podia esperar a não ser derrotas.

Vejamos, ainda, as palavras de Georges Haupt, identificando as ocultações, manipulações e escolhas que são o procedimento utilizado pelo instituído para moldar o passado, de acordo com suas necessidades de dominação:

⁷⁴ “A Vanguarda”, 19 de maio de 1921 *Apud* FERNANDES, Suzete Bezerra. *O Movimento Operário na Primeira República: a atuação de Astrojildo Pereira*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – PUC/SP, 1989, p. 205-206.

⁷⁵ SEIXAS, Jacy Alves de. Op. Cit., p. 229. Ver mais sobre esse “exercício memória voluntária” e o esquecimento deliberado que é construído a respeito do sindicalismo de ação direta e os primeiros tempos das lutas operárias no Brasil, na tese de doutorado dessa mesma autora: SEIXAS, Jacy Alves de. *Mémoire et Oubli. Anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil: mythe et histoire*. Paris: Edition de La Maison des Sciences de L’Homme, 1992. De forma especial em suas considerações finais, a autora discute a construção da imagem de um proletariado sem tradição, para o período anterior aos anos vinte, e a caracterização do primeiro movimento operário brasileiro como “caos” e de “fraqueza”, que seria superada a partir de novos marcos “criadores”. “*Représentant le passé du mouvement ouvrier brésilien, l’image du chaos a eu une fonction qui dépassait la lecture et portée sociologiques (évidemment présentes) pour pénétrer la région frontalière qui sépare et approche histoire de mythe. L’intervention de ce mythe vient inaugurer le processus de production de la mémoire de la période précédant la “Creation” (1922? 1927-1928? 1930?...) comme étant celle du néant constitutif du chaos. Au demeurant, il s’agit de l’oubli.*” p. 282.

“(...) con la ayuda de la producción y del discurso histórico científico, se han realizado – mediante un juego sutil de luces y sombras – manipulaciones de hechos y de textos, el escamoteo de realidades molestas y la alteración lenta pero profunda de la memoria colectiva. Todo hay que decirlo: el silencio, la ocultación, ‘procedimiento favorito del poder’ en los dispositivos de control del pasado, no ha sido ni es monopolio de las clases dirigentes. Tan sólo varían o difieren los procedimientos de escamoteo y los objetivos perseguidos por los partidos que apelan a la clase obrera y que, a su vez, se han convertido en organizadores de la memoria social y mantienen un control – con frecuencia exclusivo – de la conciencia del pasado.”⁷⁶

São duas faces combinando igual procedimento: a construção da memória como reflexo da construção da própria identidade operária, com suas dimensões simbólicas e afetivas; e a produção historiográfica do movimento operário enquanto aspecto da própria história do movimento operário, cuja luta ideológica do passado se espraia para as várias dimensões da construção historiográfica, como mais uma vez Haupt afirma, com propriedade, em relação à história do movimento operário, salientando a dimensão de embate ideológico nela inserida:

“Las vicisitudes de la historiografía del movimiento obrero a este respecto son ricas en significación. Es una historia que está por hacer. Es un aspecto, incluso, de la historia del movimiento obrero, indispensable para comprender mejor no sólo las articulaciones de las luchas ideológicas del pasado o para captar los debates políticos fundamentales, sino sobre todo para captar una de las complejas dimensiones de la historia del socialismo: la de las imágenes transmitidas y las realidades ocultas de un partido.”⁷⁷

No final dos anos setenta, Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, autores da coletânea de textos e documentos “A Classe Operária no Brasil (1889-1930)”, apontam, num sentido crítico, parte da historiografia anterior sobre a classe trabalhadora e salientam perspectivas para a renovação analítica para o campo da história operária no Brasil. Os autores, fazendo eco às palavras de Haupt, afirmam que

“Muitas vezes, uma certa historiografia, pretensamente de esquerda, subestimou – por motivos partidários – algumas correntes do movimento operário e contribuiu para que se perdesse a especificidade, a complexidade da experiência dos primeiros militantes, fazendo com que o concreto desaparecesse sob o peso

⁷⁶ HAUPT, Georges. Op. Cit., p. 13-14.

⁷⁷ Id. Ibidem., p. 13.

*de esquemas. Cada vez mais se torna necessário recuperar aqueles elementos deliberadamente ocultados.*⁷⁸

Hall e Pinheiro entendem que o que deve estar em jogo numa nova historiografia da classe operária, não é tanto o esforço para se superar a exclusão das classes subalternas do processo decisório, mas a ênfase que deve ser dada à dimensão política da história social, buscando, nas lutas operárias, o entendimento dos meios utilizados pelas classes dominantes para assegurar sua autoridade sobre as classes subalternas e a reação dessas a tal intenção. Dizem os autores, reforçando a perspectiva relacional da História Social: “Por mais fascinante que seja a recuperação da ‘cultura operária’, essa busca não pode ser pretexto para obscurecer o conflito de forças sociais no terreno político”⁷⁹. A dimensão da luta de classes deve seguir, assim, como um espaço relevante para os estudos sobre a história operária no Brasil.

*“De nada adianta continuar distribuindo prêmios para o desempenho da classe operária ou lamentar como essa classe foi ‘fraca’ e ‘incapaz’: o que importa é ter em conta como as classes hegemônicas e as classes trabalhadoras enfrentaram o conflito.”*⁸⁰

Os estudos sobre o anarquismo começam, pois, com as memórias dos antigos militantes, preocupados em recuperar dimensões significativas de seu passado de lutas sociais. Esta produção, em que pese o seu caráter de projeção pessoal e, várias vezes, a crítica sectária em relação aos fatos vividos (marca comum nas memórias dos militantes comunistas), traz à cena, de forma pioneira, a história da classe operária. Em seguida à produção militante, a produção “sociológica” estabeleceu a perspectiva da elaboração de grandes sínteses sobre o comportamento operário que, no mais das vezes, recaía na associação entre desenvolvimento econômico e comportamento político. É a partir desta tendência que a classe operária passa a ser objeto de reflexão sistemática.⁸¹

⁷⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael McDonnald. *A Classe Operária no Brasil (1889-1930)*. Volume 1, São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979, p. 15. Dos mesmos autores ver ainda: *Imigração e Movimento Operário: uma interpretação*. In: *Trabalhadores no Brasil. Imigração e Industrialização*. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1990.

⁷⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael McDonnald. Op. cit., p. 16.

⁸⁰ Id. Ibidem., p. 16.

⁸¹ PAOLI, Maria Célia, SÁDER, Eder e TELLES, Vera da Silva. *Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Ed. Marco Zero, nº 6, 1983.

As pesquisas historiográficas dentro da perspectiva acadêmica, iniciadas nos anos 1970, constituem hoje a maior fonte de referências sobre a história operária e também sobre a atuação libertária. Guardando diferença das correntes de reflexão anteriores, principalmente quanto aos aportes teórico-metodológicos, essa produção, entretanto, no que tange à presença do anarquismo no Brasil, repete algumas das interpretações usuais, que, mesmo reconhecendo sua importância nos “primeiros tempos” das lutas dos trabalhadores, o confinam ao passado, posto que é visto como possuidor de incapacidades congênitas de oferecer respostas válidas aos problemas objetivos, nas lutas políticas em que foi sensível sua presença.

CAPÍTULO II – Anarquismo e Historiografia: a pesquisa em questão

***“Não temos e nem desejamos ter ‘habilidades políticas’
A melhor habilidade é sermos sinceros.”***

Edgard Leuenroth e Hélio Negro

Aqui pretendo abordar a produção historiográfica acadêmica que privilegiou, ou contemplou, em estudos mais gerais, a atuação libertária. O trabalho fundamental é realizado com as fontes principais escolhidas para esta pesquisa, quais sejam, as dissertações e teses sobre a atuação libertária nos anos 1980. Desde já, devemos salientar que não se pretende discutir propriamente as experiências históricas do anarquismo no país ou aquelas com alguma influência do pensamento libertário, embora seja evidente que as referências a tais experiências se impõem, no decorrer do texto. Busco sim analisar como são estudadas, nos anos oitenta, observando os recortes temáticos mais contemplados, os espaços mais abordados e os recortes cronológicos mais comuns. Busco também perceber o que, nesta produção, aparece como inovação quando comparada com a produção anterior, bem como as aproximações temáticas e diferenças entre os estudos do período aqui analisado.

São quinze trabalhos, entre teses e dissertações, que compõe a base empírica desta pesquisa, oriundas de três universidades paulistas (USP, UNICAMP e PUC-SP) e de duas universidades do Rio de Janeiro (UFRJ e UFF), compreendidas entre os anos de 1980 e 1989.

Cabe um esclarecimento sobre o recorte cronológico adotado. Já mencionei o porquê de tratar-se o ano de 1980 de um marco para a produção historiográfica no Brasil, com o retorno das liberdades políticas formais e as novas configurações de campo, na produção do conhecimento histórico. Nos anos oitenta, encontramos uma produção historiográfica significativa sobre a atuação libertária, tanto quantitativa quanto qualitativamente. A década

seguinte não apresenta sinais de ruptura com a tendência historiográfica inaugurada em 1980. Ao contrário, ela se expande, motivada, entre outras, pela abertura de vários cursos de pós-graduação, em todo país.

Nos estudos e balanços cujo tema é a história operária brasileira ou, quando mais específicos, sobre a atuação libertária, uma característica é sempre ressaltada: a fragmentação que vem experimentando este campo de estudos. De forma pioneira, ainda no início dos anos oitenta, alerta Edgard Carone, definindo inclusive o centro irradiador das pesquisas recentes:

“Afinal, uma nova corrente de estudos vem se acentuando e que se origina, em parte, na UNICAMP de Campinas: os trabalhos sobre greves. Com ela, a atomização da temática se acentua, com todos os defeitos de estudos parciais, onde nós nos limitamos a pequenos incidentes – as greves – importantes sem dúvida, mas que são tratadas limitadamente na sua dinâmica cronológica. Com estes trabalhos, perde-se a visão do momento histórico e acentua-se vagamente a situação atual do movimento operário.”⁸²

Este é, na verdade, um sentimento comum em boa parte dos historiadores que aspiram, em seus trabalhos, às sínteses de caráter macro-histórico, geralmente tendo a economia na base de suas análises. As “histórias gerais” vão perdendo espaço de maneira sensível, numa tendência que, nos anos noventa, experimenta impulso ainda maior.

Alguns aspectos ligados às perspectivas teórico-metodológicas podem ajudar a compreender as novas abordagens sobre a história operária. Um desses é a emergência de debates, em torno de temas relevantes da história dos trabalhadores como, por exemplo, a aristocracia operária abordada por Eric Hobsbawm, em seu livro “Mundos do Trabalho”. A partir daí, observa-se uma ampliação dos temas e enfoques:

“A história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado. Assim, sindicatos, partidos, correntes ideológicas deixaram de ocupar o primeiro plano dando lugar para a classe. Momentos de luta excepcionais cederam espaço para as condições de existência diárias, o cotidiano operário ...”⁸³

⁸² CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. 2ª ed., São Paulo: DIFEL, 1984, p. 1.

⁸³ BATALHA, Cláudio. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 153.

Essas idéias têm um precursor em Cornelius Castoriadis⁸⁴, que já havia alertado para os riscos metodológicos de se restringir a consideração da política ao campo que outras tradições historiográficas definiram, de forma especial, aquela influenciada pelo marxismo. Esta perspectiva de releitura da política que implica num alargamento do campo de interesse do pesquisador da história operária e da atuação libertária, é freqüente nos trabalhos que vamos aqui analisar. É dentro deste alargamento teórico-metodológico que Bernardo Kocher situa sua pesquisa sobre o mais importante rito operário, o Primeiro de Maio:

“Foi nesse processo de ampliação do universo de investigação que nos defrontamos com questões completamente descon sideradas anteriormente, como a da ideologia, a da cultura e a da cidadania, e as relações destas com o movimento operário. Estas questões deram um sentido completamente novo ao nosso estudo, nos ensinando que a história da classe operária é muito mais que o movimento operário.”⁸⁵

Não há, certamente, um abandono das abordagens que privilegiam o estudo das manifestações “organizadas” da classe operária e podemos verificar mesmo que tais estudos seguem constituindo o maior segmento das análises. Dificilmente poderíamos falar em esquecimento do núcleo temático da experiência historiográfica anterior, no que concordo com Ângela Gomes, quando salienta a permanência dos estudos que exploram as manifestações institucionais.⁸⁶

Analisando as perspectivas de estudo sobre a temática institucional da historiografia do movimento operário, outra autora, Sílvia Petersen, observa que, mesmo que se abram novos vieses que privilegiam territórios outrora esquecidos da vida operária, a história do movimento institucionalizado segue profícua:

“Não se pode perder de vista que a história operária é a história da formação de uma classe, história, portanto, de experiências e ações comuns e coletivas. Associações, partidos e

⁸⁴ CASTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁸⁵ KOCHER, Bernardo. *Luto-Luta – O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro. 1890-1940*. Niterói: Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, 1987, p. 4.

⁸⁶ GOMES, Ângela de Castro. Temas Clássicos, Temas Novos, Perspectivas Renovadoras. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 142.

*greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são, pois, elementos constitutivos deste objeto e não podem ser simplesmente descartados pela historiografia.*⁸⁷

Interessante perceber que é, a partir da fragmentação lamentada por alguns, que se expandem os horizontes da História Social. Dela emergem as preocupações com o cotidiano, a cultura operária, setores pouco ressaltados, como mulheres trabalhadoras e suas práticas socioculturais.

Contribui ainda para esta ampliação a diversificação das fontes para a história operária. Restritas anteriormente à imprensa e a outras fontes impressas (resoluções de congressos operários e atas de reuniões), as análises sobre a classe trabalhadora se ampliam, com o recurso a fontes anteriormente desconsideradas, quais sejam a documentação policial, as determinações judiciais, os documentos patronais e o recurso metodológico da história oral.⁸⁸

É a partir deste corpus documental ampliado que se vai delinear novo campo nos estudos sobre os trabalhadores e sobre as classes subalternas, em geral: os estudos sobre a disciplinarização. Sob a influência de Michel Foucault, nesta nova produção historiográfica sobre a atuação libertária aparecem as abordagens acerca da disciplinarização do espaço público e privado, as condutas prescritivas sobre a figura feminina e a cooptação dos trabalhadores pelo discurso dominante, com a nova inserção na dinâmica social da República brasileira, com a apresentação de novos canais para sua participação. Com essas intenções podemos citar as pesquisas de Margareth Rago e Eliane da Silva Lopes⁸⁹, parte do que, neste trabalho, chamamos produção historiográfica acadêmica sobre a atuação libertária, emanada do período 1980 – 1989.

Outra característica desta série de pesquisas a respeito do movimento operário e a ascendência das idéias e práticas anarquistas, é a mudança dos recortes, tanto espaciais como cronológicos. No caso dos recortes geográficos,

⁸⁷ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Ainda o Movimento Operário como Objeto Historiográfico. In: *Anos 90. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, nº. 8, p. 65, 1997.

⁸⁸ Ver, por exemplo, GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988 e _____ . *Velhos Militantes*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1988.

⁸⁹ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890 – 1930. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. LOPES, Eliane da Silva. *Fragmentos de Mulher* (dimensões da trabalhadora – 1900/1922). Campinas: Dissertação de Mestrado, 1985.

as mudanças são, de certa forma, bem-vindas, pois os pesquisadores trabalham com as bases empíricas que lhe são disponíveis. Como já mencionado, no período anterior, muitas vezes buscou-se a história “nacional” tendo, por apoio, bases empíricas que não ultrapassavam as fronteiras de dois ou três estados, tentando generalizar, para o Brasil, as realidades de Rio de Janeiro e São Paulo. Novos recortes tornam-se freqüentes; estes podem privilegiar uma região, uma cidade, uma categoria socioprofissional, ou mesmo o espaço de uma fábrica.

As modificações dos recortes cronológicos são, em certa medida, reação à tendência que pretendia elaborar grandes esquemas de interpretação sociológica, que buscavam analisar a trajetória dos trabalhadores, às vezes, desde o período colonial. Passa-se a abordar recortes temporais menores, embora, pelo menos, duas permanências possam ser anotadas: o recorte que compreende o período, por muitos, chamado de “República Velha”, indo do fim do século XIX até o ano de 1930; e aquele que, começando igualmente na virada do século XIX, se encerra no início dos anos de 1920, e muitas vezes, deliberadamente, em 1922. Mas a tônica da nova produção são os recortes menores, que podem privilegiar determinada conjuntura, como no trabalho de Cristina Hebling Campos⁹⁰ - que privilegia um intervalo de cinco anos - ou mesmo uma greve.

A recusa das pretensões interpretativas “nacionais”, bem como os recortes cronológicos mais reduzidos, a despeito dos que restaram saudosos dos grandes esquemas interpretativos macro-históricos, favoreceram, entre outras coisas, o aparecimento de estudos sobre regiões anteriormente desconsiderados pela historiografia acadêmica brasileira, se bem que, para isso, tenha sido também fundamental, num prazo mais longo, o surgimento de cursos de pós-graduação, para além do Rio de Janeiro e São Paulo. As pesquisas sobre essas duas cidades continuam constituindo a maioria da produção historiográfica, consideradas que são, por muitos, os lugares, por excelência, do movimento operário brasileiro.

Podemos, de resto, lembrar, com Batalha, que o encolhimento dos recortes cronológicos e geográficos pode refletir as “exigências metodológicas

⁹⁰ CAMPOS, Cristina Hebling. *O Sonhar Libertário*. Movimento operário nos anos de 1917 a 1921. Campinas: Pontes/ Ed. da UNICAMP, 1988.

da própria área de conhecimento para dissertações e teses” que têm também passado por modificações substanciais⁹¹. Já é conhecido em que sentido a diminuição do período do estudo de pós-graduação, aliada às pressões das agências de fomento às pesquisas por resultados cada vez mais precoces têm afetado a produção historiográfica de nossos dias...

Historiadores há que identificam, já no final dos anos oitenta, significativo descenso nos estudos sobre a classe operária, e o associam ao próprio arrefecimento do movimento operário brasileiro, que, no final dos anos setenta e início dos oitenta, saltou às primeiras páginas dos noticiários, num período em que a informação era ainda menos livre que atualmente⁹². Como nos referimos, no início, sobre as causas do “boom” dos estudos dos movimentos sociais, talvez o raciocínio inverso possa explicar mais esta dinâmica: é a eclosão de inúmeras greves operárias, entre outras coisas, que sustém os estudos sobre a história da classe operária, de fôlego renovado.

No entanto, em se tratando da atuação libertária, a partir do levantamento bibliográfico para a presente pesquisa, entre as dissertações e teses nos vários programas de pós-graduação no Brasil, pude perceber um aumento do número de trabalhos. Talvez isto possa ser explicado pelo fato de a flexibilização e ampliação do campo de reflexão acerca da memória libertária oferecer perspectivas de análise que vão além do movimento operário propriamente dito.

Na produção dos anos noventa podemos encontrar, ao lado das análises freqüentes sobre o movimento operário, estudos em torno da atividade cultural dos libertários, como a dissertação de mestrado de José Adriano Fenerik, defendida na USP em 1997, de título “O Anarquismo Literário: uma utopia na contramão da modernização do Rio de Janeiro”, ou estudos sobre a atuação libertária para além da quase sempre privilegiada Primeira República, como a pesquisa de Waldir Paganotto, “Imprensa Alternativa e Anarquismo: o ‘Inimigo do Rei’ (1977 – 1988)”, apresentada como dissertação de mestrado na UNESP/Assis, também em 1997.

⁹¹ BATALHA, Cláudio. Op. Cit., p. 154.

⁹² Ver BATALHA, Cláudio. Op. cit. De acordo com Batalha, há uma perda de interesse pela história operária motivada, entre outras coisas, pela crise das esquerdas e do “socialismo real”.

A variabilidade de temas, que engloba ainda o anarco-feminismo, o anti-clericalismo, o teatro social e a educação libertária, oferece campo fértil às pesquisas sobre a influência das idéias e práticas anarquistas no Brasil, indo além da ligação com as lutas operárias, no início do século, não caracterizando, desta forma, entre os estudos sobre o anarquismo, certo descenso que se pode verificar nas análises sobre a classe operária.

Eventos marcantes do final dos anos oitenta e noventa podem ter colaborado para um certo *aggiornamento* das idéias anarquistas e, conseqüentemente, da produção historiográfica sobre o anarquismo. Referimo-nos, por exemplo, a desagregação dos regimes burocráticos do Leste europeu, com a queda do muro de Berlim, em 1989, e o fim da União Soviética, eventos marcantes que cobriram de uma atualidade profética as críticas anarquistas sobre a possibilidade de se chegar ao socialismo pela utilização do aparelho do Estado, críticas estas que datam, pelo menos, da década de sessenta do século XIX. Aqui não há espaço nem motivo para mencionar essas conhecidas críticas e lembro que elas são parte da própria trajetória histórica das doutrinas de emancipação social dos séculos XIX e XX. Deve-se lembrar, ainda, que, ao lado desse nascente interesse acadêmico pelo tema do anarquismo, há uma renovação editorial que traz as idéias libertárias novamente à tona, ao mesmo tempo compondo o quadro favorável ao reaparecimento do anarquismo e sendo parte importante desse reaparecimento.

Além das edições aperiódicas de incontáveis revistas e fanzines que faziam o pensamento ácrata circular em torno da cena libertária dos anos oitenta, vários textos clássicos do anarquismo e obras de autores recentes alcançaram um público mais amplo. É o caso da iniciativa editorial de Plínio Augusto Coelho, que, nos anos oitenta, animava, em Brasília, a editora libertária Novos Tempos lançando, entre outros títulos, Bakunin por Bakunin (1987), Proudhon, pluralismo e autogestão, de Jean Bancal (1984) e as coletâneas Os anarquistas julgam Marx (1986) e Os Anarquistas e as Eleições (1986). A editora Novos Tempos teve sua continuação na Editora Imaginário (SP) que hoje, ao lado da Editora Achiamé (RJ), são responsáveis pela maior parte das publicações sobre o anarquismo no Brasil.

Pode-se referir, ainda, a eventos mais “fluidos” na escala do tempo, como a chamada “globalização”, cuja reação recupera e atualiza a idéia de

solidariedade internacional, núcleo do pensamento ácrata. Estas motivações são sentidas, nos vários países, obedecendo a uma lógica própria, tal qual ocorreu no renascimento do interesse pelo anarquismo e mesmo sua expressão, em alguns movimentos sociais, como o de Maio de 68 ou nos movimentos de contra-cultura, nos Estados Unidos, dos anos sessenta e setenta.

No Brasil, uma conjuntura especial à qual fiz referência vai impor ritmo próprio ao reaparecimento do anarquismo e de seus estudos, oferecendo-lhe terreno específico no qual sua presença será percebida e, ao mesmo tempo, indicando seus limites. A universidade, através de pesquisas interessadas na tradição libertária das lutas operárias no Brasil, ou ainda no presente dos combates anarquistas, como a já mencionada pesquisa sobre o jornal anarquista baiano “Inimigo do Rei”, foi um destes espaços.

Buscarei, a seguir, na produção acadêmica dos anos 1980 as linhas gerais da atuação libertária. Não é nosso objetivo uma “dissecação” individual de cada pesquisa levantada mas, antes, reuni-las em torno de alguns tópicos. Isso, obviamente, não nos impede de fazer observações mais demoradas a respeito de alguns desses títulos ou retornar, de quando em vez, à produção das décadas anteriores, buscando captar os principais pontos de aproximação e afastamento entre as pesquisas de momentos distintos.

Os tópicos que escolhemos para, em torno deles, reunir as pesquisas, são tanto metodológicos, como por exemplo, a motivação para a escolha da temática referida e as justificativas apresentadas para as análises, como também dizem respeito ao conteúdo, em si, das análises, cumprindo a função imediata de dar a conhecer as principais interpretações acerca da atuação libertária, com principal atenção àquelas conclusões condizentes à sua presença, no movimento operário brasileiro.

Assim, interessa-nos situar a problematização a respeito da hegemonia do anarquismo no movimento operário da Primeira República e seu papel na eclosão dessas lutas, os apontamentos sobre a consciência operária e sobre a ampliação do campo de estudo da memória anarquista, expressa em estudos que vão além do movimento operário, por exemplo, nos estudos sobre as preocupações educacionais e literárias dos libertários e as propostas para emancipação feminina.

2.1. As escolhas temáticas: por que a atuação libertária?

Algumas observações foram feitas sobre o contexto particular que experimentava o Brasil e o momento vivido pelo campo responsável pela produção do saber histórico, que vão se refletir na nova historiografia da classe operária e da atuação libertária. Procurarei, agora, a partir dos exemplares da nova historiografia, os motivos que impulsionaram a renovação dos estudos sobre o anarquismo. São indagações que forjam o ponto de partida da minha investigação: Por que o anarquismo? Quais as razões do interesse renovado da produção acadêmica pelo tema da atuação libertária?

Um dos motivos para um retorno ao anarquismo, enquanto objeto do conhecimento, está em consonância com as inflexões teóricas do campo de estudos. Falamos, há pouco, das mudanças nos recortes, tanto cronológico como espacial, que implicaram a recusa de uma história com pretensões a uma síntese geral, na maioria dos casos, de âmbito nacional, ou ainda regional, em favor da abordagem de contextos mais específicos que, por traduzirem apenas um elo da corrente da história operária, haviam sido muitas vezes tratados com a condescendência de notas de rodapé, como acontecimento fortuito, nada que justificasse maior atenção.

Esta tendência, já identificada como uma fragmentação dos estudos sobre a classe operária geradora de crítica com a “atomização temática”, a partir da qual, para alguns pesquisadores, corre-se o risco de perder de vista a dimensão “macro” do momento histórico, traz, para as problematizações, importantes aspectos históricos de acontecimentos outrora relegados a segundo plano.

É pensando em oferecer mais elementos para a análise de um acontecimento que anteriormente merecia apenas as referidas “notas de pé-de-página”, ou confinado aos comentários esporádicos, que Carlos Augusto Addor apresenta, em 1985, no Mestrado em História da Universidade Federal

Fluminense, a dissertação “Rio de Janeiro, 1918: a insurreição anarquista”, publicada, no ano seguinte, “praticamente sem modificações”.

As modificações metodológicas que implicam os recortes diferenciados são patentes no título da pesquisa. Em lugar das “histórias do Brasil”, um palco bem delimitado; o Rio de Janeiro do ano de 1918. E mais, como preocupação central, um acontecimento específico, a greve insurrecional anarquista.

De início, Addor constata a reduzida atenção que o tema recebeu tendo, nas palavras de Boris Fausto, um dos autores que mais se deteve sobre o assunto, sido “borrado praticamente da memória social”⁹³. Após levantamento da historiografia do movimento, Addor justifica sua escolha temática, a partir da pouca atenção dada, na historiografia do movimento operário, aos acontecimentos de 1918:

*“Além de praticamente apagada da memória social, a insurreição anarquista de novembro de 1918 vem merecendo pouca atenção dos historiadores e demais estudiosos do tema ‘movimento operário brasileiro na Primeira República’. De todas as obras consultadas, poucos autores abordam esse momento específico da história do movimento anarquista e operário no Brasil de maneira mais aprofundada. E mesmo esses estudos permanecem, a nosso ver, insuficientes”.*⁹⁴

Para além da pouca atenção dedicada ao tema que escolheu para a sua pesquisa, Addor se vê às voltas com um “mal-estar” causado pelo consenso acerca do anarquismo. Mal-estar causado por omissões sensíveis e, muitas vezes, até por contradições flagrantes. Uma destas, Addor encontra no capítulo que Hardman e Leonardi dedicam ao “Anarco-sindicalismo e Congressos Operários no Brasil”. Os autores, referindo-se ao movimento insurrecional, ressaltam a “inexistência de uma estratégia apropriada” para se lutar contra o regime burguês, “a forte dose de voluntarismo” do movimento, embora não possuísse o mesmo “nenhum respaldo por parte das massas populares”⁹⁵.

⁹³ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: DIFEL, 1977, p. 211.

⁹⁴ ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986, p.7.

⁹⁵ HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. Das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982, (coleção Teses; 6), p. 351.

Anteriores a Hardman e Leonardi, vários autores enfatizaram a participação ampla dos trabalhadores na tentativa de insurreição anarquista, aparecendo, nas palavras de Everardo Dias, como um “comício monstro”⁹⁶. Addor então faz a ressalva, e destaca a considerável participação dos trabalhadores no movimento, revelando organização entre os diversos sindicatos, capaz de paralisar várias indústrias em determinado horário, repercutindo mesmo em cidades vizinhas. Não se trata, em Addor, de superdimensionar a experiência em questão, mas de relativizar concepções usuais sobre a fraqueza do movimento anarquista.

Também a noção corrente de que os libertários, nesse momento, superestimaram sua própria força, favorece o jogo do inimigo, justifica a repressão que sobre eles se abateu (Maram) e, mesmo por isso, foram eles próprios responsáveis pelo seu fracasso, parece animar Addor a fazer uma análise mais verticalizada do episódio. Conjugam-se, assim, dois aspectos importantes que motivam a nova produção historiográfica sobre a atuação libertária: se, por um lado, ela foi simplesmente omitida, por historiadores de vários matizes; por outro, quando apresentada, isto foi feito de maneira que, ao mesmo tempo em que a trazia ao palco dos acontecimentos históricos, fazia questão de “exorcizá-la”, dela mantendo distância.

Addor se mostra, ainda, interessado em certo renascimento do pensamento anarquista, na contemporaneidade de suas críticas à sociedade burguesa do fim do século XX, bem como à alternativa marxista para sua superação e em sua ênfase na crítica da cultura e das instituições, por meio das quais o movimento anarquista demonstra sensibilidade para as relações entre os micro-poderes, objeto das análises de Foucault.

Também como “estudo de caso”, termo emprestado da Sociologia e da Antropologia que passa a ser freqüente nos estudos de história, Helena Isabel Mueller realiza pesquisas sobre tema pouco explorado. Em “Flores aos Rebeldes que Falharam. Giovanni Rossi e a utopia anarquista: colônia Cecília”, a autora volta a um aspecto da história do anarquismo, no Brasil, que despertara alguma atenção, mas pouco abordado a partir de uma pesquisa

⁹⁶ DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 304.

empírica de fôlego. Helena Mueller faz referência à leitura que influenciou sua escolha e a percepção quase íntima que tinha do tema:

“A Colônia Cecília desde cedo se introduziu em minha vida. Nos primeiros anos de Universidade, uma primeira leitura do livro de Newton Stadler de Souza, O Anarquismo da Colônia Cecília, me deixou apaixonada por aquelas pessoas que, saindo da Itália, vieram construir no planalto paranaense uma vida nova, uma vida outra, para mostrar ao mundo que esta era possível, não somente desejável.(...)”

Pensar a pequena colônia anarquista no interior do estado do Paraná, em finais do século XIX, tentar reconstruir sua história (como se possível fosse), seu cotidiano, era o que me fascinava no início das pesquisas.⁹⁷

O caso da Colônia Cecília aparece, em Mueller, tal como a Insurreição de 1918 é explorada por Addor, ou seja, fazendo parte de conjuntura específica a qual a autora faz questão de abordar, sem perder a perspectiva do contexto sociohistórico em que se dava a experiência da colônia. Mueller vai além e procura tratar da trajetória do anarquismo desde, a I Internacional, e sobre a dinâmica própria do anarquismo na Itália e na Europa, para captar os debates que possibilitaram a fundação de uma colônia anarquista no interior do Paraná.

Mueller expressa também entendimento de que o estudo deste episódio particular do movimento anarquista, no Brasil, deve ser feito respeitando-se sua própria lógica, retirando-o da lógica interpretativa em que, até então, estavam inseridos vários estudos sobre o anarquismo, não apenas da história oficial, mas também da matriz interpretativa do marxismo:

“Aos poucos foi me parecendo necessário fazer um aprofundamento das origens do movimento anarquista, discutir suas questões básicas, pensar o anarquismo dentro de sua lógica e não dentro daquela à qual estava até então inserida, o marxismo. Apesar de contemporâneas – ou quem sabe exatamente por isso – e originárias da mesma vertente socialista, suas lógicas são absolutamente distintas; esta distinção se dá em relação de sua compreensão do poder.⁹⁸”

⁹⁷ MUELLER, Helena Isabel. *Flores aos Rebeldes que Falharam*. Giovanni Rossi e a utopia anarquista. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p. 1.

⁹⁸ MUELLER, Helena Isabel. Op. Cit., p. 3.

Na dissertação de mestrado “O Movimento Operário na Primeira República: a atuação de Astrojildo Pereira”, defendida em 1989, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Suzete Bezerra Fernandes informa que sua pesquisa parte da necessidade de buscar elementos que justificassem ou não as análises de vários autores sobre a atuação dos anarquistas, nos movimentos sociais no Brasil, “considerados responsáveis pela dificuldade de se organizar a classe trabalhadora a nível político”⁹⁹. Entre os autores que sustentam essa opinião, Fernandes cita Boris Koval, Edgard Carone e Astrojildo Pereira, personagem central de sua dissertação. Neste último chamam-lhe a atenção as modificações internas do discurso, contrastando as opiniões contidas no ensaio “A Formação do PCB”, já referido, com seus artigos publicados ao tempo de sua militância anarquista.

A conjuntura política internacional no fim dos anos oitenta, que tem, na queda do Muro de Berlim, evento significativo, acompanhado pelo processo de desmantelamento dos regimes totalitários do leste europeu, aparece, na pesquisa de Fernandes, como motivador central para a escolha da temática. O reconhecimento do malogro dos modelos socialistas russo e do leste europeu leva Bezerra a enxergar, nas idéias anarquistas, um elemento crítico importante, um revitalizador da idéia da revolução comunista:

“A escolha da problemática, prende-se ao fato de que hoje (sic) os regimes tidos como representantes das idéias Marxistas-Leninistas afastaram-se de seus ideais de uma sociedade justa e igualitária.

Outro fator é o de que os anarquistas, sempre alertaram no perigo existente na opção por uma sociedade organizada e dirigida em termos partidários.

Enfim porque o movimento anarquista não se tornou viável como o comunista russo; no entanto suas idéias são fundamentais para a compreensão de uma real revolução de caráter comunista e suas idéias sempre voltam à tona, nos momentos em que os partidos socialistas e comunistas, se perdem em suas ações práticas.”¹⁰⁰

⁹⁹ FERNANDES, Suzete Bezerra. *O Movimento Operário na Primeira República: a atuação de Astrojildo Pereira*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – PUC/SP, 1989, p. 1.

¹⁰⁰ FERNANDES, Suzete Bezerra. *Op. Cit.*, p. 22-23.

A autora faz questão de ressaltar que, apesar do ceticismo de muitos anarquistas quanto à importância de trabalhos acadêmicos, seu trabalho pode ser relevante na busca da compreensão de determinado período histórico e suas experiências objetivas e até mesmo como divulgador da doutrina em questão. Apresenta ainda uma dimensão fortemente afetiva entre as justificativas para a sua pesquisa:

“(...) ao se estudar a contribuição anarquista no processo histórico brasileiro, estamos na realidade demonstrando nossa admiração aos militantes que em condições tão adversas foram capazes de criar uma organização a nível operário, órgãos encarregados de difundir suas idéias como os jornais operários, o teatro e a Escola Moderna.”¹⁰¹

A superação das análises anteriores que motivaram a pesquisa de Suzete Fernandes já havia aparecido em “O Sonhar Libertário (Movimento operário nos anos de 1917 a 1921)”, dissertação de mestrado defendida, na UNICAMP, em 1983, por Cristina Hebling Campos. Visando aprofundar a reflexão sobre o “sonhar libertário”, ou seja, a presença da ideologia anarquista nas lutas operárias, no fim da década de dez, no Rio de Janeiro e São Paulo, buscando principalmente oferecer elementos para o entendimento do tema do descenso da mobilização operária, no início dos anos vinte, Campos assim se refere à parte da produção historiográfica, reconhecendo o peso das abordagens anteriores sobre o movimento anarquista:

“O estudo do movimento operário dos anos de 1917 a 1921 nos dois maiores centros brasileiros inicia-se com uma certa estupefação em relação, principalmente, ao tipo de horror que senti nos textos historiográficos existentes sobre o assunto. Era muito comum no balanço final da conjuntura deter-se nas características que a classe operária não possuía, porque tinha-se em mente um modelo de comportamento político e de classe operária visivelmente alienígena e historicamente dúbio ou absolutamente teórico.”¹⁰²

A tentativa de enquadramento da classe operária brasileira em modelos pré-concebidos, “fazendo o concreto desaparecer sob o peso de esquemas”, na observação analítica de Pinheiro e Hall, favoreceu conclusões bastante

¹⁰¹ Id. Ibidem., p. 24.

¹⁰² CAMPOS, Cristina Hebling. Op. Cit., p. 12.

conhecidas sobre o movimento operário e, particularmente, sobre o anarquismo: a classe operária durante a Primeira República era fraca porque pouco numerosa e composta, em boa parte, por mulheres e crianças ou por imigrantes aos quais não interessava inteirar-se da realidade brasileira e, além do mais, guiada por uma ideologia pequeno-burguesa.

“O meu horror era ver que com esses pressupostos – composição da classe e orientação ideológica – subtrai-se da classe operária sua própria identidade.”¹⁰³

Com a intenção de apreender a classe operária em sua experiência histórica particular e não nas idealizações do que ela poderia ter sido, a pesquisa de Campos é uma das pioneiras da produção historiográfica dos oitenta na adoção do marco teórico thompsoniano, que define classe como uma criação histórico-cultural que se constitui no processo de luta, quando os trabalhadores, identificando seus interesses comuns e os que lhes são opostos, passam a lutar por aqueles e contra estes. Diz Campos: “A consciência que é produzida nesse momento é registrável, às vezes comparável, mas não existem ‘desajustes’ na história, nem atrasos, nem falsa consciência.”¹⁰⁴

Em momento oportuno, retornaremos às perspectivas analíticas diferenciadas da nova produção historiográfica sobre a atuação libertária.

Existem pesquisas cujas temáticas se auto-justificam pelo caráter pioneiro. A produção historiográfica dos anos de 1980 a 1989, além de lançar luzes sobre temas anteriormente pouco explorados, como no caso da pesquisa de Addor, encontrou espaço para abordar problemáticas novas e propor questionamentos inéditos ao passado.

A pretensão de oferecer elementos para o estudo de novos fronts da militância anarquista e operária aparece na pesquisa de Flávio Luizetto, tese de doutorado defendida, em 1984, na USP. Segundo Luizetto, alguns libertários decidiram participar dos planos do movimento anarquista por meio da educação a de uma produção literária, voltada para a divulgação das idéias libertárias por que viam, nessas práticas, um meio para se estimular nova

¹⁰³ Id. Ibidem., p. 12.

¹⁰⁴ Id. Ibidem., p. 12.

consciência, de cujo florescimento dependia a própria revolução social. Para o autor, os libertários

“(...) entendiam que a literatura e a educação não deveriam permanecer à margem do projeto de instauração da acracia entre nós. Assim convencidos, decidiram participar dos planos do movimento anarquista, entregando-se, de um lado, a criação de contos, novelas e romances, e, de outro, à fundação de escolas e centros de estudos sociais. O presente trabalho resultou de uma pesquisa interessada em conhecer, mais detalhadamente, essas atividades a que denominamos, respectivamente, episódio literário e episódio educacional do movimento anarquista no Brasil.”¹⁰⁵

Para Luizetto, das diferentes facetas da presença do anarquismo, no Brasil, as preocupações dos libertários com a educação e sua produção literária estão entre as atividades menos conhecidas, apesar de terem merecido grande atenção do próprio movimento anarquista, que, com elas, ocuparam parte considerável de seu cotidiano. A importância do tema está ainda, segundo Luizetto, em sua relevância para a historiografia das idéias sociais e políticas, em sua relação com a história da vida intelectual do país, uma vez que a literatura se apresentava, então, como meio relevante no processo de comunicação das idéias e na formação de comportamentos. Assim, segundo Luizetto, havia uma atmosfera favorável para a propaganda anarquista enveredar pelo caminho das prosas de ficção, no anseio militante de mesclar a expressão literária e a propaganda revolucionária das “modernas doutrinas sociais”.¹⁰⁶

As pesquisas que abordam os projetos de disciplinarização elaborados pelas elites dominantes, também aparecem com a proposta do novo. Margareth Rago e Maria Auxiliadora Guzzo Decca¹⁰⁷ propõem captar as estratégias pontuais da tríade Estado-Igreja-Capital, para a “domesticação” dos trabalhadores, a partir da moralização e do anseio de formação de novos hábitos que se manifestavam no cotidiano dos trabalhadores. Destacam

¹⁰⁵ LUIZETTO, Flávio Venâncio. *Presença do Anarquismo no Brasil: Um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920*. São Carlos: Tese de Doutorado – USP, 1984, p. 2.

¹⁰⁶ LUIZETTO, Flávio Venâncio. Op. Cit., p. 3-4.

¹⁰⁷ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas*. Cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987; RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*. A Utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

igualmente as “resistências tenazes” dos trabalhadores, na luta pela preservação de seus valores, modos de vida, costumes e de seu entendimento próprio do “trabalho”. Este contraponto aos projetos dominantes, as duas autoras encontram na imprensa operária anarquista, socialista ou, em algumas vezes, na “grande imprensa”.

A propósito da pesquisa de Rago, resenha contemporânea do seu livro salientou com pertinência o caráter de inovação que possuía a sua pesquisa, observando igualmente que a introdução de temas novos como era o caso dos estudos sobre a disciplinarização do cotidiano operário, gerava inquietações:

“Ao se tentar, por exemplo, reconstruir os processos de morar dos trabalhadores, suas formas de lazer e de educação, sua sexualidade e mesmo as sutilezas de suas resistências frente às diversas instâncias do Poder, revela-se o até então irrevelado. Redimensiona-se o papel histórico da classe operária, recuperando-a não em suas generalizações mas em suas particularidades, ou no seu cotidiano.”¹⁰⁸

Mas há na pesquisa de Margareth Rago, uma justificativa a mais que a aproxima, em certa medida, das formulações de Cristina Hebling Campos a quem, anteriormente, foram feitas referências: é o caráter de reavaliação da produção historiográfica, no que diz respeito à atuação libertária. A autora não apenas propõe uma reflexão, a partir de uma nova temática, mas também enseja a construção de nova abordagem sobre um tema já explorado, qual seja, a participação do anarquismo nas lutas operárias no Brasil do final do século XIX e início do XX. Nas palavras de Rago, está o anseio de abordar a presença do anarquismo a partir de sua experiência histórica específica, e como bem salientou Cristina Campos, não no que ele poderia ter sido:

“Assim também entendo o eco que ressoou de vozes que falavam no processo de formação do proletariado, acredito que devemos interrogá-los naquilo que se propuseram, o que certamente exclui a construção do partido político dito revolucionário e a participação no campo da luta político-parlamentar. Seria apenas por ingenuidade que se recusavam a criar uma instituição que consideravam hierárquica e centralizadora? Seria tão-somente a propalada ‘falta de visão política’?”¹⁰⁹

¹⁰⁸ FARIA, Maria Auxiliadora. “A propósito do livro *Do Cabaré ao Lar – A utopia da cidade disciplinar – Brasil: 1890-1930 de Margareth Rago*” In: **Revista do Departamento de História da UFMG**, 1 (2), junho de 1986, 139.

¹⁰⁹ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987, p. 13.

Outra pesquisa que aborda a disciplinarização é a de Zélia Lopes da Silva, tema expresso no próprio título: “A domesticação dos trabalhadores nos anos 30”. A autora, entretanto, diferentemente de Rago e Decca, aborda a cooptação a partir de suas dimensões institucionais, questionando o marco histórico da revolução de 1930, as generalizações a respeito da classe operária e identificando os projetos das várias correntes políticas que se debatiam em torno dos caminhos por que passavam as mudanças das relações entre o Estado, a burguesia industrial e os trabalhadores. A autora assim afirma seus propósitos:

“(...) nesta pesquisa procuro discutir em detalhes os mecanismos que envolveram a gestão do Estado sobre o mercado de trabalho, entendendo-a como parte constitutiva de um projeto mais amplo de reordenamento da sociedade brasileira, no qual a burguesia industrial está empenhada e que tem em vista torná-la moderna e racional, amparada nos pressupostos da dissolução das fronteiras de classe.”¹¹⁰

É em meio aos projetos que se opunham a essa gestão do Estado no mercado de trabalho, que Zélia Lopes encontra os anarco-sindicalistas. Estes não são o objeto central na sua pesquisa, mas têm grande importância, a medida em que a própria autora os identifica, mesmo salientando suas ambigüidades, como os únicos portadores de projeto resolutamente oposto à cooptação dos trabalhadores pelo Estado.¹¹¹

Em “Anarquismo, Movimento Operário e o Estado. Suas relações no contexto capitalista da Primeira República (1906-1922)”, pesquisa apresentada por Paulo Alves como dissertação de mestrado à PUC/SP, no início da década, a justificativa para abordar a atuação libertária enquanto objeto de conhecimento - deduz-se - é a própria eclosão das lutas operárias que o autor detecta nas duas primeiras décadas do século. É o momento de organização dos trabalhadores e de confronto com o Estado e as classes dominantes, em torno de suas demandas, conjuntura, pois de grande significado político:

¹¹⁰ SILVA, Zélia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990, p. 14.

¹¹¹ Idem, p. 15.

“É levando em conta essa configuração da vida operária, face ao sistema de poder das classes dominantes na Primeira República, que analisamos as relações de força entre o proletariado e o Estado, concentrando nossa atenção no período de 1906 a 1922, marcado por acontecimentos significativos para a história das lutas sociais no Brasil. É um momento histórico em que a classe operária faz-se presente no cenário político pela sua resistência à exploração capitalista, abrindo espaço para expressar seus interesses econômicos e políticos diante de um Estado que utilizava a repressão para não os reconhecer.”¹¹²

O surgimento dos trabalhadores enquanto classe, na arena das lutas sociais é, como na pesquisa de Alves, o motivador inicial da pesquisa de Maria Conceição Pinto de Góes, que também localiza e associa esse surgimento ao contexto de surgimento do capitalismo no Brasil. A autora procura, a partir da consideração de que a classe trabalhadora se forma entre o fim do século XIX e a primeira década do século XX, construir análise de “suas propostas, estratégias, de seus sonhos de liberdade, de suas frustrações”.¹¹³

A justificativa para a escolha temática da pesquisa “Luto-Luta – O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro, 1890-1940”, conta-nos o autor, nasce da necessidade de aprofundamento de um tema anteriormente abordado, do qual restaram questões não respondidas. Além deste anseio de continuação em sendas já trilhadas, Bernardo Kocher, manifesta as reformulações teóricas que o objeto de sua pesquisa experimenta, convidando à reapreciação de idéias correntes em suas pesquisas precedentes. As concepções adotadas pelo autor anteriormente identificavam-se com o “resgate da visão do oprimido”, que segundo o autor, contribuía para a dicotomização expressa no anseio de preencher as lacunas, na história operária: “Construir a História do movimento operário era escrever a ‘sua’ visão, a partir da ‘incompletude’ das informações provenientes da grande imprensa, ou tapar as ‘lacunas’ por esta deixada”.¹¹⁴

Kocher sublinha, então, as reformulações teórico-metodológicas que sua nova pesquisa assume, que se operam a partir do alargamento da investigação e com o acolhimento de novas e importantes questões acerca dos significados

¹¹² ALVES, Paulo. *Anarquismo, Movimento Operário e o Estado*. Suas relações no contexto capitalista da Primeira República (1906-1922). São Paulo: Dissertação de Mestrado – PUC/SP, 1981, p. 9.

¹¹³ GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A Formação da Classe Trabalhadora*. Movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 8.

¹¹⁴ KOCHER, Bernardo. *Luto-Luta – O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro, 1890-1940*. Niterói: Dissertação de Mestrado – UFF, 1985, p. 3.

das manifestações das classes operárias. Kocher menciona esse processo de mudança em sua compreensão do alargamento das possíveis dimensões da classe, salientando a crítica ao paradigma que localiza a história da classe operária somente em suas manifestações institucionais:

“Foi nesse processo de ampliação do universo de investigação que nos defrontamos com questões completamente desconsideradas anteriormente, como a da ideologia, a da cultura e a da cidadania, e as relações destas com o movimento operário. Estas questões deram um sentido completamente novo ao nosso estudo, nos ensinando que a História da classe operária é muito mais do que o movimento operário.”¹¹⁵ [grifos do autor]

Em “Fragmentos de Mulher. (Dimensões da trabalhadora – 1900/1922)”, Eliane da Silva Lopes justifica sua opção temática a partir de sua própria vivência enquanto mulher e trabalhadora, seu lugar social, buscando localizar, no passado, uma luta que, hoje, é também a sua:

“Na escolha do tema, a vontade de falar sobre assuntos muito próximos a minha situação: trabalho, maternidade, amamentação, criação de filhos, militância, afazeres domésticos, rebeldia, frustração, moralismo. Uma parte significativa de minha vivência direcionava a escolha no sentido de fazer história de mulher, para recuperar parcelas esquecidas de uma processo que nos colocou nessa condição esquizofrênica dos homens contemporâneos, despossuídos, positivados e recuperados pelo trabalho, massificados, desgastados, nivelados por baixo. Esquadrinhada, dissecada, invadidas, expostas em praça pública, me fascinava o espetáculo da figura feminina dançando entre engrenagens, sob cadência de máquinas, embalando crianças, usando o corpo como força de trabalho ou objeto de prazer para uso alheio. Tentaria localizá-las no passado.”¹¹⁶

Lopes aponta, como Luizetto, para um campo vasto para o que os estudos históricos estão apenas começando, âmbito este impossível de ser contemplado em uma única dissertação acadêmica:

“(...) fui descobrindo um imaginário e ideário extremamente rico nos contos, romances, poesias, peças teatrais. Lidando com este “novo” material, que permitiria várias teses de mestrado ou doutorado, verifiquei o desconhecimento que a historiografia em geral tem sobre esta temática.”¹¹⁷

¹¹⁵ Idem, p. 4.

¹¹⁶ LOPES, Eliane da Silva. *Fragmentos de Mulher (Dimensões da trabalhadora – 1900/1922)*. Campinas: Dissertação de Mestrado – UNICAMP, 1985, p. 233.

¹¹⁷ LOPES, Eliane da Silva. Op. Cit., p. 235.

Em outras pesquisas, mesmo não se contemplando, de forma principal, a atuação libertária, para ela voltam suas atenções quando analisam uma experiência histórica em que foi presente a influência do anarquismo. No caso de Sílvia Maria Belfort Vilela de Andrade, em “Classe Operária em Juiz de Fora: Uma História de Lutas (1912-1924)”¹¹⁸, a maior contribuição talvez seja trazer à cena a atuação libertária fora dos centros usualmente estudados pela historiografia anterior à década de oitenta e mesmo pela produção dessa década. Justifica-se, assim, a escolha por um tema praticamente inexplorado pela historiografia brasileira: a classe operária de Minas Gerais.

“Percebíamos, àquela época, a necessidade da descentralização da pesquisa histórica em relação a São Paulo e Rio de Janeiro e a importância da trazer à luz como se movimentara a classe operária em um Estado que, embora não possuísse uma indústria tão desenvolvida como a dos dois estados vizinhos, contava com unidades fabris tradicionais e com centros industriais de alguma importância.”¹¹⁹

Outro trabalho que contribui para a ampliação dos espaços abordados, na historiografia brasileira sobre o anarquismo, nos anos oitenta, é “A Imagem Rebelde – A trajetória libertária de Avelino Fóscolo”, de Regina Horta Duarte, no qual estuda o militante anarquista do interior de Minas Gerais. Também Duarte foi instigada pelo desconhecimento do tema na historiografia corrente que, quando muito, dedicava-lhe discretas notas:

“O início de minhas pesquisas deu-se num momento em que esse anarquista encontrava-se quase totalmente esquecido. O acesso a suas obras literárias e aos jornais pioneiramente fundados por ele em pleno sertão estimulou-me a prosseguir meus estudos sobre as atividades anarquistas em Minas. Até então, encontrara fortes dificuldades em obter informações referentes às organizações sindicais, pois os indícios da presença, nas mesmas, de militantes libertários, eram quase inexistentes. Nos jornais da época até então consultados, o silêncio sobre o tema era desanimador. Seguindo, porém, os vestígios deixados por Avelino Fóscolo, tornou-se-me

¹¹⁸ ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. *Classe Operária em Juiz de Fora: Uma História de Lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: Ed. da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1987. A atuação libertária em Minas Gerais, e de modo especial, da cidade de Juiz de Fora, foi abordada anteriormente por Eliana de Freitas Dutra em *Caminhos Operários nas Minas Gerais*. Um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República, pesquisa defendida em 1981 como dissertação de mestrado em Ciência Política e publicada em 1988.

¹¹⁹ ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. Op. Cit., p. 11.

*possível trilhar outro caminho na recuperação de aspectos da prática libertária em Minas Gerais.*¹²⁰

A vida de outra personagem libertária de Minas Gerais é a matéria principal de “Caminhos de Maria Lacerda de Moura (Contribuição à História do Feminismo)”, tese de doutorado defendida, em 1983, na Universidade de São Paulo. A autora Miriam Lifchitz Moreira Leite ressalta a importância de Maria Lacerda de Moura, não apenas como precursora do feminismo, como também entusiasta da emancipação social e do anti-autoritarismo, sendo personagem representativa de determinado segmento da população brasileira. A biografia de Maria Lacerda de Moura visa percorrer propostas de uma militância social que parecem ter emergido somente décadas depois. Leite sublinha assim a importância de se estudar a trajetória da libertária mineira, destacando o papel de Maria Lacerda de Moura como alguém deveras atuante na vida intelectual do país:

“Ao refletir e apresentar os problemas da condição feminina, ligados à luta contra o autoritarismo, na educação e na política, Maria Lacerda exprimiu, de 1919 a 1935, o pensamento e as aspirações de uma camada da população brasileira. O estudo de sua vida e de sua trajetória intelectual, por serem expressivas de tendências e aspirações difundidas até os dias de hoje revela uma visão crítica dos universos de que participou e fornece perspectivas de história e do ideário de seu tempo, que foram, em parte, silenciados pela história dos vencedores.

*De sua obra de jornalista e conferencista, e, complementarmente, dos depoimentos informais de contemporâneos e leitores, foi possível delinear alguém que refletiu sobre os diversos aspectos da condição feminina e tentou vivê-la de maneira consciente e declarada, com posições que a muitos parecem ter surgido apenas após os movimentos feministas da década de 60.”*¹²¹

Nas justificativas da nova produção historiográfica que elegeu a atuação libertária como preocupação central, ou a tangenciou em suas análises, convergem, então, propostas de se oferecer elementos para uma análise distinta daquelas constantes na produção anterior, privilegiar aspectos anteriormente pouco abordados ou mesmo esquecidos pelos processos seletivos da construção da memória social, abordar temáticas novas, ou, de

¹²⁰ DUARTE, Regina Horta. *A Imagem Rebelde*. A trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas: Pontes/Ed. da UNICAMP, 1991, p. 17.

¹²¹ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Caminhos de Maria Lacerda de Moura*. (Contribuição à História do Feminismo no Brasil). São Paulo: Tese de Doutorado – USP, 1983.

forma renovada, apoiadas em perspectivas analíticas distintas, no campo da história, ou até mesmo divulgar e tentar melhor compreender as idéias anarquistas.

2.2. Os eixos temáticos: as várias faces da atuação libertária

Na historiografia acadêmica sobre a atuação libertária, aqui estudada, há uma espécie de fio condutor das propostas de estudo no que diz respeito às escolhas temáticas. Esse eixo, a partir do qual se desdobram os vários temas, no estudo da influência do pensamento e prática anarquistas no Brasil, é o estudo do movimento operário.

Como já referido, o período de maior penetração e influência do anarquismo, no Brasil, foi o de seu aparecimento e propagação enquanto corrente de pensamento político e social, compreendido entre a década final do século XIX e a de 1930 do século XX. Nesse período de florescimento do anarquismo, e também por causa dele, foram registradas as primeiras agitações populares, em torno da “questão social”¹²².

Ao lado de outras correntes do pensamento reformador, o anarquismo compôs e estimulou a formação da cultura de contestação social que se tornou expressiva, no início do século passado. O movimento operário, neste momento histórico particular, viveu um de seus períodos de maior agitação, concorrendo de forma decisiva, para esta agitação, a influência das idéias anarquistas.

Este é um indício para se compreender por que grande parte das pesquisas historiográficas que contemplam o tema do anarquismo, o fazem a partir de estudos sobre o movimento operário deste momento de efervescência

¹²² A terminologia “questão social” era usada, no período em questão, tanto pelos setores dominantes quanto pelos trabalhadores. No seio das camadas burguesas, no entanto, ela geralmente surgia enquanto estratégia de criminalização das lutas operárias, ao passo que entre os trabalhadores ela distinguia tudo o que dizia respeito à convivência nos espaços urbanos, e em torno do que se constituíam suas demandas, como o trabalho, a habitação, o lazer e a educação.

das lutas sociais, ou seja, o período conhecido como Primeira República. Na história da república brasileira, as lutas operárias alcançaram sua maior amplitude no momento em que o anarquismo obteve sua maior penetração entre os trabalhadores, ou, pelo menos, da parcela dos que escolheram a via da resistência para suas lutas.

As lutas operárias são, desta forma, o tema mais contemplado na produção historiográfica que voltou suas atenções para o anarquismo, nos anos oitenta. O caminho contrário também é válido, ou seja, em vários trabalhos, a atuação libertária aparece tangenciada em estudos mais gerais sobre o movimento operário, quando abordada como uma das correntes ideológicas representativas, em seu seio.

É desta forma que a atuação libertária aparece no trabalho de Zélia Lopes da Silva, “A domesticação dos trabalhadores nos anos 30”. Analisando o “processo político brasileiro que se afigura com a tomada de poder pelos aliancistas em outubro de 1930, marco fundante de um “novo” tempo, segundo as diversas vertentes de interpretações que explicam o período”¹²³, a pesquisa de Lopes da Silva encontra um exemplo de longevidade do projeto libertário, na República brasileira.

Contrariando o marco que se pode considerar tradicional, no estudo das lutas operárias do início do século, qual seja, o que tem em 1922 limite a partir do qual observa-se o declínio do anarquismo enquanto corrente ideológico-organizativa do movimento operário, a autora acompanha as permanências, após 1930, da militância anarco-sindicalista. Referindo-se aos debates entre os operários, em torno de uma greve dos ferroviários no período, a autora menciona:

“O episódio é significativo e evidencia que entre os ferroviários da São Paulo Railway, em 1932, a orientação anarco-sindicalista ainda era predominante, como é perceptível ao se examinar a sua pauta de reivindicações e a organização da categoria durante a greve, que segue os princípios e métodos libertários, os quais enfatizam a permanente mobilização dos operários, a organização dos comandos de greve com ampla participação dos trabalhadores, as assembléias como órgãos de deliberação máxima, entre outros, ao contrário dos métodos comunistas.”¹²⁴

¹²³ SILVA, Zélia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990, p. 7.

¹²⁴ SILVA, Zélia Lopes da. Op. cit., p. 97.

É freqüente, entretanto, que, na produção acadêmica da década de oitenta, o movimento operário seja abordado de uma forma diferente da mais constante na historiografia anterior. Parece-nos que há uma migração do estudo do que há de “institucionalizado” nas lutas operárias, ou seja, de suas manifestações mais evidentes, como greves, congressos e atuação de sindicatos, que pode, às vezes, se confundir com a história das lideranças operárias, abre espaço para a análise de manifestações várias, que não emergem necessariamente destes espaços. Não se quer com isso afirmar que os estudos centrados nas greves e nos sindicatos desaparecem nesta historiografia, nem que este passa a ser um campo de estudos rejeitado. É a própria noção ampliada de luta política que se evidencia, e mesmo quando as greves e a experiência da sindicalização são os temas centrais, na nova historiografia do movimento operário, abrem novas perspectivas de abordagem.

Em “O Sonhar Libertário (Movimento Operário nos anos de 1917 a 1921)”, Cristina Hebling Campos expõe essa perspectiva de, mesmo trabalhando diretamente com as lutas operárias, reconhecer que a história da classe não se reduz à sua dimensão institucional:

“Como tema e título desta obra, o privilegiamento deste sonhar, desta tentativa revolucionária, não implica em negar que a história da formação da classe operária vai muito além do estudo das manifestações explícitas e organizadas no seio de instituições como sindicatos ou organizações políticas. Mas como lembra Cornelius Castoriadis não devemos nos restringir ao âmbito daquele terreno que na tradição marxista-leninista, e estruturalista, se delimitou como político.”¹²⁵

A classe operária abordada em suas manifestações institucionais – associativismo e greves – é a temática da pesquisa de Silvia Maria Belfort Vilela de Andrade. Neste caso, a inovação está no recorte espacial proposto, abordando o movimento operário da cidade de Juiz de Fora e sobre o que se farão mais observações no tópico dedicado às delimitações espaciais.

No caso do trabalho de Maria Conceição Pinto de Góes, as propostas de mobilização e luta, manifestadas pelos anarquistas do Rio de Janeiro, são o

¹²⁵ CAMPOS, Cristina Hebling. Op. Cit., p. 11.

elemento principal com que a autora trabalha, inserindo-as no contexto das primeiras lutas operárias. Suas fontes principais, a imprensa operária – em que *A Voz do Trabalhador*, porta-voz da Confederação Operária Brasileira, tem lugar de destaque - atestam essa ligação. Os marcos cronológicos utilizados pela autora, inclusive, são aqueles fornecidos pela dinâmica das lutas dos trabalhadores. O ano de 1911 é apresentado pela autora como limite da atuação autônoma dos trabalhadores.¹²⁶

As relações entre o anarquismo, o movimento operário e o Estado, durante a Primeira República, são investigadas na dissertação de mestrado de Paulo Alves, defendida em 1981, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.¹²⁷ Alves pretende analisar como a burguesia contrapõe seu aparelho ideológico ao movimento operário, recorrendo à “violência física e às instituições ideológicas privadas e públicas”, o Parlamento, às leis, regulamentos jurídicos, à imprensa e às associações culturais. O anarquismo, malgrado o enfoque negativo do autor, aparece como principal força ideológica do movimento dos trabalhadores que viveu um período de grandes conflitos com o poder dominante. O autor assim resume seus objetivos:

“(...) buscamos captar nos discursos do poder e dos militantes operários, intelectuais ou não, o conteúdo político e ideológico dos conflitos sociais. A partir deste enfoque, como entender a dimensão do político e do ideológico nas relações entre o operariado e o seu movimento e entre os militantes e o Estado e as classes dominantes? De outro lado, como entender a ação do governo e dos empresários, do ponto de vista de seus discursos e práticas, que combinavam violência e conciliação?”¹²⁸

O movimento operário, a amplitude de suas lutas e a reação despertada por parte das classes dominantes, inclusive no plano ideológico, trazem ao centro das análises de Alves, a atuação libertária. É a realização dos três congressos operários que tiveram a organização e a predominância dos anarco-sindicalistas, em 1906, 1913 e 1920, que justificam a periodização proposta por Alves.

¹²⁶ GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A Formação da Classe Trabalhadora*. Movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911, p. 10.

¹²⁷ ALVES, Paulo. *Anarquismo, Movimento Operário e o Estado*. Suas relações no contexto capitalista da Primeira República (1906 – 1922). São Paulo: Dissertação de Mestrado – PUC/ SP, 1981.

¹²⁸ ALVES, Paulo. Op. cit., p. 13.

A Insurreição Anarquista de 1918, estudada por Carlos Augusto Addor, mesmo organizada a partir de um grupo extra-sindical, estava ligada diretamente ao movimento operário e nele tinha seu respaldo. Addor enfatiza essa ligação discordando da historiografia anterior que considerou esse acontecimento fadado ao fracasso, por não possuir “lastro” nas massas operárias, aglutinadas em torno de sindicatos e das associações de trabalhadores. Chamando atenção para a fragilidade destes argumentos, e ao mesmo tempo, atestando a ligação da insurreição ao movimento operário, Addor afirma:

“Ora, o que não nos parece apropriado é afirmar que um movimento insurrecional articulado a uma greve que paralisa dezenas de fábricas e dezenas de operários (têxteis, metalúrgicos e setores da construção civil) na Cidade do Rio de Janeiro e também cidades circunvizinhas não tenha ‘nenhum respaldo por parte das massas populares’. Ao mesmo tempo, na medida em que essa articulação se realizou através de vários contatos entre as lideranças intelectuais do movimento – José Oiticica, Astrojildo Pereira, Manuel Campos e Agripino Nazareth, entre outros – e a diretoria da União dos Operários em Fábricas de Tecidos(...) desempenhando o sindicato têxtil um papel estratégico e relevante na deflagração do movimento, não nos parece também apropriado caracterizar a ação insurrecional de novembro de 1918 como tendo sido promovida por ‘outra corrente do movimento anarquista, além dos anarco-sindicalistas’; pelo contrário, ela nos parece uma ação característica do anarco-sindicalismo.”¹²⁹

A experiência da Colônia Cecília, estudada por Helena Mueller, guarda relação com o movimento operário no âmbito internacional. A discussão sobre a pertinência ou não da constituição de colônias anarquistas povoa as discussões do movimento ácrata pelo menos desde os tempos da I Internacional, no seio da qual se discutem as propostas para a atuação operária. Mueller volta então a esses debates e àqueles travados no movimento anarquista italiano, de que sai a idéia de Giovanni Rossi de fundar, no Brasil, uma colônia que pudesse “dar um exemplo” de que a vida de forma libertária era possível e desejável.

Também nas pesquisas sobre a disciplinarização, o movimento operário funciona como “pano de fundo”. Eliane da Silva Lopes enuncia como objetivo de sua pesquisa, estudar o processo de formação da trabalhadora urbana,

¹²⁹ ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986, p. 14-15.

entre 1900 e 1922. Analisando as imagens elaboradas pelos diversos discursos para a mulher, seja a estimulada pela classe dominante ou a formulada pelos libertários, Lopes encontra essa nova faceta da mulher: “Transformada já no século XVIII em centro de estratégias que visavam organizar, higienizar e moralizar a família, a mulher assumiu uma nova dimensão, além da figura de mãe e de esposa: a de trabalhadora”. Entretanto a autora afirma o interesse de retirar o estudo do feminino do campo teórico que a subjuga, apresentando-a sob a homogeneização da “classe operária”, universo social em que, segundo a autora, “somente aos homens é dado fazer escolhas”.¹³⁰

Ainda que objetive fugir às generalizações que se efetivam na condição de “classe operária”, o movimento dos trabalhadores é um dos espaços que Lopes aborda em busca do feminino. No segundo capítulo de sua dissertação, cujo título é “Mulheres: Ao Trabalho”, é observada em dois processos de trabalho a presença feminina: a indústria de fiação e tecelagem e as oficinas de costura. Nesses espaços de produção, são abordadas em suas lutas cotidianas e em movimentos grevistas, nas tentativas de organização das respectivas categorias. Lopes busca, ainda, nas páginas da imprensa social, aquelas mulheres que deixaram seus nomes gravados nas lutas dos socialistas e libertários, na qualidade participantes de uniões, ligas, comícios, escrevendo em jornais ou em grupos de teatro social.

“A atuação destas mulheres merece ser destacada sem que para isso seja necessário lembrar constantemente seus heroísmos ou uma propalada combatividade. Sua presença é um fato que marca, nos anos que estudamos, estes movimentos sociais. Expressaram opiniões sobre a necessidade de uma nova mulher. Embora a construção desta ‘nova mulher’ seja um aspecto praticamente perdido na história, no seu cotidiano as militantes se colocaram, ou melhor, suas vozes ressoaram pelas posições que ousaram formular e assumir.”¹³¹

A pesquisa de Lopes, buscando a atuação daquelas mulheres, na sua experiência de vida e de luta diária, em casa, na rua e na fábrica, é um elemento importante para se relativizar determinadas concepções construídas na historiografia brasileira sobre a participação feminina no mundo do trabalho, segundo a qual o trabalho feminino e infantil era um recurso de que se serviam

¹³⁰ LOPES, Eliana da Silva. Op. Cit., p. 3.

¹³¹ Id. Ibidem., p. 198.

os patrões, a quem esta mão-de-obra mais facilmente se submetia. Silvia Andrade segue também este caminho, quando aborda o proletariado de Juiz de Fora:

“A grande presença de mulheres e menores na força de trabalho local não parece ter dificultado a sua mobilização. Pelo contrário, chegam a desencadear a última greve e estão presentes na combatividade dos operários do setor têxtil.”¹³²

O projeto de disciplinarização do espaço urbano, da figura feminina, da infância e do espaço produtivo, perpassado pelas reações que estas práticas despertaram entre os trabalhadores e, de modo especial, entre os militantes anarquistas, aparece em “Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar” também atravessado pelas agitações operárias do início do século passado, nas maiores cidades brasileiras. Para Margareth Rago, o ponto de partida para a elaboração dos projetos de disciplinarização dos espaços urbanos por parte dos poderes constituídos é a configuração do proletariado urbano, que trazia, em seu seio, no entendimento das classes dominantes, o germe da “desestabilização da ordem social”. No caso da pesquisa de Rago, centrada no eixo Rio - São Paulo, a figura destes “bárbaros” recai sobre os trabalhadores imigrantes.

“As expectativas burguesas projetadas sobre o imigrante recém-chegado se frustram continuamente. Em contrapartida, os industriais procuram fixar sua mão-de-obra nas fábricas, recorrendo a inúmeras tecnologias de disciplinarização, incessantes e ramificadas. Do interior do espaço da produção ao percurso de volta à casa, penetram em sua habitação, invadindo e procurando controlar até mesmo os momentos mais inesperados de sua vida cotidiana.”¹³³

As resistências desses trabalhadores às táticas de disciplinarização, igualmente disseminadas por meio de vários espaços da sociabilidade, são abordadas por Rago como possuindo inserção consciente na sua prática política. As lutas contra a dominação burguesa que se deram de forma “não-organizada”, segundo a autora, buscam a reformulação das relações de poder onde quer que se manifestem: na família, na fábrica, na escola, nos espaços de lazer ou nos seus grêmios e ligas operárias.

¹³² ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. Op. Cit., p. 164.

¹³³ RAGO, Margareth. Op. Cit., p. 17.

No trabalho de Maria Auxiliadora Guzzo Decca, sobre o cotidiano operário, em São Paulo, um capítulo é dedicado à temática semelhante a explorada por Margareth Rago. O problema central do segundo capítulo é o controle do cotidiano operário, em que um conhecimento técnico é elaborado para “equacionar os problemas dos trabalhadores”. Esses saberes, pleiteando neutralidade, funcionam como estratégias de disciplinarização, “sendo retirada progressivamente do trabalhador a autodeterminação do seu modo de vida”.¹³⁴ Eliane Lopes, Margareth Rago e Maria Auxiliadora Decca formam, na produção historiográfica, referente à atuação libertária, por assim dizer, a trilogia da disciplinarização.

Sobre a dominação que se exerceu diretamente no espaço da produção, no relacionamento patrão-operário e patrão-Estado, a historiografia dos anos oitenta conta com a mencionada pesquisa de Zélia Lopes da Silva, posto que é centrada na cooptação e derrota do projeto de controle da produção por parte dos trabalhadores - anseio fundamentalmente dos anarco-sindicalistas - a partir da implementação de medidas controladoras, por parte do Estado e pelos patrões.

No mesmo eixo temático, mas mais abrangente, o trabalho de Ângela Castro Gomes, também da década de 1980, “A Invenção do Trabalhismo”¹³⁵, oferece visão das correntes organizatórias do movimento operário, dentre as quais vislumbra os anarquistas, para, em seguida, acompanhar os passos da construção do Estado corporativista, após a “Revolução de 1930”. Buscando compreender os pontos de vista dos libertários, a partir da abordagem da imprensa e de teóricos do anarquismo, a autora revê conhecidas interpretações sobre a presença do anarquismo e do anarco-sindicalismo, na Primeira República e no período imediatamente posterior à chegada de Getúlio Vargas ao poder. Entre essas “concepções revisitadas”, está a recusa da aceitação do jogo parlamentar pelos libertários, sobre a qual Castro Gomes anuncia sua perspectiva:

¹³⁴ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas. Cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.12.

¹³⁵ GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. Vértice/IUPERJ, 1988. Esta pesquisa foi apresentada primeiramente como tese de doutorado em Ciência Política no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

“A proposta anarquista recusava a definição de política como disputa eleitoral e como prática partidária e eleitoral, afastando-se radicalmente do modelo liberal, ao mesmo tempo aceito e criticado pelos socialistas. Este fato, amplamente apontado pela literatura, não será entendido aqui como uma negligência da dimensão política, mas como uma alternativa distinta de lidar com ela. Os anarquistas defendiam outra estratégia de luta para a conquista de uma nova identidade para os trabalhadores na sociedade. Nela a idéia de política era redefinida, e é a partir dessa redefinição que as questões dos interesses econômicos dos trabalhadores e de sua participação podem ser entendidas.”¹³⁶

Militâncias sociais libertárias, com maior ou menor grau de relacionamento com o movimento operário, foram objeto de biografias por parte da produção historiográfica da atuação libertária da década de 1980.¹³⁷ Uma delas aborda a trajetória de um militante que teve participação direta no movimento operário: Astrojildo Pereira, personagem central da pesquisa de Suzete Bezerra Fernandes¹³⁸. A trajetória do anarquista Avelino Fóscolo e da libertária mineira Maria Lacerda de Moura, estudados respectivamente por Regina Horta Duarte e Miriam Lifchitz Moreira Leite, mesmo não tendo relacionamento tão direto com o movimento operário, como Pereira, estão ligados, cada um dentro de sua especificidade, à militância libertária, nas primeiras décadas do século XX, principalmente via imprensa social.

No caso das biografias, há que se mencionar a pesquisa de Yara Khoury¹³⁹, apresentada como tese de doutorado em Sociologia, sobre a militância de Edgard Leuenroth, um dos mais ativos anarquistas brasileiros. Para Khoury, a biografia do militante pretende ampliar as análises sobre a

¹³⁶ GOMES, Ângela Castro. Op. cit., p. 87.

¹³⁷ As teses e dissertações que se ocupam de biografias de antigos militantes anarquistas não são limitadas aos anos 1980. Na década posterior, este continua sendo um terreno fértil para a reflexão histórica acerca da experiência operária e, mais especificamente, anarquista, começando a suprir, mesmo que de forma lenta, a lacuna nos estudos sobre as memórias dos militantes. Entre os trabalhos da década de 1990 podemos citar: NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Florentino de Carvalho*. Pensamento social de um anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000. (Apresentado originalmente como dissertação de mestrado em Sociologia na UFPB, 1996); KAMEL, Dílson José Nogueira. *José Oiticica: um anarquista brasileiro*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997; ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP, 1998.

¹³⁸ FERNANDES, Suzete Bezerra. Op. Cit.

¹³⁹ Khoury é autora também de *As Greves de 1917 e o Processo de Organização Operária*. São Paulo: Cortez, 1981 e *A Poesia Anarquista*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, vol. 8, nº 15, set. 88/ fev.88, p. 215-247.

influência do anarquismo na proposta da construção da “revolução como uma construção de todos”.

“Ao recuperar a militância de Leuenroth, e o modo como forja, com seu grupo a construção livre dos caminhos revolucionários interessa-me refletir sobre o modo como se recoloca, com novas forças, a questão da liberdade da classe trabalhadora de criar seu caminho: inquieta-me a questão do direito desses sujeitos forjarem sua experiência da maneira como aspirem e queiram e do respeito às suas determinações, como cidadãos com direitos iguais aos demais nas sociedades que se querem democráticas. Nesse sentido, torna-se significativo refletir sobre a prática libertária, dimensionando e discutindo pontos de acordo e de conflito entre passado e presente num compromisso com o futuro, na luta pela liberdade.”¹⁴⁰

A pesquisa de Khoury insere-se, ainda, na perspectiva de reavaliação dos movimentos sociais e políticos, em que as idéias anarquistas reaparecem como uma proposta da qual ensinamentos podem ser retirados, tendo em vista a construção dos movimentos de contestação contemporâneos:

“Sentindo-me parte de uma geração de estudantes que viveu as certezas do movimento político da década de 60, apoiada em elaborados textos teóricos e doutrinários, seguindo percursos e programas pré-estabelecidos, como no dizer de Vandrê “a certeza na frente e a história na mão”; vivendo também as desilusões, as surpresas os questionamentos dos anos 70; vendo abalados os alicerces de nossa prática política e dos saberes que a sustentaram durante tanto tempo, seduz-me a militância de Edgard Leuenroth visando à revolução anárquica, entendida como um caminho construído por todos, de modo livre e direto, como o entendam e o queiram, sem constrangimentos e coerção, refletindo sobre o significado contemporâneo e o atual dessa construção.”¹⁴¹

Nos três casos abordados, a escolha do gênero biográfico, a importância dada a trajetórias individuais estão em sua articulação com o coletivo, ou seja, no que têm de representativo do movimento mais geral que envolvia a vida desses militantes, das relações e camadas sociais de que participaram. Como afirma Miriam Lifchitz Leite:

“São significativas as biografias que ao conseguir delinear as características individuais do biografado, apresentam uma relação dialética entre o contexto social e a atuação de aproximação ou distanciamento do indivíduo, desse contexto. Raramente as

¹⁴⁰ KHOURY, Yara Aun. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária*. Imprensa, Memória e Militância anarco-Sindicalistas. São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia – USP, 1988, p. 15-16.

¹⁴¹ KHOURY, Yara Maria Aun. Op. Cit., p. 16-17.

*particularidades do biografado deixam de ser desdobramentos de condições de vida coletiva que participou, da cultura incorporada, do trabalho exercido e da influência real ou imaginária de multiplicador ou subversor que sua camada social, nacional, religiosa ou política exerceu.*¹⁴²

Nesse sentido, é esclarecedor o depoimento de Edgard Leuenroth, apresentado na pesquisa de Khoury:

*“Sentindo-se um entre muitos responsáveis pela força do movimento, assim diz: ‘Não é a primeira vez que me fazem a pergunta por que não escrevo minhas memórias. E a minha resposta tem sido sempre a mesma: que a evidência de minha pessoa tem sido conseqüente de circunstâncias inteiramente alheias à minha vontade, com a ausência absoluta de qualquer propósito meu nesse sentido. O que importa é o movimento ideológico a que me entreguei desde minha mocidade e, no geral, a minha pessoa se perde na multidão de seus combatentes.’”*¹⁴³

Em ensaio recente sobre o ressurgimento do gênero biográfico, que, no caso da produção historiográfica sobre a classe operária e o anarquismo, já se esboça nos anos 80, Benito Schmidt faz reflexões pertinentes sobre a perspectiva renovada desse interesse por personagens do passado. Se anteriormente, sob o peso dos estruturalismos, as biografias e, num maior âmbito, os acontecimentos apareciam como a superfície da história, determinados pelas estruturas socioeconômicas e, logo, independentes dos indivíduos, na atualidade

*“(...) pelo contrário, com o descrédito das totalizações, dos modelos explicativos genéricos e as idéias de sujeito universal e de sentido da/na história, ressurge o interesse pelas trajetórias individuais. Porém, falar em ‘retorno’ ou ‘volta’ da biografia – bem como da narração e do político – parece ser equivocado pois, como afirma Le Goff, ‘[...] cada um desses gêneros históricos (ou quase) volta com uma problemática profundamente renovada’.*¹⁴⁴

Um dos principais ritos operários, momento de construção de identidades da classe trabalhadora, é abordado por Bernardo Kocher, na dissertação “Luto-Luta – O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro 1890-1940”. O

¹⁴² LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Op. Cit., p. 10.

¹⁴³ KHOURY, Yara Maria Aun. Op. cit., p. 14.

¹⁴⁴ SCHMIDT, Benito Bisso. A Biografia Histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de ‘contexto’. In: GUAZELLI, César Augusto et alii (org.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000, p. 123.

Primeiro de Maio, no entender de Kocher, entretanto, não poderia ser realmente entendido, se se limitasse ao âmbito do movimento operário, sendo, na realidade, momento em que diversos atores sociais estarão envolvidos. É, porém, o movimento operário que vai desejar, para o Primeiro de Maio, sua identidade de luta, data que vai surgir no imaginário dos trabalhadores como forma de atualização de seus combates por uma sociedade mais justa. Assim, Kocher conclui que, na luta por moldar o significado da data, “O processo de perda da identidade operária do Primeiro de Maio é proporcional ao da construção da hegemonia burguesa.”¹⁴⁵ Na disputa dos discursos para dar à data o sentido de combatividade, o autor encontra o discurso dos libertários, que desejando a autonomia da classe operária, fará dela recurso crítico à ordem burguesa:

“De todas as correntes políticas operárias existentes até então, o anarco-sindicalismo era a única completamente inabsorvível pela coalizão, pois aquela desnudava completamente a essência da exclusão político-institucional a que estava submetida a classe operária, denunciando-a frontalmente.”¹⁴⁶

O eixo temático da pesquisa de Kocher acompanha a tendência de revalorização dos ritos operários, inserindo-os nas práticas políticas conscientes que visavam à construção de uma identidade própria para os trabalhadores. Entre os historiadores que abordaram este tema operário estão Hobsbawm e Michelle Perrot. Nas palavras desta, o Primeiro de Maio aparece como “o rito proletário mais completo e uma apaixonante experiência de criação de uma simbologia”.¹⁴⁷ Ao seu lado, estava toda a gama de elementos que concorriam para o delineamento dessa identidade, entre eles os hinos, estandartes, a iconografia em geral, as corporações musicais que animavam os bailes operários. Nesses elementos, está clara a estratégia de promover a

¹⁴⁵ KOCHER, Bernardo. Op. Cit., p. 9.

¹⁴⁶ Id. Ibidem., p. 95.

¹⁴⁷ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 164. Ver também HOBBSAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias*. Resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998; DEL ROYO, José Luiz. *1º de Maio*. Cem anos de luta. São Paulo: Global Editora, 1986; FONSECA, Carlos da. *O 1º de Maio em Portugal*. Lisboa: Antígona, 1990; CARDOSO, Alcina, ARAÚJO, Sílvia Pereira. *1º de Maio*. Cem anos de solidariedade e luta. Curitiba: Ed. Beija-flor, 1986.

cultura e a educação, na busca de levar o auto-esclarecimento às mais amplas parcelas dos trabalhadores.¹⁴⁸

Na tese de doutorado de Flávio Luizetto, as temáticas principais abordadas são as realizações educacionais e literárias dos anarquistas, no Brasil. Com o título: “Presença do Anarquismo no Brasil: Um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920”, a pesquisa de Luizetto analisa momentos geralmente esquecidos, ou tidos como de menor importância, do combate anarquista, que, entretanto, como afirma o autor, contaram com bastante empenho dos militantes comunistas libertários, uma das correntes mais expressivas do movimento no Brasil:

“Das diferentes facetas que marcaram a presença do anarquismo no Brasil, esse episódio inclui-se entre as suas atividades menos conhecidas. Não obstante, mereceu, tanto quanto outras tarefas, atenção especial do movimento e, no seu desenvolvimento, ocupou parte não pequena do cotidiano de muitos militantes e simpatizantes.”¹⁴⁹

Coerentes com o entendimento dos anarquistas, acerca da transformação social, as propostas educacionais dos libertários que culminaram com a fundação das Escolas Modernas¹⁵⁰, dedicadas a formar o novo homem, e a atuação literária que, através da produção ficcional de

¹⁴⁸ PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. *A Imprensa dos Trabalhadores do Ceará, de 1862 aos anos 1920*. Florianópolis: Tese de Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina, 2001, p. 323.

¹⁴⁹ LUIZETTO, Flávio Venâncio. Op. Cit., p. 3. A educação libertária foi sempre um campo ao qual os anarquistas deram atenção, convencidos de que a nova sociedade não poderia florescer de um *coup de main*, mas deveria ser resultado da formação do novo homem, portador das idéias de liberdade e solidariedade. Sobre a educação propostas pelos anarquistas ver, em períodos diversos: GHIRALDELLI JR, Paulo. *Educação e Movimento Operário*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1987; MORIYÓN, Felix Garcia (org.). *Educação Libertária*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. GALLO, Silvio. *Pedagogia do Risco: Experiências Anarquistas em Educação*. Campinas: Papyrus, 1995; PEY, Maria Oly. *Educação Libertária*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1997. PEY, Maria Oly *et alli*. *Pedagogia Libertária*. Experiências Hoje. São Paulo: Ed. Imaginário, 2000; JOMINI, Regina Célia Mazoni. *Uma Educação para a Solidariedade*. Campinas: Ed. Pontes/ Ed. da UNICAMP, 1990. Também o livro de Margareth Rago, *Do Cabaré ao Lar*, possui um tópico dedicado a estas preocupações educacionais dos libertários, sob o título “A pedagogia libertária e a formação do homem novo”.

¹⁵⁰ As “escolas modernas” ou “racionalistas” foram desenvolvidas a partir do modelo do educador espanhol Francisco Ferrer y Guardia e baseavam-se numa “educação integral”, totalmente desvinculada da tradição católica. Ferrer foi fuzilado em 13 de outubro de 1909, acusado de envolvimento com o movimento revolucionário de Barcelona denominado “Semana Trágica”, mesmo sem qualquer prova contra ele. Sobre a educação racionalista ver FERRER Y GUARDIA, Francisco. *La Escuela Moderna*. Barcelona: Tusquets Editor, 1978. Serie Los Libertarios.

conteúdo social, buscava formular a crítica à sociedade vigente, também tiveram seu relacionamento com o movimento operário. Eram práticas inseridas no todo da atuação libertária, que se espalhava nos vários territórios da sociabilidade. Os autores destacados, no episódio literário, Avelino Fóscolo, Fábio Luz, Domingos Ribeiro Filho e Manuel Curvello de Mendonça tiveram parte ativa na imprensa operária, pela publicação de artigos ou de suas obras, em formato de folhetim.

A temática abordada por Luizetto aparecera anteriormente na dissertação de mestrado em Ciência Política de Francisco Foot Hardman, reunida sob o signo da “cultura anarquista”. Em Hardman, entretanto, as propostas educacionais dos libertários não aparecem como prática consequentemente articulada como as outras formas da atuação dos anarquistas, coerente com o entendimento diferenciado do que deveria ser a revolução social. Para ele são, antes, fruto de análise defeituosa, incapaz de compreender a relação de forças na sociedade. Desta forma, Hardman interpreta as preocupações educacionais como “alternativas utópicas, acreditando ser possível a criação de ilhas de democracia, no interior de um mar infestado de peixes carnívoros”.¹⁵¹

É também a questão social que motiva a educação racionalista das Escolas Modernas. Seus professores e animadores têm amplo espaço na imprensa dos trabalhadores, em que divulgam as atividades de suas escolas e pedem auxílio para sua manutenção, por meio de subscrições.

Os temas abordados, dentro do espectro da atuação libertária, têm maior ou menor ligação com as lutas operárias das primeiras décadas do século XX, nos maiores centros brasileiros. Apresentam-se, no entanto, novas abordagens dentro deste leque de objetos de estudos. Pesquisas sobre as lutas pela emancipação feminina, sobre a disciplinarização da sociedade em

¹⁵¹ HARDMAN. Francisco Foot. *A Estratégia do Desterro (situação operária e política cultural anarquista/ Brasil, 1889 – 1922)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – IFCH/ UNICAMP, 1980. Parte desta pesquisa foi publicada sob o título *Nem pátria, nem patrão*, pela editora Brasiliense, em 1984. Lê-se na dissertação de mestrado de Hardman: “Tal prática [as escolas racionalistas] levava ao abandono das **lutas concretas** contra o sistema burguês e contra o Estado, em relação à exigência de acesso a escolas públicas e gratuitas e melhores condições de ensino para toda a população trabalhadora. Isolando-se em pequenos núcleos pretensamente “liberados do ensino burguês”, **esta estratégia ignorava uma perspectiva global de luta** no plano da educação, viável para toda a sociedade, num país onde imperava o atraso cultural e o analfabetismo.” p. 101, grifos meus.

geral, sobre a literatura anarquista e as práticas educacionais libertárias, são novos objetos nesta produção. São perspectivas abertas pela reavaliação das formas de luta dos trabalhadores, pela valorização da dimensão da experiência.

Momentos desta luta que, anteriormente, não apareciam como políticos e por isso mereciam discretas notas de rodapé, são agora redimensionados e valorizados. A compreensão diferenciada da natureza das relações de poder, na sociedade, também concorre para esta reavaliação. Os militantes anarquistas das primeiras décadas do século XX já haviam entendido esta natureza, tendo se esforçado por empreender seu combate à sociedade capitalista em múltiplos terrenos, como se percebe nas várias pesquisas.

Esta conexão com o movimento operário, mesmo nas problematizações em que esses embates não estão em primeiro plano, nas análises, terá importância na escolha das periodizações das pesquisas da década de oitenta, como abordaremos a seguir.

2.3. Os recortes cronológicos

A articulação, na nova produção historiográfica sobre o anarquismo, entre este e o movimento operário, seja ele ou não o tema principal das pesquisas, facilita o entendimento dos cortes cronológicos mais utilizados por esta produção. São esses anos, no caso, as duas primeiras décadas do século XX, que apresentam as maiores mobilizações operárias, que são usualmente contemplados. Com raras exceções, estes trabalhos têm sua temporalidade variando da última década do século XIX às duas primeiras décadas do século XX.

Alguns autores justificam o recorte cronológico de suas pesquisas, a partir do reconhecimento de que o período abordado foi de forte mobilização dos trabalhadores, com a emergência do movimento operário. Assim se

expressa Suzete Bezerra Fernandes, em sua pesquisa sobre a militância de Astrojildo Pereira:

“O período escolhido deveu-se ao fato de que foi justamente entre 1917 e 1922 que o movimento operário brasileiro foi responsável, através de sua atuação reivindicatória, de obter da classe patronal e governamental algumas concessões como: jornada de 8 horas, o descanso semanal, a regulamentação do trabalho de menores e mulheres e a lei sobre acidente de trabalho.”¹⁵²

O período de manifestações políticas, principalmente em razão das lutas operárias, com a “lepra da luta de classes” e a onda de greves cada vez mais freqüentes, justifica também o recorte proposto por Cristina Hebling Campos. É a conjuntura 1917-1921 que a autora privilegia para analisar o que chama de “sonhar libertário”, exatamente a atuação dos anarquistas nesses anos nos quais identifica a relação direta entre a militância destes e o ascenso da mobilização operária.¹⁵³

A opção por recortes cronológicos, diferentes dos usualmente utilizados e elevados à posição de marcos pela historiografia anterior, pode advir de perspectivas analíticas distintas que privilegiam acontecimentos que, no geral, foram obliterados em pesquisas passadas. Exemplo disso é a pesquisa de Maria Auxiliadora Guzzo Decca, que, abordando o cotidiano dos trabalhadores, busca as manifestações que, no mais das vezes, passaram despercebidas:

“Neste trabalho não se encontram os cortes cronológicos mais convencionais da historiografia (antes de 30/ pós-30) uma vez que o recorte temático pretende ultrapassar a cronologia estabelecida pelos acontecimentos políticos valorizados pelas classes dominantes.”¹⁵⁴

A autora ainda refere-se aos seus objetivos, tendo em conta ser um estudo que se detém na chamada “curta duração”, termo consagrado por aqueles que escolheram privilegiar intervalos de tempo menores, em busca de conjunturas mais específicas:

¹⁵² FERNANDES, Suzete Bezerra. Op. Cit., p. 12.

¹⁵³ CAMPOS, Cristina Hebling. Op. Cit., p. 16.

¹⁵⁴ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas*. Cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987, p. 11.

“Em um estudo localizado, de ‘curta duração’, sobre a vida operária fora das fábricas, o intuito foi muito mais o de perceber a constituição de um determinado cotidiano em São Paulo.”

Tratando de uma experiência das lutas operárias fora do eixo Rio-São Paulo, Sílvia Belfort de Andrade encontra periodização que obedece à dinâmica própria do movimento reivindicatório dos trabalhadores da cidade mineira de Juiz de Fora:

“A delimitação cronológica obedece a um corte importante para a vida operária local e não ao critério da luta da classe operária do Rio de Janeiro e de São Paulo. O período escolhido – 1912 a 1924 – se justifica por se tratar de um espaço de tempo importante na luta que a classe empreende contra o capital: eclodem três greves – 1912, 1920 e 1924 – de caráter generalizado além de outras que abrangem apenas uma unidade fabril ou apenas um setor. E ainda mais que as greves foram eleitas como conjunturas privilegiadas para a análise da problemática(...)”¹⁵⁵

Recorte temporal também distinto, por motivos diversos, é o apresentado por Maria Conceição Pinto de Góes, no trabalho “A Formação da Classe Trabalhadora. Movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888 – 1911”. A autora justifica seu corte cronológico por entender o ano de 1911 como marco do descenso do movimento anarquista, sendo emblemático da perda de influência por parte dos libertários, acarretada pelo aumento da concorrência de grupos não-operários, pelo avanço do sindicalismo reformista, e pelo aumento por parte do Estado, da repressão ao movimento operário independente.¹⁵⁶

A periodização escolhida por Góes é, de certa maneira, inédita. O recorte, no ano de 1911, deixa de fora da abordagem, passagens importantes do movimento anarquista, no Rio de Janeiro, talvez seus momentos mais significativos, como o segundo e o terceiro Congressos Operários, que contaram com a organização e participação massiva dos anarco-sindicalistas; a conjuntura 1917/ 1919 que contou com greves generalizadas e até com a

¹⁵⁵ ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. Op. Cit., p. 12.

¹⁵⁶ GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A Formação da Classe Trabalhadora. Movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888 – 1911*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 10.

tentativa de insurreição planejada por anarquistas que é abordada na pesquisa de Carlos Augusto Addor. Quanto à afirmação de que 1911 representa “(...) um novo tempo que se inicia no movimento operário, marcado pela luta interna entre sindicalistas revolucionários e a chamada corrente reformista do tipo trabalhista moderado(...)”¹⁵⁷, podemos concordar que o ano de 1911 pode marcar o início de tentativas mais explícitas de cooptação do movimento operário por parte destas correntes, como o Congresso Operário de 1912, patrocinado pelo Estado. Mas esse tipo de sindicalismo pré-existe a esta tentativa, sendo combatido pelo movimento anarquista antes de 1911.

Carlos Augusto Addor e Helena Isabel Mueller¹⁵⁸, autores de “estudos de caso”, têm suas delimitações cronológicas em torno dos acontecimentos que abordam. A tentativa de insurreição anarquista pesquisada por Addor deu-se, no ano de 1918, ao passo que a experiência da Colônia Cecília, analisada por Mueller, restringiu-se ao início da década de 1890. É necessário, porém, sublinhar que ambos os autores vão bem além dos anos em que ocorrem os respectivos episódios, buscando os antecedentes e os desdobramentos dos dois acontecimentos, como será abordado em outros momentos desta pesquisa.

Outrossim, a periodização mais comum, nos trabalhos sobre o movimento operário e a influência do anarquismo, sugere que é, após o período em que Góes localiza o “declínio do movimento anarquista como proposta teórica e práxis política”, que esta corrente política alcança sua maior expressividade, ou seja, na conjuntura 1917/1920. É entre esses anos, por exemplo, que Carlos Augusto Addor encontra a insurreição anarquista que, em 1918, agitou a capital da república.

Recorte cronológico usual, em se tratando da atuação libertária e do movimento operário, tanto na produção historiográfica anterior, quanto na historiografia da década de oitenta, é o que privilegia as duas primeiras décadas do século XX. Esta escolha está nas pesquisas realizadas por Paulo Alves (1906-1922); Eliana da Silva Lopes (1900-1922); Flávio Luizetto (1900-1920) e Suzete Fernandes (1917-1922) como já vimos. Com frequência, o

¹⁵⁷ GÓES, Maria Conceição Pinto de. Op. Cit., p. 10

¹⁵⁸ ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986; MUELLER, Helena Isabel. *Flores aos Rebeldes que Falharam*. Giovanni Rossi e a utopia anarquista. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

início dos anos vinte aparece como limite. O ano de 1922 é um marco que permanece na produção dos anos oitenta. É o ano da fundação do Partido Comunista que, como apresentado no primeiro capítulo, foi utilizado, sobretudo, na produção militante como ponto de inflexão do movimento anarquista. É, além do mais, um marco histórico erigido e fortalecido por uma historiografia identificada com este partido, que demonstra sua força. Em algumas pesquisas, mesmo aquelas que estabelecem uma crítica à historiografia anterior, em outros aspectos, este recorte cronológico é tomado de forma acrítica.

Entretanto, nas pesquisas que estendem o corte cronológico para além do início dos anos vinte, como já exemplificado pelo recorte da pesquisa de Zélia Lopes da Silva¹⁵⁹, que aborda o período que se inicia em 1930, ou no caso de Margareth Rago¹⁶⁰, que propõe o corte 1890-1930, percebe-se que mesmo no fim dos anos vinte, os libertários constituíam força política considerável. Ainda que possamos localizar, no início dos anos vinte, uma conjuntura de descenso do movimento operário, em geral, ocasionado principalmente pelo avanço do Estado sobre as relações de trabalho. Não há, depois de 1922, um desaparecimento da corrente ideológico-organizativa anarquista, no movimento operário. Por outro lado, as disputas entre comunistas e anarco-sindicalistas, pela hegemonia do movimento serão bem aproveitadas pelas camadas dominantes, na estratégia de arrefecer as lutas operárias. Ainda assim, exemplos da atuação libertária podem ser percebidos, em meados dos anos trinta.¹⁶¹

¹⁵⁹ SILVA, Zélia Lopes da. Op. cit.

¹⁶⁰ RAGO, Margareth. Op. cit.

¹⁶¹ Exemplos de atividade libertária mesmo no pós-1930 podem ser vistos em GERALDO, Endrica. Práticas Libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951). *Cadernos do Arquivo Edgard Leuenroth. Anarquismo e Anarquistas*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 8/9, 1998; RODRIGUES, Edgar. *A Nova Aurora Libertária (1945-1948)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

2.4. As delimitações espaciais

O levantamento da produção historiográfica dos anos oitenta, observada sua relação ao tema do anarquismo apontará a predominância de pesquisas que abordam os espaços do Rio de Janeiro e São Paulo. Como salientado no primeiro capítulo, as razões dessa predominância vão desde a hegemonia econômica destes centros à suposta maior existência de fontes do movimento operário e do anarquismo. Também está implicada a natureza da expansão dos cursos de pós-graduação, a partir daquele eixo e a organização de centros de documentação da história operária, facilitando o acesso dos pesquisadores.

Mas há um aspecto que não deve ser obliterado: nos centros habitualmente estudados, ou seja, Rio de Janeiro e São Paulo, e também em certos espaços do Sul do Brasil, a divulgação dos ideais e das práticas anarquistas se deu de forma particular, favorecendo sua maior visibilidade nestes espaços. Ao passo que na maioria dos estados brasileiros as idéias anarquistas circularam através da mobilidade da militância, via excursões de propaganda, intercâmbio de jornais operários, congressos e conferências, circuito por meio do qual as idéias libertárias eram difundidas. Em estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, essas idéias chegaram não apenas por meio da mobilidade da militância social, mas também a partir da imigração.

A chegada dos trabalhadores imigrantes cumpre papel importante na divulgação das idéias socialistas, e, em certos casos, como na cidade de São Paulo, eles serão importantes na formação do contingente de trabalhadores, por meio dos quais as idéias irão se manifestar. Não se quer, logicamente, fazer mera relação entre trabalhadores estrangeiros e ideologias revolucionárias, como se todos, ou mesmo a maioria, fossem familiarizados com essas idéias, linha analítica percebida em Michael Hall, como o “mito do imigrante radical”. Não se pode, porém, obscurecer a importância de vários militantes estrangeiros que, possuindo experiência na luta de classes, em seus países de origem, vão se destacar também no Brasil.

Ainda que sejam usuais as escolhas dos espaços de Rio de Janeiro e São Paulo, na historiografia da atuação libertária dos anos oitenta, posto que dificilmente merecem por parte dos autores algum esclarecimento nesse sentido, há um diferencial entre estas e a maioria das pesquisas de períodos anteriores: é o reconhecimento das limitações de cada pesquisa empírica, que implica abordagens de caráter local, sem pretensões de estender conclusões particulares a outras realidades.

Nas fontes desta pesquisa, são quatro os trabalhos que têm seu recorte espacial fora do eixo Rio-São Paulo. Três deles são relativos a Minas Gerais, embora a biografia de Maria Lacerda de Moura não se detenha especificamente neste espaço, tendo em vista a mudança da libertária mineira para São Paulo em 1921¹⁶². Outra pesquisa que se desenvolve tendo por cenário Minas Gerais é o estudo sobre Avelino Fóscolo, realizado por Regina Horta Duarte. Por fim, abordando o movimento operário de Juiz de Fora, há a pesquisa de Silvia Maria Belfort de Andrade. Esta autora, inclusive, relata como a pesquisa de fontes que contemplem espaços fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo pode “desconfirmar” a tão propalada escassez de referências sobre o movimento operário de outros estados:

“Com a investigação das primeiras fontes disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, ficou evidente a impossibilidade de abarcar o movimento operário em todo o Estado, tal era o volume de dados disponíveis – apesar de fragmentários – sobre a organização da classe, principalmente, na Mata, no sul e no Centro mineiros. Diante da necessidade de delimitar o âmbito da nossa pesquisa, optamos por estudar a classe operária daquele que foi o principal centro industrial do Estado nas primeiras décadas do século XX (...)”¹⁶³

A quarta pesquisa que “foge” aos espaços usualmente explorados é a realizada por Helena Isabel Mueller, que aborda a experiência da Colônia Cecília, fundada por anarquistas, na década final do século XIX, no interior do Paraná. A pesquisa de Mueller vai, aliás, bem mais longe, pois, para captar o sentido de tal experiência, examina a dinâmica própria do movimento

¹⁶² LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Op. Cit., p. 5.

¹⁶³ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. Op. Cit., p. 11.

anarquista italiano, do qual fazia parte o idealizador e fundador da colônia, o veterinário e agrônomo Giovanni Rossi.¹⁶⁴

Percebe-se então que a variação dos recortes espaciais que passam a estender os estudos sobre a classe operária e também sobre o anarquismo para além dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, é ainda incipiente. Como bem salienta Adelaide Gonçalves:

“Ainda que balanços historiográficos acerca da história operária no Brasil sejam consensuais em apresentar a renovação deste campo com a multiplicidade de abordagens e a incorporação de novas fontes e perspectivas de análise, é lícito pensar que o alargamento – quantitativo e qualitativo – desta área ainda se restringe a alguns centros de estudos e pesquisas. Uma explicação, e não a única, para tal fato, reside na constituição de acervos e tratamento institucional adequado dos arquivos.”¹⁶⁵

É necessário ainda dizer que as delimitações espaciais não dizem respeito exclusivamente aos recortes “geográficos” que limitam as pesquisas a um estado ou região. A partir da década de 1980, abre-se uma perspectiva que ensaia uma “redução” ainda mais evidente, que pode traduzir-se em estudos que privilegiam uma cidade, um bairro operário, uma fábrica ou mesmo uma única categoria profissional, no âmbito da unidade produtiva. Essa diminuição do foco implica uma reapreciação teórico-metodológica, ancorada nas precauções em não se generalizar, para toda a sociedade abordada, uma parte específica dela. Essa preocupação é perceptível no trabalho de Maria Auxiliadora Guzzo Decca que, abordando o cotidiano dos trabalhadores em São Paulo, localiza sua pesquisa na “curta duração”. Afirma a autora que, tanto quanto sua delimitação cronológica, seu recorte espacial tenciona fugir às grandes generalizações comuns em análises sobre a classe trabalhadora:

“Não se busca [...] uma generalização ou tipologia da dominação burguesa (formas de Estado, liberal ou autoritário, oligárquico ou ditatorial, etc...) e da ação operária. Pretende-se talvez muito menos. Em um estudo localizado, de “curta duração”, sobre a vida operária fora das fábricas, o intuito foi muito mais o de perceber a constituição de um determinado cotidiano em São Paulo.”

¹⁶⁴ MUELLER, Helena Isabel. **Flores aos Rebeldes que Falharam. Giovanni Rossi e a utopia anarquista.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

¹⁶⁵ PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. Op. Cit., p. 380.

Na produção historiográfica acadêmica dos anos noventa, é que esta tendência será mais perceptível, principalmente a partir do incremento da historiografia do movimento operário do Rio Grande do Sul. Os estudos sobre Rio e São Paulo permanecem majoritários, mas vários espaços passam a ser contemplados.¹⁶⁶ Os passos iniciais, no entanto, começam a ser esboçados, na historiografia da década de 1980.

¹⁶⁶ Alguns exemplos são: ARAVANIS, Evangelia. *Utopia e História: utopia libertária no Rio Grande do Sul, através do jornal "A Luta" (1906-1911)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado – UFRGS, 1997; BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e Solidariedades: as muitas faces do movimento operário porto-alegrense (1906-1911)*. Dissertação de Mestrado – PUC/SP, 1997.

CAPÍTULO III – Anarquismo e Historiografia: uma construção da memória libertária

Este capítulo constitui-se de dois momentos distintos, porém articulados. De início, examino as leituras mais freqüentes que influenciaram a produção historiográfica da década de oitenta, buscando destacar as ascendências de caráter teórico e metodológico para esta produção. Busco compreender de que maneira essas leituras resultam em aportes teórico-metodológicos diversos e no que estes diferenciam da historiografia anterior, contribuindo, desta maneira, para a construção de novas linhas interpretativas sobre a influência do pensamento e das práticas anarquistas no Brasil. Há que se destacar a presença, entre as referências bibliográficas desta produção historiográfica, de textos de teóricos anarquistas, presença relativamente rara ou difusa na produção anterior. Importa saber o que justifica esta revalorização de aportes dos clássicos libertários. Examino ainda a ascendência dos trabalhos das décadas anteriores à de oitenta.

Num segundo momento deste capítulo, a abordagem recai sobre as principais categorias de fontes das pesquisas acerca da atuação libertária, ou temas tangentes, dos anos oitenta. De forma especial, abordo a ampliação da noção de documento e de suportes da memória e a interseção entre a memória coletiva e a memória individual, que se efetivam num alargamento dos próprios objetos de estudos e favorecem a análise de novos campos da história operária e da trajetória do anarquismo. A análise procura, principalmente, deter-se no uso da imprensa operária como fonte histórica, visto ser essa categoria de fonte o principal substrato empírico para os estudos abordados.

Caracteriza-se, assim, o terceiro capítulo como momento de abordagem teórico-metodológica que, vale lembrar, objetiva, antes, verificar no que as escolhas teóricas distintas da nova produção implicam em enfoques e

interpretações diferentes, que julgar a procedência ou a validade de se utilizar tal ou qual perspectiva analítica. Importa examinar a especificidade de sua utilização por parte das pesquisas da década de oitenta, acerca da atuação libertária, não cabendo análises do conjunto da obra de qualquer autor, o que certamente não é objetivo desta pesquisa.

3.1. As leituras

Como já referido, a década de 1980 marca não apenas o momento em que mudanças substanciais ocorrem na vida sociopolítica brasileira, com o desmantelamento da ditadura militar que grassou por quase quinze anos e conseqüente redemocratização do país; a eclosão de lutas sociais intensas, há muito silenciadas, bem como a construção de novos movimentos sociais em que diversos personagens ocuparam a cena.

É também a partir dessa década que, no âmbito acadêmico, passam a ser experimentados novos aportes analíticos que trariam novos contornos às práticas historiográficas. São temas, problematizações, universos empíricos e perspectivas teóricas diferenciadas que trazem renovações aos estudos históricos. A História Social, por seu turno, recebe os influxos do próprio contexto sociopolítico do Brasil de então, experimentando transformações substantivas.

No caso específico abordado nesta pesquisa, o âmbito da história do trabalho, no meio do qual vai-se encontrar a atuação libertária, as perspectivas analíticas renovadas vão se fazer sentir ainda no fim dos anos 1970. A historiografia do trabalho e da classe operária, de maneira especial, vai recolher rapidamente as mudanças.

Entre os autores que ofereceram balanços sobre a história da classe operária, no Brasil, pelo menos uma influência de novas leituras é sempre realçada, qual seja, aquela advinda dos debates em torno da historiografia inglesa do trabalho. Em 1986, falando sobre as perspectivas da história do

movimento operário, Eliana Dutra e Yonne Grossi chamavam a atenção para as mudanças da noção de classe social, salientando a contribuição de E. P. Thompson¹⁶⁷, talvez o mais conhecido historiador desta escola. Batalha, em balanço mais recente, também salienta que *um papel primordial coube à historiografia marxista inglesa*, fazendo referência à produção estrangeira que, no Brasil, deixou marcas indelévels.¹⁶⁸

Thompson¹⁶⁹ era parte do grupo de historiadores marxistas ingleses que, pelo menos, até o ano de 1956, militavam no Partido Comunista Britânico. Firmando sua dissidência também no debate teórico, crítico ácido das apropriações reducionistas do marxismo, queria-o aberto à discussão dos “termos ausentes” e atuante nos movimentos sociais e não como corpo teórico, abstrato e dogmático, à maneira althusseriana. Participante ativo de vários fóruns de onde emergiam debates teóricos relevantes para a história do trabalho (entre estes a revista *The Reasoner*, que fundou com John Saville, outro historiador marxista inglês e a *New Left Review*, que dirigiu até a mudança editorial que trouxe Perry Anderson ao seu lugar) os trabalhos de Thompson são importantes não apenas pela renovação conceitual que promovem, mas também pela defesa apaixonada e resoluta do *métier* do historiador.

Thompson é referência quase onipresente na historiografia brasileira da classe operária, a partir da década de 1980. Os estudos sobre a influência de idéias e práticas anarquistas, como já amplamente referido, que reaparecem em meio aos trabalhos sobre as lutas operárias, no Brasil, vão conhecer sensíveis modificações quando entram em cena as perspectivas analíticas desse historiador inglês. Por esta presença constante nas pesquisas sobre o

¹⁶⁷ DUTRA, Eliana e GROSSI, Yonne. *Historiografia e movimento operário: o novo em questão. Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: FAFICH/ UFMG, nº. 3, 1986.

¹⁶⁸ BATALHA, Cláudio. *A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências*. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 152.

¹⁶⁹ Análises sobre a formação intelectual e sobre sua atividade de historiador e ativista político podem ser encontradas em: PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson*. *Objecções e Oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; KAYE, Harvey J. *Los historiadores marxistas británicos*. Um análisis introductorio. Zaragoza: Prensas Universitárias, 1989; THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Organizado por Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

anarquismo, nos deteremos um pouco mais na importância das idéias de Thompson para a historiografia da década destacada neste trabalho.

Assim como outros historiadores marxistas britânicos, Thompson começara a buscar um “arejamento” da teoria marxista ainda antes dos chamados “processos de Moscou”, as denúncias dos crimes de Stálin, levadas a público por Nikita Krushev, em 1956. Buscava-se uma crítica profunda do que se convencionou chamar “mecanicismo stalinista”, a cristalização do modelo estático de “base-superestrutura”. Nas palavras de Kaye:

“En sus estúdios históricos y ensayos críticos. Thompson ha mantenido persistentemente una lucha intelectual contra esas variedades de marxismo y de ciencia social que están caracterizadas por el determinismo económico y la negación de la acción humana. Es más, ha insistido en que el marxismo puede entenderse mejor como una teoría de la historia, no como leyes de la historia, en las que los seres humanos viven patrones de desarrollo predeterminados, y en que la clase es un concepto histórico no sólo una categoría o construcción sociológica.”¹⁷⁰

A explicação dos acontecimentos históricos estava subordinada, como tudo mais na sociedade, à esfera da produção. As relações materiais apareciam como um “primeiro nível”, a partir do qual se conformariam os níveis seguintes da sociedade. Os grupos sociais e seu comportamento, seu relacionamento com os demais grupos e mesmo sua consciência eram determinados pela inserção de cada indivíduo nas relações de produção específicas.

Certamente esta forma de interpretar a história, aqui referida de maneira esquemática, foi aplicada nos mais variados espaços na busca do conhecimento acerca do passado. Um campo, porém, era privilegiado, sobretudo tendo em vista o lugar de destaque que ocupa na teoria marxista: a história do trabalho e da classe operária, já que esta aparece nas linhas de Marx e Engels como agente em potencial da transformação social, a ela cabendo o destino da revolução socialista. Também a classe operária era determinada pelas relações econômicas tendo, inclusive, local próprio para

¹⁷⁰ KAYE, Harvey J. Op. Cit., p. 160.

florescer: a moderna sociedade industrial, em que a luta entre proprietários e proletários daria as cartas da marcha da história.

E foi desta maneira que a classe operária apareceu em diversos estudos; mera decorrência do desenvolvimento industrial e da consolidação das relações capitalistas propriamente ditas, ao passo que a ausência de tal desenvolvimento justificava a “fraqueza” da classe e sua “falta de consciência”, em uma determinada situação histórica. Chegou-se mesmo a elaborar uma divisão dicotômica entre base e superestrutura, justificadora do comportamento da classe operária, que teve vários adeptos no Brasil, pelo menos, até o fim dos anos setenta. A classe operária passa a ser vista com duas faces distintas: sua formação e existência em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas, e seu perfil ideológico, sua inserção na política de seu tempo tendo em vista sua emancipação – modelo consagrado como “classe em si - classe para si”. Essa divisão é assim explicitada por Eliana Dutra e Yonne Grossi:

“As classes sociais, em análises tradicionais, têm sido conceituadas como categorias de agentes econômicos (classe em si) e como formas políticas e ideológicas (classe para si). Por um lado, temos o reducionismo da classe para si à classe em si, ou seja, a redução da política e ideologia aos interesses de classe determinados pela economia. Por outro lado, assinalavam a consagrada divisão dicotômica entre base e superestrutura, onde política e ideologia representam interesses econômicos.”¹⁷¹

Como se observa, saltam, das análises tradicionais, problemas teóricos repercutindo no campo dos estudos históricos. Os problemas da análise das classes sociais estimulavam os debates criativos e as críticas dos historiadores que se reuniam em torno do Partido Comunista Britânico, com o qual romperia boa parte deles após 1956¹⁷². Edward Palmer Thompson foi um dos que deixou o Partido Comunista, quando da invasão da Hungria pelas tropas soviéticas,

¹⁷¹ DUTRA, Eliana Regina de Freitas e GROSSI, Yonne de Souza. Op. Cit., p. 124.

¹⁷² Do *Communist Party Historians' Group* faziam parte, entre outros, Christopher Hill, Eric Hobsbawm, Rodney Hilton, Raphael Samuel e Dorothy Thompson. Entre os que não deixaram o Partido quando de 1956 figura Hobsbawm, convencido da necessidade de um partido fortemente constituído.

num momento em que a heterodoxia de suas opiniões já era bastante incômoda à ortodoxia estalinista.

Em 1963, enquanto Thompson ainda se encontrava distante da carreira de professor universitário e lecionava para adultos trabalhadores de várias profissões, foi publicado seu livro mais conhecido. *The Making of the English Working Class*, atribuído pelo autor aos anos de convivência e aprendizado, nas trocas com seus alunos, seria um dos principais “combustíveis” da renovação dos estudos sobre a experiência, a cultura e os modos de vida dos trabalhadores. A redefinição que traz do conceito de classe, em suas análises, sobre a sociedade inglesa do século XVIII, logo tomou dimensões de marco teórico, pelo qual fizeram opção vários historiadores do movimento operário, inclusive no Brasil, como veremos adiante. O conceito de classe em, Thompson, aparece em direta consonância com outro conceito central em sua obra, o de experiência, que será bastante explorado em seus trabalhos posteriores.¹⁷³

O que Thompson chama de experiência é o fazer-se da ação de mulheres e homens como sujeitos históricos. Sujeitos que vivenciam relações sociais específicas, que experimentam interesses, antagonismos e necessidades particulares e, a partir dessas relações, elaboram seus valores e sua consciência, agindo de maneira diversa, frente a situações igualmente diversas. É nessa articulação de interesses e identidades que Thompson enxerga a formação das estruturas de classe, na sua perspectiva diferenciada:

“A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. (...) A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.”¹⁷⁴

¹⁷³ Dentre os quais destacam-se *Costumes em Comum* (1998) e *Senhores e Caçadores* (1987)

¹⁷⁴ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 10.

A classe social, enquanto formação histórico-cultural, que leva alguns críticos a encontrar um Thompson culturalista, aponta no sentido de liberar o conceito de classe das injunções do determinismo econômico, embora o próprio autor faça questão de ressaltar o papel das relações de produção, dentro das quais os atores sociais “nasceram ou entraram involuntariamente”¹⁷⁵. Em face da nova conceituação, os historiadores do movimento operário passaram a buscar o comportamento classista onde anteriormente, parecia improvável ou mesmo impossível, se se pensasse nos parâmetros teóricos tradicionais, pelo que se deveria levar em consideração o estágio de desenvolvimento das sociedades capitalistas.

Em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, somente publicado no Brasil em 1987, as análises do impacto da industrialização, sobre o papel da tradição religiosa (no caso, a metodista) e o fortalecimento da consciência de classe, abrem perspectivas para o estudo das formas simbólicas da dominação e da resistência, que, aos olhos desavisados para os acontecimentos “aparentemente desconexos”, podem mesmo parecer meramente conservadoras mas que muitas vezes servem para resguardar práticas consuetudinárias em que a mudança é percebida como exploração, como salienta Thompson em outro texto também clássico:

*“A cultura conservadora da plebe resiste muitas vezes, em nome do costume, àquelas inovações e racionalizações econômicas(...) que governantes e patrões desejavam impor.(...) posto que esta inovação não é um processo técnico-sociológico sem normas e neutro, a plebe o experimenta, na maioria dos casos, na forma de exploração e expropriação(...)”*¹⁷⁶

Nessa perspectiva abre-se espaço para a análise de um tipo de resistência “não explícita”, que pode se expressar através de traços culturais, ancorados na tradição. É resistência que se encontra, por exemplo, na defesa

¹⁷⁵ Sobre o reconhecimento de Thompson da importância dos fatores estruturais, exposto também no *Formação...* é elucidativa a entrevista do autor publicada em THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1989: “Yo no soy de ningún modo un crítico total del marxismo estructural. Ningún marxista puede no ser estructuralista, en cierto sentido. De lo que se habla es de una sociedad, cuyas partes sólo pueden comprenderse en función de la totalidad. De hecho, si mira mi capítulo sobre “Explotación” en MEWC se dará cuenta que lo que se da – aunque yo no lo supiera porque en ese momento no se empleaba el termino – es exactamente una versión estructuralista.”

¹⁷⁶ THOMPSON, E. P. *La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?* In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. 3ª. ed., Barcelona: Editorial Critica, 1989, p. 45.

dos valores adquiridos e que independe de meios institucionais para dar-lhe vazão, aproximando-se, de certa forma, do que pretende Castoriadis quando diz que a luta dos trabalhadores vai além daquela articulada em partidos e sindicatos.

Os estudos que privilegiam as manifestações institucionais da classe operária resultam, quase sempre, do entendimento de classe como categoria de agente econômico, no qual o desenvolvimento das relações de produção dotam, automaticamente, de uma consciência. A conceituação thompsoniana da classe enquanto sujeito, presente no seu próprio fazer-se, uma formação cultural e social, portanto, “volta-se para o trabalho e a vida operária, situando-a como parte integrante das relações históricas, sem perder de vista as implicações de poder dentro das relações.”¹⁷⁷

As formulações de Thompson sobre a consciência de classe também foram apropriadas pelos trabalhos que abordaram as múltiplas dimensões do anarquismo e das práticas sociais correlatas. Várias vezes definida como um período de imaturidade da classe operária, o de falsa consciência, a conjuntura na qual o anarquismo e o anarco-sindicalismo alcançaram visibilidade, no Brasil, foram reexaminada à luz das idéias desse autor, entre outros. Como dito, nos trabalhos em que a formação da classe aparece como decorrência do desenvolvimento das relações de produção, na sociedade capitalista, mesmo a consciência que a classe tem é definida por este parâmetro de desenvolvimento. Desta forma, os “arautos” da classe operária, sabendo o momento exato de seu aparecimento, saberiam também que consciência ela deveria ter e ainda quando essa consciência era “falsa” ou “imatura”.

Na concepção de Thompson, a consciência de classe é algo bem distinto, acompanhando o raciocínio já mencionado, sobre os meios pelos quais a própria classe se forma, sendo esta compreendida como a forma em que “se traduzem as experiências, em termos culturais”. Nesse sentido, Thompson chama atenção para o fato de que a consciência produzida nestes momentos, é registrável, mas não existem, na história, “desajustes”, nem

¹⁷⁷ DUTRA, Eliana Regina de Freitas e GROSSI, Yonne de Souza. Op. cit., p. 125.

“atrasos”, nem “falsa consciência”. Quando a classe “acontece”, de acordo com o historiador, num processo de reconhecimento de identidades comuns e dos interesses que lhes são opostos, os sujeitos históricos lutam conhecendo o mundo que os cerca e, ainda mais importante, tendo ciência das armas que estão à sua disposição. Desta forma, não se pode deduzir que, em determinado período e lugar históricos, os trabalhadores não tenham sido revolucionários por terem lutado por questões que parecem, aos nossos olhos, insignificantes. Se eles lutaram, o fizeram conhecendo sua “margem de manobra” e por questões relevantes em suas vidas. A consciência da classe “não pode ser ‘verdadeira’ nem ‘falsa’: é, simplesmente, o que é.”¹⁷⁸

E prossegue Thompson:

“(...) no veo con agrado el concepto de “falsa conciencia” referido a una clase. En el mejor de los casos, es una afirmación carente de significado; en el peor, es una construcción teórica absurda, que los amantes de las elites, que saben bien que la historia debe ser mucho mejor que sus protagonistas, aprovechan para insinuarse con ocasión de discusiones y seminarios universitarios.”¹⁷⁹

A teoria que usa o conceito de falsa consciência para referir-se à classe que age de maneira diferente do esperado, Thompson chama ironicamente de “leninista-platônica”, tendo em vista que, primeiramente, oferece um modelo de desenvolvimento gradual da formação da classe, ao qual deveria se adaptar a história e, se as evidências contradizem esse modelo, então se introduz o conceito de “falsa consciência” para rotular os dissidentes do modelo oficial.¹⁸⁰ Thompson ainda tece comentários sobre o modo com o qual a divisão da classe em agente econômico e agente político, concorre para definição de sua consciência:

¹⁷⁸ THOMPSON, E. P. Algunas Observaciones Sobre Clase y Falsa Consciencia. In: *História Social*. Valencia: Instituto de Historia Social UNED, primavera-verano, n.º 10, 1991, p. 31.

¹⁷⁹ THOMPSON, E. P. Algunas Observaciones ... , p. 10.

¹⁸⁰ Em um pertinente artigo sobre o relacionamento entre as idéias defendidas por Thompson e o marxismo, Sérgio Silva sublinha esse distanciamento de propósitos do historiador inglês daqueles detentores do conhecimento sobre a classe operária: “Dizer que a classe só pode ser definida dentro de um processo histórico, que ela é resultado de suas próprias lutas, que ela faz a si própria (sentido do making original), significa negar fundamentos teóricos e políticos aos partidos e intelectuais detentores do conhecimento sobre os ‘verdadeiros interesses’ da classe operária.” In: SILVA, Sérgio. Thompson, Marx, os marxistas e os outros. In: THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. (Organização Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001, p. 66.

“Esa analogía [base-superestrutura] aunque este en la sombra, cuando es aplicada a las clases, nos presenta una clase – o una ‘clase en si’ – a nivel de ‘base’, que se traduce en conciencia de clase – o clase para si - , si y cuando desemboca en nivel de superestrutura. Si no desemboca en una dirección propia, hay que introducir el concepto de ‘falsa conciencia’: la clase esta ahí, pero mistificada, no se conoce a sí misma ni tampoco sus verdaderos intereses propios.”¹⁸¹

Nas sendas abertas por E. P. Thompson sobre o estudo da classe operária, as pesquisas dos anos de 1980 sobre a presença do anarquismo, no Brasil, buscaram uma análise alternativa, conjugando a influência da historiografia marxista renovada com outras perspectivas que, à frente, destaque. Buscavam-se caminhos diversos daqueles da “determinação material”, na qual a presença, o tamanho e a força da classe operária eram determinados pelo avanço da industrialização no Brasil. É por isso que, nas análises sobre o “fracasso” do movimento operário, durante a Primeira República, um conjunto de variáveis está sempre presente: o caráter incipiente da industrialização brasileira e, em decorrência deste, a predominância do trabalho semi-artesanal, fatores que constantemente são também utilizados para explicar a predominância da corrente anarco-sindicalista, nas lutas operárias do período. Esta postura teórica motiva alguns dos trabalhos que foram produzidos nos anos oitenta, apoiados em novas perspectivas analíticas.

Os freqüentes veredictos que apontavam a debilidade da classe operária, seja por sua dimensão numérica limitada ou pelas ideologias que adotava, começam a ser questionados pelos pesquisadores informados, por novas perspectivas analíticas. Podemos ler, na introdução de “O Sonhar Libertário”, de Cristina Hebling Campos, acerca das análises correntes sobre o anarquismo no Brasil:

“Era muito comum no balanço final da conjuntura deter-se nas características que a classe operária não possuía, porque tinha-se em mente um modelo de comportamento político e de classe operária visivelmente alienígena e historicamente dúbio ou absolutamente teórico. Chegava-se à conclusão de que a classe operária brasileira da Primeira República era fraca(pequena,

¹⁸¹ THOMPSON, E. P. Algunas Observaciones ..., p. 31.

*composta de um grande número de mulheres e crianças) e mal conduzida, isto é, com uma liderança pequeno-burguesa.*¹⁸²

Estão em Hebling Campos demonstrados alguns dos elementos aos quais Thompson se referia quando criticava a formulação “leninista-platônica”, na interpretação histórica, na qual se elabora previamente um modelo de desenvolvimento da classe operária, ao qual a história deve se adaptar e, quando as evidências negam o modelo preestabelecido, introduz-se o conceito de “falsa consciência”, no caso, a condenação da liderança que não se enquadra nos parâmetros idealizados. Hebling Campos afirma que, a partir desses pressupostos nega-se a própria identidade da classe operária, à medida em que o destaque dado à composição da classe (no mais das vezes numérica) e o papel da liderança obscurecem o processo de luta, no qual a classe se forma, na criação dos laços de solidariedade entre os indivíduos, a partir dos quais se enfrenta o patronato e o Estado.¹⁸³

A escolha de Hebling Campos pela acepção thompsoniana para pensar a classe operária permite, segundo a autora, enriquecer as análises a respeito das motivações das lutas operárias, durante a Primeira República. Se anteriormente as greves, as exigências de melhores salários, a luta pelo reconhecimento das organizações operárias quase sempre foram explicadas a partir do agravamento das condições de trabalho, com o crescimento da miséria e da opressão sobre os trabalhadores, agravadas, no período contemplado, pela Primeira Guerra Mundial, a adoção do marco thompsoniano possibilita

“(...) perceber que nesse momento, dentre o aglomerado de fatos, de golpes e contra-golpes, havia um algo mais que se traduzia em termos culturais, algo fundamental e extremamente revelado ainda que não se estivesse sendo colocada a questão da vanguarda disciplinada para a tomada do poder do Estado.(...)”

Foi fundamental perceber que, contradizendo a maioria das leituras feitas sobre o movimento operário organizado sobre base anarquista e sindicalista revolucionária, os trabalhadores dos grandes centros do país, nestes anos que permeiam o final da Primeira Guerra e principalmente o pós-guerra, experimentando a exploração, identificando pontos de interesse em comuns entre si e

¹⁸² CAMPOS, Cristina Hebling. *O Sonhar Libertário*. Movimento Operário nos anos de 1917 a 1921. Campinas: Ed. da UNICAMP/ Pontes, 1988, p. 12.

¹⁸³ CAMPOS, Cristina Hebling. Op. Cit., p.12.

*antagônicos a outros homens, lutam por essas questões. Neste processo de luta chegam a reconhecer o descobrimento da consciência de classe(...)*¹⁸⁴

O surgimento da consciência de classe, ao qual faz referência, Campos identifica no florescimento das ligas de bairro, jornais operários, escolas racionalistas, grupos teatrais, além das tradicionais organizações dos trabalhadores; os sindicatos e as ligas operárias. É o eclodir de uma cultura rebelde e um associativismo correspondente, em termos semelhantes, àqueles que Thompson identifica entre os trabalhadores ingleses do século XVIII e que no Brasil, se exprimem principalmente através da imprensa operária que, por todo o território, germinou. Como sublinha outra autora que também assume o marco teórico de Thompson, em um trabalho sobre o movimento anarquista: “A imprensa operária já é um sintoma dessa formação de classe.”¹⁸⁵ Os jornais operários, dos quais Campos fará largo uso, se mostrarão fontes profícuas para vários trabalhos sobre o movimento operário, algumas vezes cumprindo um anseio de aproximação com o cotidiano dos trabalhadores estudados.

Igualmente representativo da influência de Thompson, na nova produção historiográfica da atuação libertária é o trabalho de Margareth Rago, *Do Cabaré ao Lar*, lançado em 1985. Como bem expressa Edgar de Decca, na apresentação da obra, a autora faz uso de novas perspectivas analíticas tanto da historiografia inglesa, de modo especial, dos caminhos abertos por Thompson; quanto da historiografia francesa, que tem em Foucault inspiração notável. Nas palavras de Decca, orientador da pesquisa de Rago e primeiro editor de Thompson, no Brasil, é desfazendo as “linhagens historiográficas nacionais” que Rago busca os caminhos da domesticação dos trabalhadores por parte das classes dominantes, através de táticas pontuais na fábrica, na moradia, no lazer e mesmo no estímulo à formação de um novo modelo de mulher, ao passo que também expõe a resistência dos trabalhadores a esta dominação, mediante táticas igualmente disseminadas em vários âmbitos da sociabilidade e estimuladas, sobretudo, pelos anarquistas.

¹⁸⁴ Id. *Ibidem.*, p. 13.

¹⁸⁵ GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A Formação da Classe Trabalhadora*. Movimento Anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 21.

Na disseminação das táticas contra a domesticação, no estímulo de uma cultura contrária àquela das classes dominantes, para a autora, os libertários surgem como depositários das esperanças de realização de vivência alternativa que atendesse os anseios dos oprimidos, viés explorado também por Maria Auxiliadora Guzzo Decca, quando destaca a temática do cotidiano operário.¹⁸⁶ Esta realização se dá pela união destes segmentos da sociedade em uma solidariedade de classe, quando se torna possível o compartilhar de uma experiência comum.

“Assim entendo, recorrendo aos ensinamentos do historiador inglês E. P. Thompson, a atuação da classe operária no seu processo de constituição enquanto classe, seja lutando contra imposições autoritárias dos dominantes, seja propondo suas formas de vida, definindo seu modo cultural e construindo suas entidades de resistência política.”¹⁸⁷

Em *Do Cabaré ao Lar*, a utilização da perspectiva thompsoniana permite que se veja, na cultura operária para além do que parece óbvio. Bom exemplo disso podemos perceber, nas observações que Rago faz acerca da prática dos anarquistas e o campo da moral. Em alguns trabalhos, o posicionamento dos anarquistas em relação à questão da moral tem merecido notas.¹⁸⁸ O discurso emancipador dos libertários era eivado de condenações aos chamados “vícios morais”. Condenava-se principalmente os vícios do alcoolismo e do jogo, o hábito de se freqüentar tabernas e, algumas vezes, os festejos do carnaval ou o futebol. Rago busca, então, entender o papel que tais sanções morais ocupavam no âmbito da cultura autônoma que os libertários estimulavam. Compreende, assim, que as normas de conduta inseriam-se na intenção de formar o operário combativo e totalmente empenhado na sua emancipação. A taberna aparece como o lugar em que o trabalhador

¹⁸⁶ Maria Auxiliadora encontra nas páginas da imprensa operária, notadamente a anarquista, o contraponto às estratégias de dominação burguesa, que quase sempre se reveste com o “manto” da ciência, da técnica e, logo da imparcialidade. “As soluções entrevistadas para a *resistência operária* diante das formas diretamente repressivas ou mais sutis do poder em suas diferentes facetas, ingênuas para uns e maquiavélicas para outros, constituíram, não importa seu mérito, formas de luta e resistência contra a burguesia e o aparelhamento burocrático mas não efetivo dos serviços públicos.” DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida fora das Fábricas*. Cotidiano operário em São Paulo (1920/1934). Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987, p. 112.

¹⁸⁷ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13.

¹⁸⁸ Veja-se, por exemplo, FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: DIFEL, 1976.

desperdiça suas energias, esquece o convívio da família, além de gastar seu minguado salário. Na mesma linha de interpretação de Rago, Ângela Castro Gomes também avalia as preocupações morais dos libertários, enxergando nelas uma espécie de contradiscurso que visava criar uma imagem positiva dos libertários ante a sociedade.¹⁸⁹

A leitura de Thompson abre novos caminhos para o exame desse “moralismo” dos anarquistas, revelando o seu lugar nos anseios daqueles que, das tribunas ou das páginas dos periódicos operários, falavam sobre a conduta que seria desejável para os trabalhadores:

“A condenação veemente das atividades festivas, de bebedeiras, farras, freqüências a bares e bordéis, fumo, nesta perspectiva, visaria menos a repressão e a vigilância efetivas, isto é, teria menos uma função negativa do que visaria funcionar como ‘mecanismo de auto-defesa e de proteção da classe trabalhadora’ frente à violência da dominação classista.”¹⁹⁰

Uma perspectiva a mais é aberta pelas idéias de Thompson, na análise desta questão da qual Rago se utiliza. É o que o historiador inglês chama de “contra-teatro”, ou seja, a reapropriação da cultura das classes dominantes, dando a ela uso alternativo, utilizado nas formas de resistência cotidiana. Desta forma, enquanto o discurso moralizador burguês cumpre a intenção de formar o trabalhador produtivo, alheio às associações de classe e à subversão, o discurso dos militantes operários, utilizando-se, muitas vezes de elementos

¹⁸⁹ GOMES, Ângela Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/ IUPERJ, 1988, p. 95. Sobre a questão da moral entre os anarquistas ver: CAVALCANTI, Jardel. *Os Anarquistas e a Questão da Moral*. Brasil 1890-1930. São Paulo: Ed. Livro Aberto, 1997. O estudo deste autor é específico sobre a questão da moral entre os círculos anarquistas que expressavam suas idéias através das páginas da imprensa operária. Ao contrário de Margareth Rago e Ângela Castro Gomes, entretanto, Cavalcanti não vê as sanções morais dos anarquistas como uma estratégia que visava formar uma auto-imagem positiva dos militantes libertários, defendendo-se das alcunhas com que lhes classificavam as classes dominantes. Segundo o autor: “Não nos parece que o discurso moral anarquista tenha-se estabelecido, precipuamente, com a intenção estratégica de criação de uma outra forma de aparição pública. Na verdade, ele expressa, acima de tudo, uma incongruência, uma heterogeneidade, quando se pensa no radicalismo de algumas de suas proposições políticas, comparativamente com o caráter retrógrado de seu discurso moral.” p. 82-83. Antes da pesquisa de Cavalcanti, Jacy Seixas já anotara, com pertinência, que “Le monde ouvrier, dans as recherche d’une morale spécifique, y associe, dans um mouvement pendulaire, des éléments soit de rupture, soit de renforcement avec la morale **bourgeoise**”. SEIXAS, Jacy Alves de. *Mémoire et Oubli. Anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil: mythe et histoire*. Paris: Editions de La Maison des Sciences de L’Homme, 1992, p. 224.

¹⁹⁰ RAGO, Margareth. Op. cit., p. 115.

semelhantes, visa à formação do trabalhador consciente de seu poder enquanto classe comprometida com um projeto emancipatório.¹⁹¹

Na pesquisa de Eliane Lopes, “Fragmentos de Mulher (Dimensões da Trabalhadora – 1900/1922)”, as perspectivas abertas pelo uso do marco teórico de Thompson, quanto à formação das classes, levam à abordagem de formas de resistência que podem não aparecer como tais a um primeiro exame. Analisando as estratégias de construção das identidades femininas, no Brasil do início do século XX, e as resistências aos discursos dominantes, e, de forma especial, o contra-discurso anarquista, Lopes chama atenção para tipos de resistência que podem mesmo parecer práticas meramente conservadoras, como a revalorização do trabalho doméstico e os anseios de “volta ao lar”, por parte das trabalhadoras já imersas na lógica da disciplina industrial. Afirma Lopes:

“O que tentamos fazer é apontar que a resistência pode muitas vezes adquirir características que, à primeira vista, revelam-se contraditórias, mas têm porém um significado mais amplo. Defender um retorno para casa, para o serviço doméstico, não significa que este seja menos estafante, mas contudo significa uma negação, até mesmo instintiva, de toda a série de noções que se tentam divulgar no processo de constituição da classe trabalhadora, dentro dos princípios de positividade do trabalho organizado para a produção capitalista.”¹⁹²

Outro autor que deixa explícita a influência de Thompson em sua pesquisa é Carlos Augusto Addor, em seu livro *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Tratando de passagem quase esquecida da presença do anarquismo no Brasil, Addor adota o marco teórico de Thompson da redefinição conceitual acerca do momento da formação da classe operária que, como vimos, aparecia anteriormente, em alguns trabalhos, sobre o período como imatura, fraca, e portadora de uma “falsa consciência”. Assim se expressa o autor:

¹⁹¹ Sobre o “contra-teatro” e as formas de reapropriação das intenções disciplinadoras ver THOMPSON, E. P. *La sociedad inglesa del siglo XVIII: Lucha de clases sin clases?* In: *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. 3ª ed., Barcelona: Editorial Critica, 1989, p. 13-61.

¹⁹² LOPES, Eliane da Silva. *Fragmentos de Mulher* (Dimensões da trabalhadora – 1900/1922). Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1985, p. 6.

“Acreditamos que no processo histórico de formação da classe operária no Brasil – nesse sentido enunciado por Thompson, de classe enquanto uma formação social e cultural – o anarquismo desempenha papel fundamental. Isso porque o anarquismo é a única corrente ideológica que se propõe a organizar o movimento operário no Brasil que consegue, ao mesmo tempo,

- a) *penetrar significativamente nessa classe operária em formação;*
- b) *elaborar:*
 - 1. *uma crítica radical aos fundamentos da sociedade burguesa e do Estado capitalista;*
 - 2. *um projeto alternativo, a partir de interesses de classe, de construção de uma sociedade livre e igualitária, sem classes e sem exploração, sem Estado e sem dominação; e*
 - 3. *um projeto e uma prática culturais relativamente vigorosos e autônomos, marcados por uma identidade de classe.*¹⁹³

Addor faz considerações sobre a cultura operária, embora retenha algumas interpretações sobre a predominância anarquista, no movimento operário dos países industrialmente “atrasados”. Destaca principalmente a produção cultural de Rio de Janeiro e São Paulo, espaços privilegiados pela grande maioria dos historiadores que tratam do anarquismo e do movimento operário, chamando a atenção para o teatro social e as propostas educacionais dos libertários, inspirados em uma educação racionalista e reconhece as intenções dos anarquistas como um esforço que se enquadra em uma luta ideológica, com vista à formação da consciência transformadora:

*“Todas essas manifestações e instituições culturais tinham como principal função a mobilização, a conscientização dos explorados: forjar ou reforçar consciências revolucionárias, formar um ‘homem novo’, livre e soberano, através de um discurso didático e objetivo em que a questão social é a temática central e a revolução social é o fim almejado.”*¹⁹⁴

¹⁹³ ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1986, p. 25.

¹⁹⁴ ADDOR, Carlos Augusto. *Op. cit.*, p. 82.

Esta é sem dúvida uma das inovações proporcionadas pelas idéias de Thompson aos estudos sobre a classe operária e, de forma especial, acerca da atuação dos anarquistas no Brasil: o reconhecimento das práticas culturais como fator importante da participação política da classe operária e, num espectro mais amplo, da própria definição de suas identidades¹⁹⁵. Outros trabalhos surgiram propondo análises específicas da cultura operária e anarquista, ampliando os campos do “fazer-se” da classe.¹⁹⁶ Em conjunto com outros pensadores, a influência thompsoniana enriquece o âmbito do que seria considerada a participação política da classe trabalhadora, pois esta passa a ser buscada nos vários planos e territórios da sociabilidade dos indivíduos e não mais somente em suas manifestações institucionais. Mostrando as formas diferenciadas da resistência, que assumem o aspecto de práticas culturais, pode-se repensar as análises que classificam, como fracasso, as lutas dos trabalhadores em diversos períodos. A classe operária é percebida nos marcos da sua historicidade, não mais como poderia ter sido, ou seja, como idealmente ou abstratamente construída nos modelos reducionistas.

Como possibilidade, é lícito pensar que a influência de Thompson poderia ser alargada, no tempo e no espaço, não fosse o atraso da publicação de suas obras no Brasil. Não é, obviamente, uma influência uniforme. Na maior parte dos casos, entretanto, as abordagens inspiradas por suas perspectivas analíticas abrem caminhos férteis para o estudo das manifestações não apenas

¹⁹⁵ Outro historiador que contribui com análises acerca da cultura operária, nela enxergando práticas eminentemente políticas, é Eric Hobsbawm que, como referido, fez parte do grupo de marxistas que renovou a historiografia do trabalho. Hobsbawm, entretanto, em parte de sua obra, tende a reforçar tradicionais interpretações sobre o anarquismo, considerando-o uma prática política típica de áreas de atraso das relações capitalistas e uma teoria fadada ao fracasso. Ver HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Neste livro pode-se ler, entre outras apreciações: “Poder-se-ia dizer que o anarquismo desapareceu com os reis e imperadores a quem seus militantes tão freqüentemente tentaram assassinar”, p.90; “Meu objetivo é simplesmente explicar a razão pela qual o ressurgimento do interesse pelo anarquismo hoje parece tão inesperado, surpreendente e – se tiver que falar francamente – injustificado.” (falando sobre o ressurgir do anarquismo nos anos 1960), p. 92; “O anarquismo alcançou tanto êxito [na Revolução Espanhola] por que simplesmente se limitou a fornecer um rótulo aos hábitos políticos tradicionais dos revolucionários espanhóis. Contudo, os movimentos políticos não são obrigados a aceitar as características históricas de seu ambiente, ainda que resultem ineficazes se não atentarem a elas. O anarquismo foi um desastre por que não fez qualquer tentativa de mudar o estilo da revolta espanhola primitiva e, deliberadamente, reforçou-o” p. 84.

¹⁹⁶ Ver, por exemplo, HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão*. (Vida operária e cultura anarquista no Brasil). 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1984. LUIZETTO, Flávio. *Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920*. Tese de Doutorado. São Carlos: USP, 1984.

da classe operária, nas suas diversas experiências históricas, mas da resistência, de um modo geral, dos vencidos, dos oprimidos.

Dentre as pesquisas abordadas, uma em que não há influência das formulações de E. P. Thompson é “Anarquismo, Movimento Operário e o Estado”, de Paulo Alves. O autor vê a formação da classe à maneira dos estudos que preservam a visão dicotômica estrutural:

“(...) as estruturas econômicas criam as condições materiais e objetivas de existência social que, por sua vez, constituem a base sob a qual se exercita a prática política de classe e que pode ser captada nos conflitos sociais decorrentes das contradições de classes. Nesta perspectiva, as condições materiais e objetivas da existência social da classe operária estão diretamente relacionadas com as manifestações de sua consciência social.”¹⁹⁷

No decorrer do estudo de Paulo Alves, são constantes as passagens em que aparecem as associações entre nível de desenvolvimento industrial e o acirramento das lutas operárias, subentendendo também o avanço da consciência política dos trabalhadores. Denotam o aporte teórico que serve de substrato às análises de Alves, sensivelmente marcado por autores da ortodoxia marxista. Afirma o autor:

“É necessário lembrar, aqui, que, dependendo do tipo de estrutura industrial e das relações de trabalho que lhes correspondem, os conflitos de trabalho podem atingir um certo grau de intensidade maior ou menor. No caso da indústria têxtil, onde há uma intensa mecanização e grande concentração de força de trabalho e de capital e onde o trabalhador está completamente separado dos meios de produção e subordinado ao ritmo da máquina, os conflitos de trabalho são mais intensos, recorrentes e prolongados. (...) Foram os trabalhadores têxteis que estiveram a frente das maiores greves ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro.”¹⁹⁸

Em outra passagem do trabalho, Alves, apoiando-se em Adam Schaff, adota a definição da classe fendida em duas: a classe em si, que se forma no relacionamento de seus membros com os meios de produção, e a classe para si; que ocorre quando da tomada de consciência de sua situação e de seus

¹⁹⁷ ALVES, Paulo. *Anarquismo, Movimento Operário e o Estado*. Suas Relações no contexto capitalista da Primeira República. São Paulo: Dissertação de Mestrado/ PUC-SP, 1981, p. 11.

¹⁹⁸ ALVES, Paulo. Op. cit., p. 33

interesses de classe e passa assim a atuar tendo em vista esses interesses. Em outra passagem de seu texto, menciona Alves que o operariado, apesar de sua existência como “classe em si” desde o século XVIII, somente no século XIX é que sua presença será notada no cenário político e ideológico.¹⁹⁹ Assim pode-se perceber que, neste espaço de uma década, a produção historiográfica é variada, não tendo uma única matriz teórico-metodológica. É bem verdade que opções por determinadas perspectivas analíticas tornam-se claras, como podemos mencionar o caso da renovação da história do trabalho inglesa e, mais especificamente, os aportes de Thompson, que aparecem em quase todas as pesquisas contempladas.

O segundo nome mais recorrentemente citado na produção historiográfica que esta pesquisa aborda é o de Eric Hobsbawm. Sua influência não é tão abertamente declarada nas pesquisas dos anos de 1980, como um marco teórico inovador, tal como acontece com Thompson, mas em pelo menos metade dos trabalhos abordados, notadamente aqueles que se detêm sobre o movimento operário, figura o seu *Trabalhadores*, lançado no Brasil em 1981, pela Editora Paz e Terra. Malgrado o peso da ortodoxia marxista, que permeia parte de sua obra, seus trabalhos não apenas sobre a classe operária, mas sobre os camponeses e sobre história mundial possuem vários sentidos de renovação do campo da história social. Nas palavras de Kaye:

“Aunque, como indicaremos, Hobsbawm ha sido más reacio que los otros historiadores marxistas británicos a rechazar el modelo base-superestructura, sin embargo debo insistir en que su trabajo representa una contribución importante a la teoría de la determinación de clases defendida por éstos. Ya que el análisis de la lucha de clases, desarrollado desde la perspectiva de la historia de abajo arriba, no sólo ha sido central en los estudios históricos de Hobsbawm sino que, como resultado de ello, él ha ‘abierto’ nuevas áreas de estudio, tal como ‘los rebeldes primitivos’, y ha transformado algunas áreas antiguas, como por ejemplo la historia de la clase obrera e incluso, hasta cierto punto, la historia mundial.”²⁰⁰

Em *Trabalhadores* (1981), coletânea de ensaios sobre a história do trabalho, escritos entre os anos quarenta e os sessenta estão temas que contemplam os costumes e tradições da classe operária da França e da

¹⁹⁹ Id. *Ibidem.*, p. 73.

²⁰⁰ KAYE, Harvey J. *Op. Cit.*, p. 124.

Inglaterra, o luddismo, a tradição democrata radical, a “aristocracia operária”, entre outros tópicos. Mesmo que algumas vezes não seja admitido explicitamente, como dito, o impacto da possibilidade aberta por sua obra de se escrever uma “história vista de baixo”, não pode ter sido nulo. Aparecem ainda, nas referências bibliográficas da historiografia da atuação libertária, os ensaios de *Revolucionários* (1982), *Rebeldes Primitivos* (1978), *A Era do Capital* (1977), *A Era das Revoluções* (1988), além de artigos vários.

Outras leituras teóricas influentes na produção historiográfica dos anos de 1980 que abordou a atuação libertária, são de fundamental importância, pelo aporte diferenciado que possibilitam. Nesse sentido, as contribuições dos filósofos franceses tem papel relevante nessa historiografia. Embora em outra área de reflexão, mas similar ao grupo de historiadores ingleses, são os filósofos que se reuniam em torno do grupo Socialismo ou Barbárie, formado por socialistas de vários matizes, inclusive egressos do Partido Comunista Francês. Desse grupo fez parte Cornelius Castoriadis, filósofo greco-francês, de larga contribuição aos estudos sobre o movimento operário. Crítico acerbo das burocracias e, posteriormente, do próprio marxismo em que se formou e abandonou depois, as idéias de Castoriadis inspiraram movimentos que pleiteavam ampla autonomia. Como sublinha Jorge Silva, depois de criticar o socialismo dito científico,

“ ... Castoriadis dedica-se a desenvolver seus conceitos de autonomia, auto-organização e democracia direta que são explicitamente libertários, na certeza que não existem verdades definitivas. Para ele a auto-instituição permanente da sociedade era a grande questão revolucionária contemporânea e só podia resultar da atividade "autônoma e lúcida dos homens" .²⁰¹

Seu entendimento de que a história da dominação e da resistência não deve se restringir ao âmbito que a tradição marxista definiu como sendo político, possibilitou que se busque, nos estudos do movimento operário, ultrapassar as análises unicamente de suas manifestações institucionais, tais como partidos e sindicatos, e assim alcançar a resistência dos trabalhadores,

²⁰¹ SILVA, Jorge E. *Cornelius Castoriadis*. Um crítico implacável dos dogmas políticos. Versão *on line* In: Página do Arquivo de História Social Edgar Rodrigues (www.ceca.org.br/edagr/anarkp.html). Texto originalmente publicado no Anexo cultural do jornal A Notícia (Santa Catarina) de 19/02/1998.

no seu cotidiano, para além de suas “entidades representativas”, ou fora do “chão da fábrica”, espaços e lugares sociais amplamente abordados como campo preferencial de estudos.

Na produção historiográfica que abordamos, Castoriadis não é, entretanto, referência majoritária. Sua presença principal diz respeito à ampliação do espectro das lutas políticas e do transbordamento de sua arena. É desta forma que Castoriadis aparece na pesquisa de Hebling Campos, quando a autora frisa que, mesmo abordando uma conjuntura revolucionária, na qual foram importantes as manifestações “institucionais” da classe, isto não implica negar que a história da formação da classe operária vai muito além do estudo das manifestações explícitas e organizadas no seio de instituições como sindicatos e organizações políticas.²⁰²

Em “Do Cabaré ao Lar”, Margareth Rago, também adotando o campo de problematizações proposto em Castoriadis, examina as estratégias cotidianas de resistência do operariado que, se insurgindo contra as imposições regulamentares das fábricas, apontam no sentido da elaboração de uma “contra-organização” dos trabalhadores que visava estabelecer novos parâmetros para sua atividade e que, afinal, sinalizava ao sentido da auto-gestão da esfera da produção por parte dos operários.²⁰³ Veja-se como afirma a autora: As lutas “ocultas” do proletariado, silenciadas pela tradição acadêmica, colocam em xeque o próprio fundamento da realidade capitalista de produção.”²⁰⁴

Carlos Augusto Addor vê, no filósofo greco-francês, um pensador próximo do pensamento libertário, sendo importante para a crítica da ortodoxia marxista e principalmente das perspectivas deterministas e de inevitabilidade da história. Addor assim reconhece a apropriação e a relevância da leitura de Castoriadis para seu A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro:

“Fundamental foi a leitura de textos de Cornelius Castoriadis, em especial suas críticas ao marxismo – aí incluídos Marx e os autores marxistas clássicos – quando este interpreta a atividade do proletariado em função de uma finalidade imanente, de uma suposta missão histórica (um mito, para Castoriadis): suprimir a

²⁰² CAMPOS, Cristina Hebling. Op. Cit., p. 11.

²⁰³ RAGO, Margareth. Op. Cit., p. 27.

²⁰⁴ Id. Ibidem., p.27.

*sociedade de classe e construir a sociedade comunista, transformando-se nesse movimento, de uma 'classe em si' em uma 'classe para si'. A meu ver, as reflexões de Castoriadis aproximam-no, de certo modo, do pensamento libertário, na medida em que este também não considera o proletariado enquanto classe universal, predestinada a se constituir enquanto vanguarda do processo revolucionário.*²⁰⁵

Abre-se aqui um parêntesis para referir ao desconhecimento, quase geral, por parte da historiografia sobre a atuação libertária dos anos 1980, das obras da historiadora francesa Michelle Perrot, autora que participa da renovação dos estudos sobre o mundo do trabalho. Em apenas uma das pesquisas que contemplamos, aparece referência a Perrot - em Cristina Campos figuram dois artigos da autora – *Mouvement Ouvrier et Conjonctures économiques* e *Grèves, grévistes et conjoncture: vieux problème*, ambos publicados na revista “Le Mouvement Social”, embora separados por quatorze anos.²⁰⁶ Palavras de Perrot são citadas ainda em Addor mas esse autor só o faz valendo-se de citação feita anteriormente em outro trabalho, em que a autora francesa expõe seu entendimento de greve:

*“De acordo com Michelle Perrot, 'a greve contém em si mesma um simbolismo e uma dimensão expressiva que têm um efeito multiplicador e que estão na raiz do seu caráter epidêmico.’”*²⁰⁷

A ausência de Perrot pode ser, em parte, creditada à defasagem do lançamento de seus títulos no Brasil (sua obra mais conhecida, “Os Excluídos da História”, só ganha edição brasileira em 1988). Falo em parte porque o não lançamento, no Brasil, de *A Formação...* de Thompson antes de 1987, não impediu que esse livro figurasse como referência quase onipresente na produção dos anos de 1980 que aqui se aborda.

²⁰⁵ ADDOR, Carlos Augusto. Op. Cit., p. 22-23.

²⁰⁶ Ver CAMPOS, Cristina Hebling. Op. Cit., p. 185. Em Margareth Rago, mesmo não constando referências à Perrot além daquelas presentes na *Apresentação* assinada por Edgar Salvadori de Decca, figuram números da Revista *RECHERCHES*, da segunda metade da década de 1970, exatamente edições que abordam a disciplinarização, temática que também mereceu a atenção de Michelle Perrot.

²⁰⁷ ADDOR, Carlos Augusto reproduz PERROT, Michelle. *Les Ouvriés en Grève Apud* Maria Cecília Velasco e Cruz. *Amarelo e Negro: matizes do comportamento operário na República Velha*. Rio de Janeiro: Tese de Mestrado em Ciência Política/ IUPERJ, 1981.

Na produção examinada nesta pesquisa, outra influência francesa resulta em aportes renovados para o estudo do anarquismo no Brasil. Esta influência diz respeito à recepção do pensamento de Michel Foucault e, de forma especial, de suas análises sobre a natureza das relações de poder. Nos anos 80, a historiografia que problematizou as estratégias de confronto e dominação que se exercem na luta de classes, várias vezes fez uso das formulações inovadoras de Foucault. A partir de novo entendimento da lógica do poder, as táticas de dominação foram revisitadas, bem como a resistência a essa dominação. As palavras do filósofo sobre o poder, obtiveram repercussão no meio acadêmico provocando, em alguns casos, deslocamentos analíticos:

“O poder só pode ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação, nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão.”²⁰⁸

O poder compreendido não como uma força maciça irradiando de um centro determinado, mas como se expandindo pelas relações sociais como uma rede, estimulando os atores sociais a serem transmissores dessa influência, abriu a perspectiva de análise das múltiplas estratégias de dominação, nos mais variados espaços do convívio social. No caso dos estudos sobre a experiência do anarquismo, no Brasil, o reconhecimento do poder percorrendo todas as relações sociais, estimulou a revalorização das abordagens das práticas políticas dos anarquistas, igualmente disseminadas pelos variados âmbitos do social. Essas práticas, que algumas vezes foram agrupadas sob o signo de uma “subcultura”²⁰⁹, e mesmo interpretado como uma demonstração da incapacidade do anarquismo em compreender as relações de força, na sociedade, e a conseqüente incapacidade de construir os caminhos para transformá-la, foram analisadas como práticas conseqüentes,

²⁰⁸ FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. 13ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1998, p. 183.

²⁰⁹ Termo utilizado por Boris Fausto em *Trabalho Urbano e Conflito Social*, de 1976.

fazendo parte de projetos políticos específicos, pensados a partir de uma interpretação distinta das relações de poder.

As pesquisas mais influenciadas pela recepção do pensamento de Foucault são as que abordam a disciplinarização da sociedade, a construção das relações da dominação, processo que, no mais das vezes, elaborou, para si, o disfarce da técnica, da ciência, e logo, da imparcialidade. O caráter técnico e necessário da dominação posta em prática, na sociedade capitalista nascente, era desmascarado por aqueles que se opunham ao projeto disciplinar, em que os militantes anarquistas tiveram presença marcante. Os projetos de emancipação dos libertários incluíam espaços para além da esfera da produção, no capitalismo – a fábrica – para expandir-se em direção ao lazer, à educação, às relações familiares, e a quaisquer outros espaços de sociabilidade em que pudesse ser detectada a dominação, as relações de poder.

É assim que o pensamento do filósofo francês aparece em “O Sonhar Libertário”, de Cristina Hebling Campos. A autora reconhece que a disciplinarização vai além do espaço fabril para invadir a vida cotidiana, o espaço da vida privada, com o objetivo de criar, nos trabalhadores, uma ética da disciplina, da positividade do trabalho, induzindo mesmo à adoção de mecanismos autodisciplinadores. Desta forma, a autora, quando busca elementos para explicar os fenômenos do ascenso e descenso do movimento operário, na conjuntura de 1917 a 1921, longe de enfatizar os raciocínios usuais - tais como a suposta fraqueza numérica da classe ou a adoção de determinadas estratégias políticas ao invés de outras - “enriquece o leque” de variáveis que podem ter influenciado na derrota do projeto de autonomia pretendido pelos libertários.

“Ao lado da ação policial, dos regulamentos internos de fábricas e oficinas, das leis repressivas e de expulsão de estrangeiros, ocorreu uma investida por parte da burguesia, do Estado, da Igreja e outros setores da sociedade no sentido de esvaziar o movimento sindical e de ampliar e aperfeiçoar novas formas de controle.”²¹⁰

²¹⁰ CAMPOS, Cristina Hebling. Op. Cit., p. 20.

Influenciada pelas teorizações de Foucault, Hebling Campos reconhece que a dominação que se espraiava sobre o mundo dos trabalhadores, nas nascentes relações de produção capitalistas, não se tratava unicamente de um poder, mas de múltiplos poderes se exercendo em diferentes pontos da estrutura social, não necessariamente integrados ao Estado, não se situando exclusivamente em um único lugar da máquina social²¹¹, mas buscada em sua capilaridade.

O campo do que é considerado político se alarga, englobando então estratégias que não eram percebidas enquanto tais. Ampliando o campo do que se considera como esfera de atuação política, abre-se espaço para a singularidade de expressões e de movimentos, novos atores sociais, com formas de inserção e âmbito de atuação particulares. Os movimentos que já eram reconhecidos como eminentemente políticos, mas considerados como fadados ao fracasso, têm suas táticas reapreciadas e repensadas dentro de sua lógica própria. É uma renovação teórica que parece motivada pela eclosão mesma dos novos personagens, nas lutas sociais, que atualizam os conceitos de autonomia e descentralização que, há muito, fazem parte da agenda anarquista.

A revalorização desses conceitos funcionou, por sua vez, dentro da produção historiográfica, como elemento crítico, útil para a interpretação dos novos movimentos sociais. É interessante salientar a opinião de Regina Horta Duarte sobre a relação entre o anarquismo, as renovações conceituais na historiografia e o surgimento de movimentos sociais distintos:

“(...) acho que é grande a relação. O estudo do anarquismo serviu como base de crítica à ortodoxia marxista, à valorização dos movimentos sociais diferenciados e fora dos padrões do “verdadeiramente revolucionário”. Mas acho também que não foi o estudo do anarquismo o responsável pela abertura de novas perspectivas historiográficas. Para mim, foram os movimentos sociais dos anos 80 – operários, mulheres, índios, negros, punks, etc, etc, - que levaram os intelectuais a procurarem outras vertentes de combate social. Aí o anarquismo veio como uma perspectiva revigorante para o entendimento do que estava acontecendo.”²¹²

²¹¹ Id. Ibidem., p. 19.

²¹² Questionário Regina Horta Duarte, recebido em setembro de 2001, acervo desta pesquisa.

Analisando o cotidiano operário, nos anos 1920 à década de 30, Maria Auxiliadora Guzzo Decca, ao abordar as estratégias para o controle operário por parte das camadas dominantes, afirma que as formas de controle a que estiveram submetidos os trabalhadores foram bastante complexas e, salientando que as estratégias de poder foram múltiplas e levadas a efeito por inúmeros agentes sociais, não se limitando aos agentes ligados diretamente ao capital, parece estar de acordo com as formulações de Foucault, acerca da natureza do poder. Decca afirma ainda, com bastante pertinência, que as tentativas de homogeneização da influência dominadora das elites acabam por retirar delas a historicidade de um processo, antes de tudo, variado e conflituoso.²¹³ Salienta ainda que sempre há por parte da camada dominante da sociedade, a intenção de fazer com que o conhecimento das referidas estratégias sejam inalcançáveis aos trabalhadores. As discussões sobre a disciplinarização, além de se utilizarem dos vários âmbitos da vida social, têm que escapar aos trabalhadores, e, para isso, a racionalidade, a técnica, a ciência jogam papel fundamental:

“A racionalidade, a cientificidade, a exatidão de cálculos são enfatizados pelos poderes públicos municipais e instituições: a desigualdade social não encontra lugar no discurso administrativo enquanto denúncia de uma ordenação social injusta; configura-se sempre como um problema passível de amenização e solução sobretudo técnica. Ao estabelecer-se um salário mínimo racional e científico retira-se principalmente do operariado a possibilidade de decidir sobre o ‘mínimo suficiente’. Padrão de vida e índice de preços, investigados e determinados por técnicos, tornam-se cada vez mais realidades inatingíveis e inexplicáveis para o próprio operariado. Retirava-se do operariado a competência sobre sua própria situação.”²¹⁴

Outra pesquisa na qual as idéias de Michel Foucault são bastante sensíveis é “Do Cabaré ao Lar”. Margareth Rago assume abertamente a ascendência do filósofo francês em seu trabalho, influência que, de resto,

²¹³ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. Op. Cit., p. 49.

²¹⁴ Id. Ibidem., p. 55.

perpassa toda a sua obra.²¹⁵ Para Rago, suas marcas não se restringem às problematizações que sua obra possibilita para a pesquisa historiográfica, mas reside no próprio caráter antiautoritário de suas idéias, sendo elemento útil para a reflexão dos que constroem movimentos baseados na autonomia e na liberdade mais ampla. Afirma a autora: “Foucault, sem dúvida alguma, é para mim o grande teórico do anarquismo contemporâneo, pois possuidor de pensamento totalmente descentralizador, anti-hierárquico, proposto como prática de liberdade.”²¹⁶ A consideração de Foucault, entre os teóricos do anarquismo contemporâneo, é freqüente nas publicações ácratas nos dias de hoje²¹⁷, embora não seja uma idéia aceita por todas as correntes do movimento anarquista. Por outro lado, pode-se referir que, não sendo um corpo de idéias fechado, e, pela própria natureza do pensamento anarquista, não é necessário aos anarquistas possuírem idéias que sejam resolutamente aceitas por todos.

Na obra que esta pesquisa aborda diretamente, as idéias de Foucault estão presentes quando a autora desvenda a “positividade” do poder que se impunha sobre os trabalhadores urbanos; na “colonização do feminino”, quando as classes dominantes formulavam e buscavam impor a imagem que se desejava da mulher comprometida com o funcionamento da sociedade capitalista, seja no papel de mãe ou de trabalhadora; e quando aborda as resistências dos trabalhadores, por meio de escolas racionalistas, grupos de teatro social, imprensa, sindicatos e outras formas de associativismo, práticas que reconheciam a natureza fluida do poder.

²¹⁵ Entre outros títulos, ver: RAGO, Margareth e MOREIRA, Eduardo. *O que é Taylorismo?* São Paulo: Brasiliense, 1984. RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. _____. *Anarquismo e Feminismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000. _____. O anarquismo e a história. In: PORTOCARRERO, Vera e CASTELO BRANCO, Guilherme. (org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000. _____. *Entre a história e a liberdade*. Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. A autora preocupou-se inclusive em refletir acerca da recepção das idéias do filósofo francês no Brasil, das quais foi grande tributária, o que pode ser encontrado em RAGO, Margareth. As Marcas da Pantera. Michel Foucault e a historiografia brasileira contemporânea. *Revista Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS. n° 1, maio de 1993 e RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 7, n° 1-2, 1995.

²¹⁶ Questionário Margareth Rago, recebido em outubro de 2001, acervo desta pesquisa.

²¹⁷ Dois exemplos de abordagem das idéias de Foucault como próximas ou mesmo anarquistas, ou publicação de textos seus na imprensa libertária contemporânea, pode-se encontrar em: VACCARO, Salvo. “Foucault e a Anarquia” In: **Novos Tempos. Revista Anarquista Mensal**, São Paulo: Ed. Imaginário, n° 2, 1998; FOUCAULT, Michel. “*El Antiedipo*.” In: **ALTER** [revista] Montevideo (Uruguay): Coletivo Alter, Quinta época, 2002.

A autora salienta que o entendimento do poder considerado em sua positividade, abre espaços a uma perspectiva metodológica diversa, que é capaz de pensar a prática anarquista a partir de outros parâmetros e, desta forma, buscar caminhos para a crítica de noções estabelecidas sobre os libertários, tais como o atraso político ou mesmo de um suposto apoliticismo.²¹⁸

O poder entendido em sua positividade aparece na obra de Maria Conceição Pinto de Góes, em que as referências à Foucault são explícitas. A partir das idéias expostas em *Microfísica do Poder e Vigiar e Punir*, Góes salienta que o aparato existente para o controle dos trabalhadores, anterior à legislação trabalhista, além de ser força repressiva, encabeçada pelo Estado e seu braço armado, estava, antes, disseminado pela estrutura social, *não só através dos aparelhos de Estado, o que torna mais penosa e mais difícil a identificação dos homens e a luta de classes.*²¹⁹ O poder e a dominação que se impuseram, segundo Góes, não eram apenas instâncias negativas, como Foucault ensinava em *Vigiar e Punir*. O poder adentra para a autodisciplina, para a conformação, para a autojustificação da posição de dominados por parte dos trabalhadores, introjetando os valores da sociedade capitalista.

O repensar das práticas anarquistas *a partir de outros parâmetros*, é influenciado, ao certo, por uma revalorização dos textos teóricos de pensadores libertários, redimensionando as implicações ideológicas e doutrinárias, no pensar e agir dos militantes anarquistas e suas realizações, abordados por essas pesquisas. Em parte da produção historiográfica anterior que abordou o fenômeno do anarquismo, este foi pensado dentro de lógicas interpretativas que não as suas. Os parâmetros mais comuns para se interpretar o anarquismo eram fornecidos pelo marxismo, que manifesta concepções diferentes de atuação política - concepções que, não poucas vezes, além de diferirem se opõem frontalmente.

A interpretação da experiência anarquista, a partir dos valores de uma corrente política oposta a ela, com a qual disputava a influência junto ao movimento operário internacional, não raro levou a juízos de valor que

²¹⁸ RAGO, Margareth. Op. Cit., p. 14.

²¹⁹ GÓES, Maria Conceição Pinto de. Op. Cit., p. 19.

apresentavam o anarquismo como uma espécie de “equívoco político”, superado pela experiência e luta dos trabalhadores.

Examinar a experiência anarquista, a partir de sua lógica interpretativa própria, requer a abordagem de seus textos seminais, os clássicos do pensamento ácrata, e reflexões tecidas por militantes anarquistas, cumprindo o intento de buscar suas significações e em que se apoiavam as interpretações que os libertários faziam da realidade que os cercava e as práticas propostas para a transformação dessa realidade.

É necessário que se diga que esse repensar da experiência anarquista, a partir de seus valores não quer obrigatoriamente dizer que os pesquisadores abordaram temas em face de uma perspectiva anarquista. Trata-se, antes, de não desconsiderar os significados que os próprios anarquistas davam à sua visão de mundo, seus valores e suas estratégias políticas.

Em algumas das pesquisas da década de 80, pode-se perceber uma revalorização do pensamento anarquista, por meio da utilização de textos de alguns dos principais teóricos, que funcionam como elemento interpretativo valioso para tais trabalhos. São, no geral, obras dos mais conhecidos pensadores do anarquismo, que, como referido no primeiro capítulo, são também objeto da renovação do interesse pelo anarquismo e temas correlatos que se verifica, no início da década, merecendo reedições não apenas por editoras comprometidas com a difusão de idéias libertárias mas também de editoras comerciais²²⁰.

Questionada quanto à utilização de referenciais teóricos diferenciados, nas abordagens historiográficas sobre o anarquismo, Helena Mueller, autora de “Flores aos Rebeldes que Falharam: Giovanni Rossi e a utopia anarquista”, fala da presença dos teóricos anarquistas na historiografia do anarquismo:

²²⁰ Como exemplo desta renovação editorial, nos anos 1980, dos clássicos do anarquismo, podemos citar: BAKUNIN, M. *Socialismo Libertário*. São Paulo: Global, 1980. _____ . *Deus e o Estado*. São Paulo: Cortez, 1980. _____ . *Textos Escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1983. _____ . *Bakunin por Bakunin*. Brasília: Novos Tempos, 1987; KROPOTKIN, P. *Textos Escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1983. MALATESTA, E. *A Anarquia*. Brasília: Novos Tempos, s/d. Importantes coletâneas de textos são também publicadas em: RESENDE, Paulo Edgar A. e PASSETTI, Edson (orgs.). *Proudhon*. São Paulo: Ed. Ática, 1986. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 56. ANDRADE, Manuel Correia de (org.). *Elisée Reclus*. São Paulo: Ed. Ática, 1985. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 49.

*“Em primeiro lugar creio que é fundamental estudar os anarquistas, que poderia chamar de clássicos: Bakunin – leitura importantíssima – e Malatesta que considero talvez o mais importante pensador anarquista. (...) Em termos de Brasil creio que, de novo, os clássicos – Leuenroth e Oiticica – são bastante importantes. Outros teóricos têm grande importância, principalmente em termos de uma historiografia sobre o anarquismo mas, no momento, me ateno a esses”*²²¹

O livro de Mueller é sintomático dessa opção por abordar, de forma mais aprofundada, as idéias manifestadas pelo movimento anarquista internacional de então. Sua pesquisa é acerca da mais conhecida experiência de fundação de colônia anarquista no Brasil: a Colônia Cecília. Antes, porém, de chegar aos campos paranaenses onde foi fundada a colônia, Mueller examina o lugar que ocupa, dentro da evolução histórica do anarquismo, a iniciativa do agrônomo Giovanni Rossi. Em capítulo específico, a autora aborda aspectos da história do anarquismo, indo desde o cenário político italiano, no fim do século XIX, passando pelas polêmicas entre coletivistas e autoritários, no seio da I Internacional e chegando mesmo à Comuna de Paris, procurando assim compreender as forças motrizes do pensamento social de então. Assim, aparecem, entre as referências da pesquisa de Mueller, autores como Luigi Fabri, Bakunin, Kropotkin, Élisée Reclus, Malatesta e Gastón Leval.²²²

Bastante presentes também, na pesquisa de Mueller, são os artigos da revista anarquista italiana *Volontá*, que, no dizer da autora, *tem um excelente corpo editorial e que elabora uma reflexão sobre o movimento anarquista desde uma perspectiva atual*.²²³ Sua opção de abordar textos teóricos do anarquismo, esclarecendo a perspectiva de contemplar a experiência anarquista, dentro de sua lógica própria, é esclarecida pela autora:

²²¹ Questionário Hellena Isabel Mueller, recebido em setembro de 2001, acervo desta pesquisa.

²²² FABRI, Luigi. *Anarchia e comunismo “scientifico”*. Milão: Libreria Ed. Tempi Nuovi, 1922; BAKUNIN, Michail. *Deus e o Estado*. São Paulo: Cortez, 1988; _____. *Rivolta e libertá*. Roma: Ed. Reuniti, 1977; _____. *O Socialismo Libertário*. Lisboa: Pontos de Vista, 1976; KROPOTKINE, Piotr. *Em torno de um Vida* – memórias de um revolucionário. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1946; _____. *La Conquista Del Pane*. Catania: Ed. della Rivista Anarchismo, 1978; RECCLUS, Eliseo. *A mi fratello contadino*. S.N.T.; Malatesta, Errico. *L’Anarchia*. Ragusa: La Fiacolla, 1973; LEVAL, Gastón. *Marxisme et anarchisme*. In: *Anarchici e Anarchia nel mondo contemporáneo*. Atti del Convegno promosso della Fondazione Luigi Einaudi. Turín: Fondazione Einaudi, 1971.

²²³ Questionário Hellena Isabel Mueller, recebido em setembro de 2001, acervo desta pesquisa.

“Aos poucos foi me parecendo necessário fazer um aprofundamento das origens do movimento anarquista, discutir suas questões básicas, pensar o anarquismo dentro de sua lógica e não daquela à qual estava até então inserida, o marxismo.(...) Para os anarquistas(...) o poder é a lógica da dominação, da exploração e da manutenção da sociedade presente. Para eles a luta contra o poder – e não apenas sua rejeição – é o centro de sua ação política, a única maneira de realmente construir o novo.”²²⁴

Pensadores anarquistas estão presentes também em “A Imagem Rebelde - A trajetória libertária de Avelino Fóscolo”. Regina Horta Duarte recorre a Jean Grave, Piotr Kropotkin e Elisée Réclus, leituras feitas por Fóscolo, e, desta maneira, redesenha parte do percurso intelectual do libertário mineiro. Leitor eclético, Fóscolo, como diz Duarte, tinha uma formação comum a vários anarquistas brasileiros do início do século passado.

Estavam, entre suas leituras, os anti-clericais, o cientificismo, o positivismo e os naturalistas. Combinavam-se Zola, Hugo, Comte, Eça de Queiroz e Guerra Junqueiro. Os dois últimos, tendo em vista o contexto social conservador em que nasceu e foi criado Fóscolo, tiveram atração especial sobre ele, tal a impressão que lhe causavam as críticas ao clero e à sociedade burguesa, presentes nas obras destes portugueses. É nos pensadores anarquistas, no entanto, que Regina Horta encontra os traços da definição das idéias que Fóscolo ia manifestar, primeiro, em *Taboleiro Grande* e depois na capital mineira, identificando-se com a imagem do “semeador”. Ressalta Horta Duarte:

“Ao ler obras como ‘Evolução, Revolução e Ideal Anarquista’ de E. Reclus, em que o anarquista francês afirmava a necessidade da preparação das massas frente à iminência da revolução, Fóscolo deve ter-se sentido identificado com as propostas do texto. Logo no início do século era justamente o que ele fazia e talvez tenha pensado que atuara como anarquista sem saber: em 1902 e 1903 publicara três romances de profunda crítica à organização da sociedade(…)”²²⁵

²²⁴ MUELLER, Helena Isabel. *Flores aos Rebeldes que Falharam*. Geovanni Rossi e a utopia anarquista. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p. 3.

²²⁵ DUARTE, Regina Horta. *A Imagem Rebelde*. A trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas: Pontes/Ed. da UNICAMP, 1991, p. 65.

A perspectiva de tentar conhecer as leituras que formavam o arcabouço intelectual dos militantes se mostra importante não apenas para refazer o processo de difusão das idéias em determinado contexto sociohistórico, mas também para uma tentativa de reconstituição do pensamento do militante abordado, sua visão de mundo, de maneira mais ampla. É uma perspectiva explorada por Adelaide Gonçalves, em seu estudo sobre a imprensa dos trabalhadores no Ceará, no qual busca perceber, em meio à difusão das idéias de transformação social entre a classe trabalhadora, as leituras específicas que informaram os militantes. Sobre o anarquista cearense Moacir Caminha, anota Adelaide Gonçalves:

“Pode-se mesmo arriscar a compor não mais apenas uma ‘biblioteca imaginária’ do militante Caminha, mas partindo do conteúdo e forma de seus escritos e das informações recolhidas das memórias de seus contemporâneos localizar as leituras que informaram sua intervenção nas lutas sociais de seu tempo. Máximo Gorki, Leon Tolstoi, Émile Zola, Piotr Kropotkin, Sebastián Faure, Elisée Reclus, entre outros.”²²⁶

Adelaide Gonçalves reforça a perspectiva aberta pelo exame das bibliotecas particulares dos militantes, com o intuito de conhecer as práticas sociais privilegiadas, nos momentos de luta e da formação de núcleos militantes mais amplos:

“Creio que os estudos sobre o movimento operário e sua imprensa desde o século XIX devem, cada vez mais, voltar a atenção para as leituras operárias de então, visto expressarem não apenas o conteúdo de autoformação dos militantes mas uma prática social remodeladora do pensamento e da ação. Prática que inclui desde a seleção dos livros e autores até a inauguração de certos espaços da cidade como lugares de discussão pública e socialização das leituras. (...)”

O pesquisador pode também encontrar nas bibliotecas particulares, através de acervos pacientemente recolhidos e que se abrem generosamente à vontade de saber de alguns dedicados

²²⁶ PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. *A Imprensa dos Trabalhadores do Ceará, de 1862 aos anos 1920*. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001, p. 245.

*leitores, mais uma contribuição ao processo de formação. Aí está uma das chaves de inteligibilidade para o modo como os núcleos militantes decifraram a realidade e se organizaram para sua formação.*²²⁷

Os textos teóricos libertários também são revalorizados na dissertação de Suzete Bezerra Fernandes, “O Movimento Operário na Primeira República – A atuação de Astrojildo Pereira.” As apreciações acerca do anarco-sindicalismo estão ancoradas nos textos teóricos e doutrinários de autores como Malatesta, Neno Vasco, Rudolf Rocker, demonstrando não apenas anseio por conhecer as propostas anarquistas, mas apresentando textos pouco conhecidos de um público mais amplo.²²⁸

Agrupando aspectos da “doutrina e método de luta” do anarco-sindicalismo, Fernandes faz uso ainda de Edgar Rodrigues e José Oiticica e Diego Abad de Santillán, no considerável espaço que dedica em sua dissertação, para expor aspectos teóricos e práticos do movimento anarquista no Brasil.²²⁹ A autora pode, desta forma, abordar as linhas do anarco-sindicalismo, ao mesmo tempo em que salienta, junto com os pensadores ácratas, a atuação nociva do clero no sindicalismo e a crítica anarquista ao comunismo de Estado. Pode-se dizer que, no geral, a interpretação de Suzete Bezerra é bastante simpática ao anarco-sindicalismo, tal a ênfase que empresta aos textos seminais ácratas. Figuram, igualmente, entre suas referências bibliográficas “*O que é a Propriedade?*” e “*A Nova Sociedade*”, ambas edições portuguesas de textos de Joseph-Pierre Proudhon.

Em “Do Cabaré ao Lar”, estão entre as referências bibliográficas os *Escritos de Filosofia Política*, de Makhail Bakunin, os *Folhetos Revolucionários*, de Kropotkin, *Hacia una Nueva Humanidad*, de Errico Malatesta. Aproximação que, parece, torna possível entender os projetos ácratas procurando livrá-los dos parâmetros traçados por seus opositores. Rago afirma que sua proposta

²²⁷ PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. Op. Cit., p. 247.

²²⁸ Entre outros títulos estão presentes entre as referências de Bezerra: MALATESTA, Errico. *La anarquía e el método del anarquismo*. México: Premiá Editora, 1978; _____, *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez Editora, 1989; VASCO, Neno. *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Lisboa: Secção Editorial de “A Batalha”, 1920; ROCKER, Rudolf. *Anarco-Sindicalismo (teoria y practica)*. Spain: Ediciones Picazo, 1978.

²²⁹ Na dissertação de Suzete Fernandes, os textos teóricos sobre anarquismo estão principalmente no capítulo 1º: “A organização operária e a atuação anarco-sindicalista”, embora apareçam em outros momentos de seu texto.

de pesquisa sobre o anarquismo buscou escutar e entender os projetos dos libertários, uma vez que identifica parte da produção historiográfica anterior como sendo ideologicamente comprometida com opositores do anarquismo. *“Os livros que eu conhecia sobre os anarquistas no Brasil não me diziam qual era o projeto dos libertários, o que queriam.”*²³⁰

Buscando elementos para a análise de um dos *fronts* da atuação libertária, Flávio Venâncio Luizetto examina, a partir de textos teóricos e de divulgação anarquistas, as justificativas para o empenho educacional e editorial levado a efeito pelos libertários no Brasil. Luizetto chega, desta forma, a uma corrente específica do anarquismo, o comunismo anarquista, que manifestava particular interesse pela reforma pedagógica da sociedade e uma maneira distinta de entender a revolução social. O autor necessitou, pois, voltar aos principais pensadores dessa corrente, para interpretá-la tendo, em conta, a sua lógica própria.

Para captar a dimensão histórica da práxis ácrata, Luizetto, como também Mueller, volta aos textos teóricos e históricos para basear suas observações. No capítulo primeiro de sua tese, “Apontamentos sobre a História do Comunismo Libertário”, destaca, além de aspectos gerais desta corrente, os fundamentos teóricos e as diretrizes táticas dos militantes que optaram por esta vertente da atuação libertária. Os nomes principais da corrente em questão são os mesmos que maior influência tiveram na formação do anarquista Avelino Fóscolo, cuja trajetória Regina Horta examina. Os textos de Kropotkin, Elisée Reclus, Jean Grave e Malatesta têm, por isso, lugar na bibliografia que sustenta a pesquisa. Observa-se que foram justamente esses autores os que maior penetração tiveram no Brasil, por meio de várias edições, apesar de outra corrente do anarquismo – o anarco-sindicalismo – ter obtido maior destaque. Ressalta Luizetto que

*“No Brasil, o interesse demonstrado naquela época, pelos temas libertários foi despertado, particularmente, pela literatura originada dessa concepção do anarquismo, assim como foi através dela que conquistou um bom número de adeptos, entre o público leitor brasileiro.”*²³¹

²³⁰ Questionário Margareth Rago, recebido em outubro de 2001, acervo desta pesquisa.

²³¹ LUIZETTO, Flávio Venâncio. *Presença do Anarquismo no Brasil: Um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920*. São Carlos: Tese de Doutorado – USP, 1984, p. 19.

Proporcionalmente, não é grande a presença de textos teóricos anarquistas, na produção historiográfica dos anos de 1980, que aborda o tema do anarquismo. Não é, por outro lado, irrelevante. O exame destes textos era quase inexistente, nas pesquisas sobre o movimento operário, que tangenciavam as idéias libertárias. O estudo destes autores, conhecidos no Brasil desde o fim do século XIX e divulgados nos meios operários por meio de edições próprias e folhetins, na imprensa dos trabalhadores, é fundamental para reconstituir o universo conceitual dos militantes, ajudando a contemplar a dimensão ideológica das escolhas e estratégias postas em prática, nas lutas operárias em que, de alguma maneira, foi importante a participação do anarquismo. Serve, além disso, como já mencionado, para observar a experiência histórica do anarquismo, a partir do exame dos valores que lhe são próprios. Não se trata, para os autores das pesquisas em foco, de observar essa experiência com “olhos anarquistas” mas, antes, de não desprezar, de antemão, os valores e conceitos que a constituem.

A produção historiográfica acadêmica da década de 1980 é, de alguma maneira, tributária da produção das décadas anteriores, seja ela emanada das memórias dos antigos militantes das lutas operárias, seja derivada das interpretações sociológicas comuns nos anos 1960. Adotando algumas de suas linhas interpretativas ou propondo enfoques metodológicos e análises originais, a historiografia dos anos 1980 traz certas marcas das pesquisas de períodos anteriores.

Um dos trabalhos que deixou marcas na historiografia posterior foi “Trabalho Urbano e Conflito Social”, de Boris Fausto. Publicado em 1976, o livro traz alguns enfoques pioneiros, tais como a tentativa de traçar um quadro comparativo entre as realidades sindicais do Rio de Janeiro e São Paulo, do ponto de vista historiográfico; e a abordagem de temáticas anteriormente pouco ou nunca exploradas, como é o caso da cultura operária, que Fausto, no entanto, apresenta de uma forma um tanto caricatural. A temática da cultura operária, sinalizada por Fausto, mereceu maior atenção por parte da historiografia da década de 1980.

O autor faz ainda um dos primeiros exames mais detidos sobre a insurreição anarquista ocorrida em 1918²³², que, só nos anos 1980, receberia a devida atenção, por parte de Carlos Augusto Addor. Este autor não omitiu a importância do livro de Fausto em sua pesquisa:

“Em 1976 foi publicado o livro de Boris Fausto, ‘Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)’ que permanece até hoje, a nosso ver, o melhor estudo sobre a história do movimento operário nas três primeiras décadas da República.”²³³

Addor menciona ainda que foram algumas observações de Fausto que lhe despertaram o interesse pelo estudo do anarquismo e do movimento anarquista no Brasil, sobretudo por causa das observações do autor de “Trabalho Urbano e Conflito Social”, que no fim dos anos 1970, chamava a atenção sobre a contemporaneidade do anarquismo, com sua ênfase na crítica às instituições da sociedade burguesa e suas estratégias de luta que conseguiam diagnosticar a natureza molecular do poder e abarcar essas múltiplas dimensões. Especialmente crítico da recusa da política formal, que identifica como uma das principais debilidades dos libertários, Fausto, ainda assim, se indagava quando examinava a “subcultura” anarquista: *Embora de forma muitas vezes inadequada, o anarquismo busca dar resposta a um difícil problema: como criar, com gente dominada, uma sociedade livre?*²³⁴

Interessante notar, em Addor, a referência a Eric Hobsbawm, crítico contumaz do pensamento e práticas libertárias, a partir da leitura dos ensaios de *Revolucionários* (1982), em que critica sobretudo a participação dos anarquistas na Revolução Espanhola. Addor afirma que, apesar das objeções de Hobsbawm, ao entender que, *“embora não tenha qualquer contribuição significativa a fazer a teoria socialista, [o anarquismo] é um elemento crítico útil”*²³⁵, a leitura de outros autores o estimulou a seguir em frente na pesquisa

²³² Antes de Fausto, a insurreição anarquista de 1918 foi abordada, com uma descrição bastante apurada em BANDEIRA, Moniz *et alii*. *O Ano Vermelho*. A revolução russa e seus reflexos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

²³³ ADDOR, Carlos Augusto. Op. Cit., p. 18.

²³⁴ FAUSTO, Boris *Apud* ADDOR, Carlos Augusto. Op. Cit., p. 21.

²³⁵ HOBBSAWM, Eric *Apud* ADDOR, Carlos Augusto. Op. Cit., p. 21.

da temática do anarquismo. Entre esses, Addor lista Rudolf de Jong²³⁶, Cornelius Castoriadis e George Woodcock²³⁷.

Leituras bastante freqüentes, na produção historiográfica da década de 1980, sobre o anarquismo, são as obras de Edgar Rodrigues. Baseados, em grande medida, em documentos inéditos que integram um vasto arquivo pessoal, constituído em décadas de militância, os livros de Rodrigues funcionam como verdadeiros levantamentos de fontes²³⁸ para o estudo do movimento operário e do anarquismo. De sua vasta obra, pelo menos dois livros são presença constante na historiografia contemplada por esta pesquisa: “Socialismo e Sindicalismo no Brasil” e “Nacionalismo e Cultura Social”, justamente títulos que abordam a fase de conflitos mais agudos, vividos pelo movimento operário brasileiro. Treze entre as quinze pesquisas aqui abordadas trazem referências de algumas das obras de Rodrigues. Por ser um dos poucos autores que abordaram o movimento operário da Primeira República, do ponto de vista anarquista, o impacto da recepção de suas obras não parece ter sido pequeno. É necessário que se diga, porém, que, apesar da presença constante dos livros de Edgar Rodrigues como referência em várias pesquisas das décadas anteriores e mesmo naquelas dos anos 1980, seu trabalho é visto mais como fonte para o estudo do anarquismo e do movimento operário do que

²³⁶ Rudolf de Jong aparece na obra de Addor por meio de seu ensaio Algumas observações sobre a concepção libertária de mudança social e revolucionária. In: PINHEIRO, Paulo Sergio (org.). *O Estado Autoritário e os Movimentos Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. De Jong também figura no trabalho de Helena Mueller, a quem a autora agradece lembrando “... que, com seu conhecimento sobre o anarquismo e o movimento anarquista, com sua paciência e sabedoria, sempre esteve disponível para minhas demandas, colocadas em agradáveis e proveitosas discussões acadêmicas.” MUELLER, Helena. Op. Cit., p. 2.

²³⁷ As reflexões de Woodcock que Addor julga importantes como motivadoras de sua pesquisa estão na introdução histórica que abre o livro *Grandes Escritos Anarquistas*, por ele organizado. Woodcock, autor de dezenas de livros, dentre os quais as biografias de Kropotkin e Proudhon, assina também uma das mais importantes histórias do movimento anarquista mundial, com o título *Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários*. Porto Alegre: L&PM, 1983, 2 volumes.

²³⁸ Dois outros trabalhos apresentaram aos historiadores do movimento operário fontes primárias inéditas, sobretudo aquelas oriundas da imprensa operária: DULLES, John Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil* e MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e Movimento Operário*, ambos publicados no final dos anos 1970 e baseados, em grande medida, nas fontes que dariam origem ao Arquivo Edgard Leuenroth e que viriam a ser o maior substrato da produção dos anos 1980. Sobre estes livros ver Capítulo I.

como portadores de análises e interpretações sobre o tema.²³⁹

Talvez tenha sido somente na historiografia da década de 1980 que os vários livros de Rodrigues tiveram real influência, tendo em vista haverem sido lançados, no caso dos livros mais citados, no período de recrudescimento da ditadura militar.²⁴⁰ Suas obras mais utilizadas, desta maneira, precedem à fase em que se identifica o reaparecimento de estudos sobre o movimento operário e sobre o anarquismo.

A apresentação de fontes inéditas para o estudo do movimento operário é também o mérito principal da obra de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, “A Classe Operária no Brasil”, seleção de documentos, artigos da imprensa operária, panfletos e iconografia, numa mostra inicial do material de que é composto o Arquivo Edgard Leuenroth, de cuja organização participaram os autores²⁴¹. Pinheiro e Hall, identificados com uma historiografia que mudou sensivelmente os estudos sobre o movimento operário, deixaram ainda, na produção dos anos 1980, sua marca a partir do próprio trabalho acadêmico, inclusive de orientações de pesquisas acadêmicas, no departamento de História da UNICAMP. Michael Hall, por exemplo, foi orientador dos trabalhos de Cristina Hebling Campos, Regina Horta Duarte e Sílvia Belfort Andrade, entre outras. Maria Auxiliadora Guzzo Decca, orientada por Déa Ribeiro Fenelón, em sua pesquisa sobre o cotidiano dos operários, em São Paulo, remete às influências motivadoras de seu trabalho, em que a importância das formulações de Hall é admitida:

²³⁹ A despeito das ressalvas quanto às limitações de suas pesquisas, Edgar Rodrigues afirmou, em entrevista a Jorge E. Silva: “*Para mim escrever livros foi uma consequência da pesquisa e coleta de informações. A minha formação é autodidata, os métodos de pesquisa, se assim os posso chamar, são os que fui experimentando e melhorando ao longo desse meu trabalho. Minha principal preocupação tem sido não deixar perder documentos que ia descobrindo e divulgar uma história que vinha sendo ocultada e deturpada do movimento social no Brasil*”.

²⁴⁰ *Socialismo e Sindicalismo no Brasil* foi lançado em 1969 e *Nacionalismo e Cultura Social (1913-1922)* saiu em 1972, este último tendo que mudar seu título em decorrência da censura.

²⁴¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil*. Documentos (1889-1930). vol. 1. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1979. Trabalho semelhante foi feito por CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. Volume 1. 2ª ed., São Paulo: DIFEL, 1984.

“Inúmeros trabalhos historiográficos têm se preocupado com as condições mais gerais de existência da classe operária no Brasil, situando diversamente seus interesses e preocupações. Este estudo se inspirou originalmente nas indagações de Michael Hall sobre a formação da classe operária no Brasil, na crítica historiográfica realizada por Carlos Vezentini e Edgar de Decca e nas discussões realizadas no programa de pós-graduação sobre o trabalho assalariado urbano.”²⁴²

Ao historiador Michael Hall, credita-se, entre outras relevantes contribuições ao estudo da classe operária no Brasil, a crítica à associação mecânica entre imigrantes e militância socialista que serviu de mote para várias análises anteriores aos anos 1980. Além da coletânea de documentos, organizada juntamente com Paulo Sérgio Pinheiro, é freqüente a referência de sua lavra, ao texto “Imigração e Classe Operária em São Paulo”, no que parece ter sido uma edição de utilização limitada à UNICAMP, uma vez que surge como trabalho mimeografado e sem data.²⁴³

A busca de alternativa ao modelo pré-configurado que Hall chamou de “mito do imigrante radical”, idéia desenvolvida em sua obra, permite que se procure, nas abordagens a respeito do movimento operário, a heterogeneidade de modos de ser e de agir que caracterizavam a classe operária nascente. Estabelecida a crítica à “teoria da planta exótica”, elaborada pelas classes dominantes como parte de seu projeto de criminalização da chamada “questão social” e, inadequadamente apropriada por alguns historiadores que examinaram a conjuntura, tornou-se imperativo voltar a atenção para as experiências libertárias que não tinham ligação com as correntes imigratórias da fase da formação do proletariado do Brasil.

Alguns estudos da década de 1980 ajudam a perceber a natureza múltipla da origem da militância libertária, construída, muitas vezes, nos movimentos abolicionistas e republicanos, por homens e mulheres brasileiros. É sintomático que as três pesquisas que se propõem biográficas, entre os trabalhos desta década, detenham-se em militantes nascidos no Brasil,

²⁴² DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. Op. Cit., p. 12.

²⁴³ Ver CAMPOS, Cristina Hebling. Op. Cit., p. 183; ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. *Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987, p. 198.

algumas vezes até distantes dos centros onde a imigração desempenhou papel decisivo.

Avelino Fóscolo, Maria Lacerda de Moura e Astrojildo Pereira nasceram no Brasil e desempenharam papel importante na militância libertária, assim como Edgard Leuenroth, apresentado pela tese de doutorado de Yara Aun Houry à qual foram feitas referências nos capítulos anteriores.²⁴⁴ O papel destacado que tiveram pode ainda esclarecer as diferentes formas da recepção da ideologia anarquista e sua difusão pelos vários estados do país, contribuindo para a crítica da historiografia que forjou os “centros definidores de sentido” já referidos. Quando aborda o episódio literário do anarquismo, no Brasil, Flávio Luizetto anota sobre os quatro principais protagonistas que examina:

“(...) Fábio Lopes dos Santos Luz, Antônio Avelino Fóscolo, Manuel Curvello de Mendonça e Domingos Antônio Alves Ribeiro Filho. Estes quatro escritores, todos de nacionalidade brasileira, não foram os únicos, certamente, dentre os intelectuais daquele tempo identificados com as idéias anarquistas, a se convencerem de que as nossas letras deveriam se comprometer com planos de transformação radical da sociedade brasileira.”²⁴⁵

As pesquisas que privilegiam *fronts* distintos da atuação libertária e a heterogeneidade de suas expressões regionais passam, sem dúvida, pela crítica daqueles paradigmas que associavam o movimento anarquista às realidades de Rio de Janeiro e São Paulo que compõe ainda a maioria das pesquisas sobre o movimento operário e, ainda mais, sobre o anarquismo.

As palavras de Maria Auxiliadora Guzzo Decca, anteriormente citadas, chamam a atenção para outra referência muito freqüente na produção historiográfica aqui contemplada. Trata-se da obra de Edgar de Decca, *O Silêncio dos Vencidos*, lançada em 1981, presente em dois terços da pesquisas abordadas. Uma vez que os recortes cronológicos mais comumente

²⁴⁴ DUARTE, Regina Horta. Op. Cit.; LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Caminhos de Maria Lacerda de Moura*. (Contribuição à História do Feminismo no Brasil). São Paulo: Tese de Doutorado – USP, 1983; FERNANDES, Suzete Bezerra. *O Movimento Operário na Primeira República: a atuação de Astrojildo Pereira*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – PUC/SP, 1989; KHOURY, Yara Aun. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária*. Imprensa, Memória e Militância Anarco-Sindicalistas. São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia – USP, 1988.

²⁴⁵ LUIZETTO, Flávio Venâncio. Op. Cit., p. 4-5.

privilegiados pela historiografia da atuação libertária da década de 1980 não alcançam o período abordado por Decca, suponho que a influência de sua obra esteja nas concepções originais que discute, tais como a noção de “insucesso político” (útil sobretudo para a historiografia que aborda uma atuação política que, no mais das vezes, foi interpretada como um “fracasso”), ou na discussão que empreende acerca do discurso dos historiadores frente à classe operária, que, algumas vezes, na ânsia de “dar voz” aos excluídos, acaba por silenciá-los indiretamente.²⁴⁶ Outros trabalhos porém, puderam se beneficiar diretamente da temática abordada por Decca, por tratarem exatamente da virada dos anos vinte, como é o caso da pesquisa de Zélia Lopes da Silva, que discute o processo político do pós-30, notadamente os projetos de dominação dos trabalhadores por parte das camadas dominantes da sociedade.²⁴⁷

Zélia Lopes da Silva faz várias referências à desmontagem do marco “Revolução de 30” operada por Decca, quando esse autor a denuncia como a “revolução do vencedor” na qual se inscreviam, desde sua elaboração teórica, os projetos de dominação dos trabalhadores. A autora, entretanto, faz ressalvas a esta linha interpretativa observando que ela

“(...) não rompe com as formulações que entendem o político através de sua expressão partidária. Em que pese a crítica, o partido ainda continua sendo o principal canal de formulação e irradiação de projetos de classe, à medida que o PCB se constitui no único canal de expressão das propostas do proletariado, quando se sabe que havia outras propostas, organizando os trabalhadores, que apontavam para a dissolução da ordem capitalista pela via insurrecional.”²⁴⁸

Por fim, neste momento de referência às leituras mais freqüentes que apontam em algum sentido de renovação, à produção historiográfica da década de 1980 acerca da atuação libertária, cabe referir a interpenetração dos trabalhos desse mesmo período. Uma vez que o intervalo de tempo escolhido para esta pesquisa recobre dez anos, pode-se encontrar nos trabalhos saídos

²⁴⁶ Sobre esse tema ver sobretudo o primeiro capítulo, onde se discute o lugar do trabalho acadêmico mediante a classe operária e o papel da ideologia na montagem dos discursos sobre o passado. DECCA, Edgar Salvadori de. *1930 - O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

²⁴⁷ SILVA, Zélia Lopes da. *A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.

²⁴⁸ SILVA, Zélia Lopes da. Op. Cit., p. 54.

da segunda metade da década, referências a títulos desta mesma historiografia da atuação libertária que foram dados ao público pouco tempo depois de suas defesas como teses e dissertações acadêmicas. Com efeito, são poucos os títulos que aparecem desta forma, visto que boa parte deles sofreu grande defasagem de tempo entre suas defesas e a publicação, ao passo que outros títulos nem sequer foram publicados.

Na pesquisa de Suzete Bezerra Fernandes aparecem, entre as referências bibliográficas, os livros de Carlos Augusto Addor, *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*; de Cristina Campos, *O Sonhar Libertário*; e de Margareth Rago, *Do Cabaré ao Lar*.²⁴⁹ Addor e Campos figuram também nos créditos bibliográficos de Helena Mueller. Na bibliografia de Eliane Lopes, aparece, ainda no formato de dissertação, a pesquisa de Cristina Campos. O mesmo acontece com a tese de doutorado de Flávio Luizetto, *Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920*, que é citado por Regina Horta Duarte em sua pesquisa sobre o libertário mineiro Avelino Fóscolo.

A interpenetração das pesquisas não pode ser obliterada, visto que alguns destes trabalhos surgem com a marca de uma renovação analítica que tomava forma nos anos de 1980, apontando temas, objetos e referenciais teórico-metodológicos, às vezes, originais, dando a conhecer maneiras distintas de abordar a experiência anarquista no Brasil.

²⁴⁹ FERNANDES, Suzete Bezerra. Op. Cit., p. 285-286, 294.

3.2. As fontes

“Entre esses registros [da experiência da classe], o jornal é um dos mais expressivos. Todas as tendências dentro do movimento usam-no como portador de suas propostas, como veículo de suas resistências, como meio de educação e informação do trabalhador. Boa parte do jogo de interesses que permeia as questões do trabalho, da classe trabalhadora e de seu movimento, passa pelo debate na própria imprensa.”²⁵⁰

Abordar as principais categorias de fontes que se apresentam na base empírica da produção historiográfica que esta pesquisa aborda, significa, de maneira primordial, examinar a utilização da imprensa operária, enquanto arcabouço empírico, sendo esta a categoria de fontes a que mais recorrem os pesquisadores que, na década de 1980, voltaram sua atenção à atuação libertária. São os periódicos dos trabalhadores, preservados em arquivos públicos e particulares²⁵¹, que permitem aos pesquisadores se aproximarem da conjuntura da virada do século XIX para o século XX e das primeiras décadas deste último, buscando os traços da presença operária e seu cotidiano, a militância na luta diária não apenas pela sobrevivência material mas na formação de sua própria identidade.

A esta pesquisa importa saber que tipo de utilização se faz desta categoria específica de fonte, tendo, em conta, não apenas o fato de que, já nos anos 1980, começam a se operar modificações, na abordagem dos sustentáculos empíricos, favorecendo um alargamento temático e a exploração de novas facetas da atuação libertária, como também levando em conta o que os pesquisadores buscavam, a partir da utilização destes suportes da memória, ou seja, especificidade de cada problematização.

Nas últimas décadas, vários autores têm dado contribuições substanciais à pesquisa histórica, no que diz respeito à abordagem da

²⁵⁰ KHOURY, Yara Aun. Op. Cit., p. 32.

²⁵¹ Sobre o papel dos arquivos que se formam no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, desempenhando um papel decisivo na produção historiográfica, ver observações no capítulo I.

imprensa – e não apenas da imprensa operária – como objeto de conhecimento.²⁵² Julgo interessante destacar as formulações de Adelaide Gonçalves que, em seu trabalho sobre a imprensa dos trabalhadores, no Ceará, destaca algumas características que tomam sentido a partir destas transformações teórico-metodológicas que recobrem a relação imprensa-história, combinando os modelos explicativos constituídos, no desenvolvimento de sua pesquisa com outros de autores como Silvia Araújo, César Oliveira, Helena Capelato e Silvia Petersen. Para Gonçalves, é importante ter-se em conta que a imprensa dos trabalhadores

- “ - *é um meio específico de comunicação; sua matéria prima, a fonte de onde emanam seus conteúdos é o meio para onde retorna;*
- *é veículo doutrinário e de ação organizativa. É imperativo, propõe ações, indica caminhos, conclama, interpela, convoca, exorta à ação, incita, instiga,pretende modelar condutas; o que não equivale dizer que possa ser autonomizado;*
- *é fenômeno comunicativo que atua a partir dos sujeitos ou grupos que lhe fornecem o substrato doutrinário, conferindo-lhe o caráter de sujeito coletivo;*
- *é espaço de representação do real, sendo um registro valioso da situação e da visão de mundo dos trabalhadores em cada conjuntura, atento às suas vicissitudes, mudanças e permanências;*
- *configura modalidade de comunicação de classe. Seu surgimento está ligado à definição de objetivos distintos ou contrapostos aos interesses das classes dominantes;*
- *constrói um discurso específico. Uma vez caracterizada sua natureza de classe, se esforça para construir um léxico político próprio, ainda que matizado por influencias da comunicação social escrita do seu tempo. Um discurso que opera modificações internas quando vão se diversificando e até conflitando os interesses e as agendas de reivindicações formuladas pelas diversas correntes;*
- *cria e recria (atualizando) termos: combate, união, pugna; consignas: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, Trabalhadores de todo o mundo uni-vos; alegorias e símbolos: 14 de julho, queda da Bastilha, Revolução Francesa, Abolição da*

²⁵² Destaco entre estas: ARAÚJO, Silvia M. P. de. *Quando ler jornais é mais que informação – exercício de pesquisa: a constituição do objeto nas páginas sindicais*. Curitiba: PET/ Curso de Ciências Sociais/ UFPR, 1997; ARAÚJO, Silvia M. P. & CARDOSO, Alcina. *Jornalismo e Militância Operária*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992; _____. *Jornais Operários – metodologia para análise histórica do discurso operário na Primeira República*. In: *História: Questões e Debates*. Curitiba: UFPR, 1983; CAPELATO, Maria Helena R. *A Imprensa e a História do Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Contexto/ Ed da USP, 1988. OLIVEIRA, César. *Antologia. Imprensa Operária Portuguesa (1837-1936)*. Lisboa: UGT/Perspectiva e Realidade, 1984. Ver também sobre a imprensa dos trabalhadores a extensa bibliografia arrolada por GONÇALVES, Adelaide. *Ceará Socialista. Anno 1919*. Edição Fac-Similar. Florianópolis: Ed. Insular, 2001.

*Escavidão, Primeiro de Maio, Revolução Bolchevique, caros à tradição do movimento operário, no plano nacional e internacional.*²⁵³

A novas perspectivas na abordagem da imprensa operária, sob o ângulo da construção do conhecimento histórico, sublinhe-se, não são uma característica comum da produção historiográfica da década de 1980, como se tais transformações se dessem de forma instantânea e em bloco, mas, como dito, a exemplo de outras mudanças no campo teórico-metodológico, já nesse momento, começam a se operar modificações no trabalho de pesquisa com os jornais. Pode-se dizer que os jornais, aos poucos, passam a mostrar para além de suas manchetes e artigos, possibilitando a aproximação com diversas outras questões que são intrínsecas ao seu fazer. Autora de importante pesquisa sobre aspectos da atuação libertária no Brasil, Yara Khoury, quase ao fim da década de 1980, reflete sobre as modificações que começam a se desenhar nesses anos, principalmente tendo em vista a utilização das fontes possíveis para se escrever a história do movimento operário:

*“Nesse germinar de estudos, produções e publicações, tendo se modificado a valorização das fontes, amplia-se e diversifica-se também a sua busca. Acervos operários, militantes ou não, despertam maior interesse, acompanhado da preocupação de identifica-los, preserva-los, organizá-los e até mesmo libertá-los das mãos policiais e judiciárias; o objetivo é trazê-los à luz, colocá-los à disposição dos pesquisadores dedicados a recuperar dimensões da vida proletária e do movimento da classe trabalhadora, agora valorizado sob prismas muito variados, ultrapassando a prática sindical ou partidária, penetrando pela vida cotidiana.”*²⁵⁴

Cabe, de início, a menção de que não apenas a imprensa dos trabalhadores - as folhas operárias ligadas às entidades de classe ou aquelas que funcionavam como veículo de propaganda de alguma corrente ideológica - são utilizadas como fontes primárias na historiografia que aqui se aborda. Papel importante é desempenhado pela chamada “grande imprensa”, não raro designada “burguesa” pelos periódicos dos trabalhadores. Essa imprensa tem importância decisiva não apenas quando se anseia o contraponto aos projetos

²⁵³ PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. Op. Cit., p. 43-44.

²⁵⁴ KHOURY, Yara Aun. Op. Cit., p. 29-30.

políticos por parte das camadas dominantes, mas é, sem dúvida, relevante quando se deseja acompanhar o transcorrer de acontecimentos ligados às reivindicações operárias, como é o caso das greves.

As folhas operárias, por sua peculiaridade de, na maioria das vezes, não serem obras de profissionais nem da militância nem do jornalismo, conviviam com múltiplas dificuldades que iam desde os escassos meios para sua sustentação até a repressão policial e a concorrência de jornais que se opunham às idéias que impregnavam as páginas dos periódicos operários. Estas dificuldades, entre outras tantas, contribuía para o caráter muitas vezes descontínuo da imprensa de opinião. Na opinião de Silvia Andrade, no trabalho com a temática do movimento operário, na cidade de Juiz de Fora, a busca por se encontrar as pistas das classes trabalhadoras se compara a de um detetive, aproveitando as pistas que o poder dominante não extinguiu por completo: *“Assim, o nosso trabalho de levantamento de fontes pode ser comparado ao de um detetive que investiga um ‘crime’ procurando-lhe as provas.”*²⁵⁵

As epígrafes de alguns desses títulos com a observação *“Sai quando pode”*, além dos sempre presentes apelos, em favor do aumento das assinaturas como meio de prorrogar a vida dos periódicos, atestam os obstáculos a uma maior regularidade em seu aparecimento. A grande imprensa, por sua vez, quase sempre tinha periodicidade diária. Desta maneira, essa imprensa é largamente utilizada, sobretudo quando se quer acompanhar o decorrer das greves, o relato das manifestações, o desenrolar da vida política da cidade, com atualização mais freqüente.

Bom exemplo disso é a utilização que Carlos Augusto Addor, em sua pesquisa sobre a Insurreição Anarquista de 1918, faz do *Jornal do Brasil* (1918), diário carioca, que cobre não apenas os acontecimentos imediatamente ligados à insurreição, mas também os antecedentes desta manifestação, destacando a criação e primeiras atividades da União Geral dos Trabalhadores, fundada naquele ano, de quem publica os estatutos e relata as primeiras reuniões. Nas páginas do *Jornal do Brasil* Addor encontra ainda os relatos da repressão que se abateu sobre o movimento operário carioca, com a

²⁵⁵ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *Classe Operária em Juiz de Fora: Uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987, p. 12.

deflagração de uma verdadeira caçada às lideranças operárias.²⁵⁶ O jornal *A Razão* (1918), também diário, que se apresentava como “defensor da causa das classes que trabalham”, mas que, em geral, reproduz a visão das classes dominantes, sobretudo no que diz respeito à Insurreição - fornece igualmente elementos para a montagem do quadro da segunda metade do ano de 1918. No capítulo em que aborda especificamente a Insurreição Anarquista, Addor assim anuncia a tipologia das fontes que utilizou:

“Nessa parte do trabalho, utilizamos quase que exclusivamente fontes primárias: jornais operários, um jornal da grande imprensa, crônicas de Lima Barreto, um relatório de um sindicato patronal, e também fontes oficiais: os Anaes do Conselho Municipal do Distrito Federal, os Anaes da Câmara dos Deputados e o Diário do Congresso Nacional (através do qual acompanhamos os debates no Senado, já que não conseguimos localizar os Anaes do Senado Federal referentes ao ano de 1918).²⁵⁷

Em que pese a variedade de fontes, a proporção maior de informações, sobre o acontecimento de novembro de 1918, provém mesmo do *Jornal do Brasil*, uma vez que o diário cobre o desenrolar dos fatos, divulga a opinião das autoridades e as medidas repressivas que se seguem ao evento.

Na pesquisa de Paulo Alves, também é marcante a presença dos jornais da chamada “grande imprensa”. São utilizados *O Combate* (1922), *O Estado de São Paulo* (1920), *Correio Paulistano* (1914/1916), todos de São Paulo, e o *Jornal do Comércio* (1917/1918/1919) e *Correio da Manhã* (1918/1921). A imprensa operária não tem papel primordial enquanto fonte na pesquisa de Alves, uma vez que apenas dois títulos aparecem entre seus suportes empíricos: *A Plebe* (1917/1919/1920/1921/1922) e *La Barricata* (1913). Uma vez que o autor busca analisar as condições históricas do surgimento dos trabalhadores enquanto classe, a dinâmica do movimento operário, e, em especial, as propostas anarquistas, e as relações entre libertários, movimento operário e o Estado, a abordagem restrita deste meio de expressão impõe limitações a sua pesquisa.

²⁵⁶ ADDOR, Carlos Augusto. Op. Cit. A utilização do *Jornal do Brasil* na pesquisa de Addor, transpassa todo o 3º capítulo.

²⁵⁷ ADDOR, Carlos Augusto. Op. Cit., p. 26.

Zélia Lopes da Silva recorre aos diários *A Platéia* (1930-1934) e a *O Estado de São Paulo* (1930-1934), procurando perceber os processos políticos que caracterizam a passagem dos anos 1920 para a década de 1930, que marcam, na expressão da autora, a “domesticação dos trabalhadores”.²⁵⁸ O jornal *O Combate* (1927), diário paulista, aparece na pesquisa de Maria Auxiliadora Guzzo Decca como uma fonte possível para se captar o cotidiano operário, muitas vezes simpático às reivindicações dos trabalhadores.²⁵⁹ Da mesma forma, a pesquisa no jornal *O Estado de São Paulo* (1920), juntamente com outros títulos considerados da “grande imprensa”, serviu à Cristina Campos no estudo da conjuntura de 1917-1921, quando a autora analisa os anos de mais aguda mobilização e luta dos trabalhadores de São Paulo e Rio de Janeiro. A autora também percebe a simpatia de alguns veículos dessa “grande imprensa” em relação a certas demandas dos trabalhadores. Um exemplo é a postura adotada durante uma das mais importantes manifestações operárias da Primeira República, no caso, a greve geral de 1917:

“Os poucos jornais que mantiveram uma atitude razoavelmente simpática aos grevistas foram acusados de serem responsáveis pela greve: foi o caso de ‘O Estado de São Paulo’, ‘O Combate’, ‘Fanfula’, ‘Il Piccolo’ e ‘O Diário Popular’.”²⁶⁰

Em outra pesquisa, Maria Conceição Góes reconhece que a ausência do recurso à “grande imprensa” limitou, de certa forma, a abrangência da caracterização da formação da classe trabalhadora que era seu ideal no estudo. Os jornais de maior circulação deram, então, lugar a outras categorias de fontes, na busca de contemplar o contexto dos primeiros anos do século XX:

“Está claro que teria um quadro mais abrangente e completo se tivesse tido a oportunidade de confrontar os jornais da grande imprensa ou dos setores da burguesia. Procurei suprir esta lacuna com o estudo de uma bibliografia histórica de apoio e de cronistas da época.”²⁶¹

²⁵⁸ SILVA, Zélia Lopes da. Op. Cit.,

²⁵⁹ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. Op. Cit., p. 22.

²⁶⁰ CAMPOS, Cristina Hebling. Op. Cit., p. 70.

²⁶¹ GOES, Maria Conceição Pinto de. Op. Cit., p. 9.

Entre os “cronistas de época” a que se refere Góes, figuram os nomes de Luís Edmundo, João do Rio e Lima Barreto²⁶² - o último tendo se aproximado da militância libertária e colaborado fartamente na imprensa operária, inclusive n’*A Voz do Trabalhador*, porta-voz da Confederação Operária Brasileira, organismo sindical com pretensões nacionais, criado a partir das deliberações do 1º Congresso Operário Brasileiro, dado em 1906. Interessante notar esse recurso aos cronistas de época que, com olhar arguto, deixaram sua impressão sobre as cidades que habitavam. *A Voz do Trabalhador* (1908-1909) é um dos jornais mais utilizados por Góes.

As crônicas de Lima Barreto, talvez o mais conhecido destes escritores, apareceram também na dissertação de Carlos Augusto Addor, uma vez que foram dele alguns dos mais completos retratos pintados sobre a Insurreição de 1918, tendo dado atenção especial à repercussão que o levante causou entre os setores dominantes, alvos preferenciais de sua crítica mordaz.²⁶³ Addor também busca, nas crônicas de João do Rio, os traços do Rio de Janeiro do início do século.²⁶⁴

Em sua pesquisa sobre a classe operária, na cidade mineira de Juiz de Fora, Silvia Belfort de Andrade, embora já tendo mencionado que o volume de documentação encontrado em sua atividade de pesquisa foi surpreendente, refere-se ao fato de a imprensa dos trabalhadores, por relativamente escassa, ser cotejada com a imprensa classificada como “burguesa”, especialmente quando se quer contemplar o “dia-a-dia” dos movimentos grevistas:

²⁶² Luis Edmundo - *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*; João do Rio - *Histórias da Gente Alegre*.

²⁶³ Após interromper sua carreira de escritor profissional, em 1916, Lima Barreto passa a colaborar intensamente na imprensa de cariz libertário, principalmente em *A Plebe*, *A Lanterna* e *A Voz do Trabalhador*. Por ocasião da tentativa de levante que é a matéria prima da pesquisa de Addor, Lima Barreto assume publicamente a defesa de trabalhadores e anarquistas. Como vários outros anarquistas, entusiasmou-se com a Revolução Bolchevique, sem no entanto comprometer seu posicionamento libertário. (Informações constantes no *Dicionário da Anarquia* – versão preliminar – de Jorge E. Silva). Na pesquisa de Addor encontram-se: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Bagatelas*, Obra Completa. Vol. IX. São Paulo: Brasiliense, 1956; _____. *Vida Urbana*, Obra Completa. Vol. XI, São Paulo: Brasiliense, 1956; _____. *Marginalia*, Obra Completa. Vol. XII, São Paulo: Brasiliense, 1956; _____. *Feiras e Mafuás*, Obra Completa. Vol. X, São Paulo: Brasiliense, 1956; _____. *Diário Íntimo*, Obra Completa. Vol. XIV. São Paulo: Brasiliense, 1956.

²⁶⁴ João do Rio - *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro: Ed. H. Garnier, 1908.

“(...) foram relativamente pouco numerosas as fontes históricas deixadas pela classe operária a que tivemos acesso. Não é porque não tivessem existido mas, decorrência da própria condição subordinada da classe em estudo. Contamos, então, maciçamente com fontes de origem burguesa que nos obrigou a uma análise mais cuidadosa de seu conteúdo. As greves, por exemplo, tiveram como fontes de informação basicamente os periódicos da grande imprensa. Um dado que procuramos explorar aqui foi a existência (quando ocorria) de jornais de oposição burguesa que, ao tentar afirmar-se sobre a fração de classe no poder, deixava escapar informações importantes para a compreensão da luta de classes na cidade. O ‘Correio de Minas’ e ‘A Tarde’ constituem dois exemplos que nos foram valiosos.”²⁶⁵

São as disputas entre frações das classes dominantes - que se utilizam de seus jornais para expor opiniões, gerar debates e posicionar-se como oposição - que talvez expliquem o apoio ocasional que, alguma vezes, a imprensa dita burguesa dá às aspirações dos trabalhadores, como aquele que encontrou Cristina Campos nas páginas do diário “O Estado de São Paulo” e em “O Combate”, ambos da capital paulista, quando da greve geral que paralisou aquele centro, no ano de 1917.

Sobre a diferença de *status* entre a imprensa operária e a grande imprensa, Bernardo Kocher expõe seu entendimento, salientando existirem, para sua pesquisa, três categorias distintas de imprensa, assim divididas:

“Além da imprensa operária, sem fins lucrativos, e sim políticos e majoritariamente dirigida por e para trabalhadores, podemos encontrar dois outros tipos de imprensa no período que abordaremos neste trabalho.

Uma delas seria a imprensa de grande porte, tipicamente capitalista. A outra seria um tipo de imprensa de ‘transição’ da produção em pequena escala para a de grande escala. Sua tendência seria a de ter vida curta ou, então, incorporar o grupo anterior. Estavam, tal como todo o restante da economia, sofrendo as pressões de concentração de capitais, inviabilizando a existência por longo prazo de pequenos empreendimentos”²⁶⁶

²⁶⁵ ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. Op. Cit., p. 13.

²⁶⁶ KOCHER, Bernardo. *Luto-Luta – O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro, 1890-1940*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1987, p. 10.

Kocher sublinha, entretanto, que a imprensa de “pequena escala para grande escala”, se, do ponto de vista político tinha suas diferenças com a grande imprensa, poderia ser enquadrada juntamente com esta última por uma peculiaridade: ambas tomavam o “partido do capital”, contrapondo-se assim à imprensa operária, que tomava o “partido do trabalho”. O autor salienta que, para os fins de sua pesquisa, mesmo os periódicos desse terceiro grupo, que não tivessem fins lucrativos e até que fossem dirigidos aos trabalhadores (e às vezes escritos por estes) foram analisados sob a “ótica de qual *partido* ele tomou na defesa de suas posições”.²⁶⁷

Veja-se um exemplo desta diferenciação para a qual atenta Kocher, na medida em que aborda as disputas de projetos rivais, na construção da imagem do Primeiro de Maio:

“A interpretação que será mais comum por parte da grande imprensa, e a que vai gerar maior polêmica com o movimento operário, é a que vai procurar o 1º de Maio como um dia de festa, de confraternização das classes, como um ‘domingo maior’, uma forma sutil de esvaziar o conteúdo grevista inerente ao 1º de Maio.”²⁶⁸

A observação de Kocher é acompanhada de vários exemplos de como a chamada “grande imprensa” interpretava a data símbolo dos operários.

Configura-se, assim, na abordagem desse autor, um critério ideológico no esquadramento dos jornais, tendo em vista sua própria definição do Primeiro de Maio como um momento em que diversos setores da sociedade, sobretudo por meio da imprensa, concorriam para a definição de seu perfil, delineando um enfrentamento de projetos distintos. Está posto, neste caso, o papel da grande imprensa como documento/fonte/memória onde se pode buscar o contraponto ao pensamento das camadas populares, não só mediante de um caráter de denúncia e de repressão aos trabalhadores, mas também procurando moldar a identidade destes. Procurando identificar o papel constitutivo de cada classe social no perfil do 1º de Maio, o autor faz largo uso

²⁶⁷ KOCHER, Bernardo. Op. Cit., p. 11.

²⁶⁸ Id. Ibidem., p. 75.

da imprensa das classes dominantes: sua pesquisa contempla 30 títulos da grande imprensa.²⁶⁹

No caso da imprensa dos trabalhadores, as justificativas dos pesquisadores variam em torno do aporte metodológico que informa sua abordagem da imprensa. Como dito, as mudanças metodológicas que transformam a própria utilização de fontes da imprensa por parte dos historiadores se dão de forma gradual, refletindo-se lentamente nos aportes escolhidos. No mais das vezes, observa-se que a opção pela imprensa operária recai na busca por ouvir “a voz dos sem voz”, dos que não utilizam os canais de expressão oficiais e que são geralmente privados dessa expressão pelos setores dominantes. A ânsia por ouvir a voz daqueles que foram “amordaçados” na relação entre as classes, talvez explique o uso, algumas vezes positador que é feito dos jornais operários, recobrando as páginas da imprensa operária com uma aura de pureza, buscando nelas a vida dos trabalhadores, tal qual ocorreu.

Na produção historiográfica que esta pesquisa aborda, é necessário dizê-lo, esta não é a abordagem mais freqüente dos jornais operários. Pode-se perceber nesses autores, o desejo por aproximar-se de certas dimensões da vida dos trabalhadores, até mesmo compreendendo o jornal operário na sua função pedagógica, veículo que concorria como formador de uma consciência de classe. Na escolha da imprensa operária na pesquisa de Suzete Fernandes este papel é ressaltado:

“Os jornais operários tornaram-se vitais à pesquisa, pois refletiam de forma clara e imediata a situação vivida pelo operariado, e serviu ainda para demonstrar como esse veículo de comunicação cumpria seu papel de veiculador de notícias, de formador de uma consciência operária e ao mesmo tempo elemento de organização nos momentos decisivos, quando da deflagração das greves.”²⁷⁰

²⁶⁹ ABC (1915-1919), A Avenida (1904), O Brazil (1890-1891), A Capital (1893), Careta (1909-1930), Cidade do Rio (1893-1902), O Combate (1892), Correio da Manhã (1902-1940), Correio da Tarde (1894-1895), Crítica (1929-1930), Diário de Notícias (1890-1895), A Época (1917), A Esquerda (1931), A Folha (1894), Fon-Fon (1907-1940), Gazeta de Notícias (1890-1916), A Ilustração Brasileira (1910-1940), O Imparcial (1913-1940), A Imprensa (1899-1904), Kosmos (1904-1909), O Malho (1903-1940), A Manhã (1927-1935), O Movimento (1929-1930), Ordem (1923-1940), O Paiz (1890-1934), O Radical (1933-1940), A Razão (1917-1921), Revista da Semana (1901-1940), Rio Ilustrado (1934-1939).

²⁷⁰ FERNANDES, Suzete Bezerra. Op. Cit., p. 11

Em outra passagem de sua dissertação, salienta o papel da imprensa operária, na divulgação dos debates entre as lideranças dos trabalhadores, papel que se exacerba, no começo da década de vinte, quando começam a aparecer as divergências de posicionamentos políticos, em relação aos meios de organização que mais convinham ao operariado. Acompanhando a trajetória de Astrojildo Pereira, ex-anarquista, polemista de destaque e principal articulador do Partido Comunista do Brasil, esta função de geradora e divulgadora dos debates entre as correntes políticas que compunham o movimento operário. Anota Fernandes:

“A imprensa operária atuava como canal de comunicação entre a liderança operária e os trabalhadores; era também através dela que os grandes temas ideológicos eram discutidos, e onde apareciam a posição da liderança e a oposição a esta.”²⁷¹

Esta percepção da imprensa aproxima-se, pois, daquela característica destacada em Adelaide Gonçalves que ressalta o papel peculiar da imprensa dos trabalhadores, como veículo que é, a um só tempo, *doutrinário e de ação organizativa. (...) imperativo, propõe ações, indica caminhos, conclama, interpela, convoca, exorta à ação, incita, instiga, pretende modelar condutas*. Os debates livres foram uma característica marcante na imprensa dos trabalhadores, visto que esta, várias vezes, se baseava em princípios de liberdade de opinião que permitia até a publicação de artigos de opositores decididos, na intenção de instalar a polêmica. No caso da imprensa libertária, estão presentes os debates entre os anarquistas e seus opositores, sejam das classes dominantes ou de tendências diferentes do movimento operário que disputavam a influência junto aos trabalhadores, como socialistas e, dos anos vinte em diante, os comunistas.

A utilização da imprensa operária pode se justificar por seu caráter de trazer *flashs* do dia-a-dia das classes subalternas. Quando informa sobre o cotidiano dos trabalhadores, quando denuncia as condições de vida e aponta para novos rumos, quando relata manifestações e atividades dadas para além do espaço da produção, no lazer operário, na moradia, no transporte, por

²⁷¹ Id. *Ibidem.*, p. 211-212.

exemplo, essa imprensa permite a aproximação aos anos da virada do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Para Maria Auxiliadora Guzzo Decca, os jornais operários, como fontes históricas, são um meio possível para se captar resistências cotidianas dos trabalhadores, num momento em que já as estratégias de dominação, por parte das classes dominantes, se integravam a táticas mais persuasivas, no fim dos anos 20 e início dos anos 30.²⁷²

Ainda na obra de Maria Auxiliadora Guzzo Decca, é salientado o papel da imprensa operária como o “possível contraponto” às chamadas fontes oficiais ou de uso oficial cuja utilização, nas pesquisas da década de 1980 que, em seguida, abordaremos. O acento principal dado por Decca é de que essa imprensa era não apenas uma intérprete da cidade, no começo do século, mas também integrante deste espaço, sendo inclusive construtora de práticas sociais, modificadora do meio em que se inseria. Decca afirma que esses jornais, sejam de tendência anarquista, socialista ou comunista, “*eram parte integrante do cotidiano da cidade e do ponto de vista de como os trabalhadores viam seus problemas*”.²⁷³

Na sua pesquisa, a autora aborda também a questão da identidade operária, que era preocupação constante das lideranças da classe.²⁷⁴ Nesse momento, confunde-se um pouco o discurso dos setores militantes com o conjunto da classe, visto que há um propósito na formação do perfil do “trabalhador consciente”, devotado à sua própria emancipação, como já referido, “*propõe ações, indica caminhos, conclama, interpela, convoca, exorta à ação, incita, instiga, pretende modelar condutas*”²⁷⁵. Afirma Decca:

*“Assim como os grupos dirigentes e o poder público produziam um tipo de trabalhador para estabelecer melhor controle e disciplina no meio operário, através da imprensa operária se produzia também todo um campo de representações do trabalho que se contrapunha às imagens veiculadas pelos setores dominantes da sociedade.”*²⁷⁶

²⁷² DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. Op. Cit., p. 97.

²⁷³ Id. Ibidem., p. 97.

²⁷⁴ Questões acerca da construção da identidade operária são apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho.

²⁷⁵ PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. Op. Cit., p. 43.

²⁷⁶ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. Op. Cit., p. 105.

No que diz respeito aos relatos sobre as condições de vida do operariado, Decca percebe a dimensão ideológica inscrita nas páginas da imprensa dos trabalhadores. Portadores de um discurso ideológico próprio e tentando fornecer um substrato teórico às ações que propõem junto aos trabalhadores, ainda assim, como sugere Decca, os jornais operários podem ser tomados como o desejado contraponto ao discurso dominante. Esta imprensa representava o trabalhador, via de regra, como um miserável, espezinhado pelos patrões e ludibriado pelos padres. Por outro lado, a pobreza do trabalhador aparecia de maneira diversa da vinculada nos documentos oficiais, em que geralmente assumia-se a existência da pobreza como resultado de “desajustes” no sistema capitalista que poderiam ser contornados com medidas sanativas apropriadas. No discurso operário, como o interpretou Decca, a pobreza tem nome e sobrenome, responsáveis diretos e indiretos, e as páginas das folhas não se privam de revelar-lhes os nomes.

“No discurso militante anarquista ou comunista a reiteração de que o trabalhador industrial e urbano era um trabalhador pobre tinha uma função política e a pobreza operária era responsabilizada. Às vezes o patronato da indústria e do comércio em São Paulo era responsabilizado diretamente pela situação adversa do trabalhador”²⁷⁷

Para o discurso militante (de maneira especial o anarquista, preconizador da ação direta), a denúncia da miséria em que se encontravam os trabalhadores sugeria, ao contrário dos relatórios oficiais, censos, estatísticas, que o trabalhador devia responsabilizar-se por sua emancipação, o que ressalta uma vez mais, o caráter ideológico, doutrinário e propositivo das folhas operárias.

Nas observações de Maria Conceição Góes, são ressaltadas as possibilidades da imprensa operária de “iluminar” períodos distantes, em busca da participação dos trabalhadores na luta de classes que, julga a autora, é o terreno privilegiado para o estudo do processo histórico: *Neste sentido, procurei a aproximação possível com o cotidiano do trabalhador. Para tanto, pesquisei a imprensa operária, destacando nesta a imprensa anarquista.*²⁷⁸

²⁷⁷ Id. Ibidem., p. 117.

²⁷⁸ GOES, Maria Conceição Pinto de. Op. Cit., p. 9.

Em seguida, Góes faz ressalvas ao trabalho com esse tipo peculiar de imprensa, destacando o caráter descontínuo, tão relatado por vários pesquisadores:

“Embora a imprensa operária seja uma fonte riquíssima para fornecer material indispensável para a reconstituição de um tempo histórico, a curta duração da tiragem de seus jornais, muitas vezes interrompida por pressões econômicas ou intervenções policiais, dificulta o trabalho do historiador. A imprensa anarquista está impregnada do discurso político-ideológico de sua doutrina. Através de sua leitura, podem-se levantar as teses em voga no período estudado, suas práticas culturais, seus valores.”²⁷⁹

A autora faz um apanhado das propostas anarquistas, baseada em jornais ácratas, como *O Despertar* (1898), *O Libertário* (1904), *A Guerra Social* (1911), *Liberdade* (1909), *O Protesto* (1910) e o porta-voz da Confederação Operária Brasileira, *A Voz do Trabalhador*, todos publicados no Rio de Janeiro. Reunindo as idéias anarquistas em tópicos tais como “A questão da religião”, “O Lazer”, “A Participação Feminina”, Góes apresenta por meio de extratos da imprensa operária, as opiniões da militância libertária carioca. Os artigos utilizados são, muitas vezes, de caráter doutrinário, sendo menos freqüentes os que tratam de fatos ligados ao transcorrer dos embates ligados diretamente ao associativismo, como o dia-a-dia das greves, da sindicalização e outras atividades referentes às disputas laborais. A autora, desta forma, embora demonstre o anseio por buscar a *aproximação possível com o cotidiano do trabalhador*, aborda, sobretudo, os artigos de fundo, dando pouca atenção às peculiaridades deste tipo de imprensa que muito diz sobre os homens que a fizeram e sobre aqueles aos quais ela era endereçada.

Essa aproximação talvez fosse possível caso a imprensa fosse tomada como objeto de conhecimento, e não apenas como fonte para o estudo de determinada conjuntura. Como sugerem Silvia Araújo e Alcina Cardoso, a imprensa operária, ao mesmo tempo em que traduz ideologias políticas e expõe os anseios de segmentos da sociedade dos quais emerge, também é

²⁷⁹ Id. *Ibidem.*, p. 9.

reveladora das condições sociais dos que a fazem e para quem é endereçada.²⁸⁰

A imprensa operária aparece, muitas vezes, como o fragmento que torna possível uma aproximação com aqueles segmentos da sociedade que, via de regra, não têm espaço na história das classes dominantes. A atividade dos dominados, dos vencidos, objeto de ocultação deliberada, por parte da história oficial, emerge das páginas da imprensa de classe. Silvia Belfort Vilela, historiadora do movimento operário de Juiz de Fora, relata a sua busca de evidências, ao passo que faz referência à organização dos centros de documentação, voltados à memória popular:

“(...) tivemos que partir do zero, ou seja: aproveitar pistas sobre o dominado que a história local não conseguira eliminar de todo e sair em busca de fontes que nos pudessem fornecer dados sobre a classe operária de Juiz de Fora, intencionalmente excluída da história local (fontes que só recentemente começaram a ser catalogadas segundo as normas da arquivística). Assim, o nosso trabalho de levantamento de fontes pode ser comparado ao de um detetive que investiga um ‘crime’ procurando-lhe as provas. As bibliotecas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Juiz de Fora foram visitadas como também particulares (geralmente familiares daqueles que fizeram a história que pretendíamos conhecer) que suspeitávamos, poderiam possuir algum documento importante para o nosso trabalho.”²⁸¹

Ressalte-se aqui o papel relevante dos guardadores de memória para os quais Silvia Andrade atenta. Uma parte substancial dos vestígios da memória operária repousa em arquivos particulares. Um dos maiores arquivos da memória operária, no Brasil, inclusive, foi originado a partir do acervo pessoal do militante anarquista Edgard Leuenroth. Em várias das pesquisas abordadas, constam agradecimentos a essas pessoas que, não sem dificuldades, dedicam-se à preservação de aspectos da memória de segmentos da sociedade que, várias vezes, ao próprio Estado interessou eliminar. Foi esta dedicação em guardar a memória operária que permitiu, a Flávio Luizetto, o acesso a documentos fundamentais em sua pesquisa sobre a dimensão

²⁸⁰ ARAUJO, Silvia e CARDOSO, Alcina. *Jornalismo e Militância Operária*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992, p. 11.

²⁸¹ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. Op. Cit., p. 12.

educacional e literária do movimento anarquista no Brasil. O autor tece os seguintes agradecimentos na abertura de seu trabalho:

“Parte da documentação relativa à Escola Moderna nº1, de São Paulo, utilizada no Capítulo III, devo à gentileza do professor Álvaro Alfarano e de sua esposa, D. Marly Alfarano, que me franquearam o arquivo do professor João Penteado. Vale registrar que, não fosse a desinteressada dedicação de ambos na preservação desse material, uma expressiva faceta do movimento anarquista estaria, hoje, provavelmente perdida.”²⁸²

Nas pesquisas da década de 1980, sobre a atuação libertária, começa a despontar a utilização de uma categoria de fontes, até então pouco usual. Trata-se das fontes ditas oficiais, que englobam inquéritos policiais, relatórios oficiais, levantamentos estatísticos e recenseamentos. Essa categoria de documentos aparece principalmente nas pesquisas que abordam as estratégias dos segmentos dominantes da sociedade para a disciplinarização, a normatização do espaço público, das relações de trabalho, do lazer na cidade e do cotidiano, em geral, dos trabalhadores.

Servem ainda para dar idéia da imagem que as elites e o governo organizado faziam das classes trabalhadoras, deixando antever seus próprios projetos para a organização da sociedade, no capitalismo nascente no Brasil. A utilização dessas fontes oficiais, no intento de captar traços do mundo dos trabalhadores, deve-se salientar, implica a ampliação da noção de documento e dos suportes possíveis da memória que começa a tomar força em vários campos da produção historiográfica da década de 1980

É nas pesquisas de Margareth Rago, Maria Auxiliadora Guzzo Decca e Eliane Lopes que essas fontes são mais presentes. No caso de Lopes e Rago, historiadoras que dão uma atenção especial à normatização da figura feminina, somam-se a estas as teses defendidas nas faculdades de medicina e que eram muito empregadas para construir a imagem que se desejava desse segmento da sociedade. É o chamado “saber médico”, moldador de condutas e regulador do papel feminino em casa e no trabalho. Em teses como “Da proteção do Lactente em Nosso Meio Operário”, de Jaime Americano (também utilizada por Maria Auxiliadora Guzzo Decca), e “Da Proteção à 1ª Infância em SP”, de

²⁸² LUIZETTO, Flávio Venâncio. Op. Cit., p. III.

Vicente Pascarelli, Lopes encontra o propósito final de trabalhar, no sentido de permitir “o surgimento do cidadão operoso, útil a si e à sociedade, uma geração de homens felizes, preocupados com os destinos de sua pátria”.²⁸³

A interpretação de Lopes vê a conexão do saber médico, das medidas judiciais, das determinações patronais, da construção das vilas constituindo projeto de formação dos cidadãos produtivos e integrados à sociedade capitalista. Por outro lado, a autora atenta também para os limites do discurso militante, seja anarquista ou socialista, carregado de estereótipos, buscando a formação de modelos exemplares:

“Incorporando ou negando, as denúncias femininas reforçam a formação de uma imagem estereotipada, carregada de conotações negativas, da mulher da época. Se produz uma imagem com esses discursos, que deve contrastar vivamente com o protótipo idealizado, para a proposta transformadora ganhar poder de persuasão.”²⁸⁴

A pesquisa de Lopes traz, em anexo, a íntegra de dois relatórios que reformulam o ensino técnico e profissional nos quais, entre outras coisas, descrevia-se, em minúcias, que tipo de formação era necessária para as ocupações femininas.²⁸⁵

No estudo de Maria Auxiliadora Guzzo de Decca sobre o cotidiano operário fora do espaço da produção, os relatórios estatísticos, os inquéritos oficiais, recenseamentos, anais de congressos sobre a habitação, na capital paulista, revelam, além das ocupações da população trabalhadora, seus hábitos alimentares, as condições de moradia, o tamanho das famílias, parâmetros que, em conjunto com dados sobre o custo de vida na cidade (preços dos víveres, aluguéis, mensalidades escolares...) servem para traçar um panorama da vida do operariado. Todas estas fontes de caráter ou de uso oficial servem, no entender da autora, para estabelecer os padrões de vida das famílias operárias para, desta forma, estudar as soluções “racionais” ao problema social por parte do Estado. Em outra obra sua, Maria Auxiliadora Decca assim justifica a pertinência do recurso às fontes oficiais:

²⁸³ LOPES. Eliane da Silva. Op. Cit., p. 104.

²⁸⁴ Id. Ibidem., p. 228-229.

²⁸⁵ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Remodelação do Ensino Técnico Profissional. Relatório apresentado ao Ministro Eng. João Luderitz (1922) *Apud*: LOPES, Eliana da Silva. Op. Cit., p. 60-98.

“O caráter oficial dos inquéritos e fontes mencionados abre, entre várias outras, a possibilidade de acompanhar uma outra dimensão da presença do Estado em relação à vida do operariado industrial e urbano. De forma muitas vezes assistemática e intermitente, o Estado procurou efetivar medidas ou projetar políticas em relação ao cotidiano operário e urbano fora dos muros das fábricas, unidades de produção e locais de trabalho.”²⁸⁶

Esta outra dimensão do Estado, identificam as autoras em questão, são parte de um esforço de disciplinarização que não se efetuava mais somente a partir de estratégias repressivas, com a utilização do braço armado do Estado. São táticas, por assim dizer, mais subliminares, que visam investir os trabalhadores com as idéias da racionalidade, da produtividade, disciplinar, disfarçadas no propósito da construção de um mundo harmonioso, de cooperação entre as classes e de busca do progresso. Na pesquisa de Rago, são identificadas as técnicas de disciplinarização também no espaço da fábrica, tais como os regulamentos internos, o paternalismo, o *taylorismo* que se expressa principalmente na idéia do trabalho pelo relógio, as multas ou incentivos salariais e a confecção das listas de trabalhadores “indesejáveis” que circulavam nas associações patronais.

Pela através da construção de vilas operárias, ou pelo “seqüestro da sexualidade insubmissa”, para usar um termo de Rago, as estratégias disciplinadoras das classes dominantes se espraiam pelos diversos campos da sociabilidade, e são combatidas também, de diversas formas, pelas camadas subalternas, que se utilizam de táticas de resistência igualmente disseminadas. Desta forma, em Rago, Lopes e Decca, autoras dedicadas ao estudo da normatização da sociedade, é evidente a influência dos marcos teóricos de Michel Foucault, havendo ele próprio dissecado a natureza do poder.

Nas pesquisas que abordam as trajetórias militantes de libertários, aparece, por vezes, outra categoria de fontes, além dos artigos na imprensa dos trabalhadores e dos grupos socialistas específicos. São as obras dos próprios autores, a literatura anarquista, meio de luta principalmente dos

²⁸⁶ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Cotidiano de Trabalhadores na República. São Paulo – 1889/1940. São Paulo: Brasiliense, 1990**, p. 44.

adeptos da corrente anarco-comunista, que mereceu, de Flavio Luizetto²⁸⁷, um estudo aprofundado em sua tese de doutorado. Avelino Fóscolo, um dos autores abordados por Luizetto, ganha, de Regina Horta Duarte, uma análise ainda mais verticalizada e alguma das fontes principais às quais a autora recorre são as obras literárias de Fóscolo. Ao lado dos inumeráveis artigos na imprensa operária mineira e paulista – muitas vezes em jornais que o próprio libertário fundou e editava - estão seus romances sociais, que revelam, a Duarte, o pensamento do militante, seu entendimento de transformação da sociedade e sua evolução intelectual. Livros como *O Caboclo* (1902), *O Jubileu* (1920), *O Semeador* (1921) e *Vulcões* (s/d) reconstituem os passos percorridos por Fóscolo e é nesse sentido que Duarte os utiliza:

“Focalizando a vida de um escritor, foram utilizadas largamente suas obras literárias como fontes documentais. Gostaria de esclarecer, entretanto, que em nenhum momento pretendi realizar análises literárias dessas obras – o que não se enquadraria nos meus objetivos. As referências ao conteúdo dos romances e aos seus enredos ocorreram a título de informação ao leitor, com o fito de facilitar a visão histórica.”²⁸⁸

A literatura de Fóscolo é reveladora de suas concepções de transformação social. Tributando à educação e às letras um papel importante, no advento da nova sociedade, sua ficção é permeada de denúncias da exploração de que eram alvo os trabalhadores livres, muitas vezes, comparável à experimentada pelos escravos. Regina Horta toma essas obras como ilustrativas do percurso de Fóscolo, seja geográfico, seja psicológico. Atesta a autora:

“(...) em Sabará, Fóscolo demonstra, através de seus escritos, uma grande obsessão pelo contraste luz/sombras; em Taboleiro Grande, sentindo-se isolado num cenário rural, lida constantemente com a figura do semeador(...) em Belo Horizonte, frente ao acirramento dos conflitos sociais na década de 20, é dominado pela imagem da revolução como um vulcão fumegante e prestes a explodir”.²⁸⁹

²⁸⁷ A tese de Doutorado de Flávio Venâncio Luizetto, *Presença do Anarquismo no Brasil* – um estudo dos episódios literário e educacional (1900-1920), que está incluída entre as fontes principais desta pesquisa, é fartamente utilizada por Regina Duarte Horta.

²⁸⁸ DUARTE, Regina Horta. Op. Cit., p. 19.

²⁸⁹ Id. Ibidem., p. 18.

As mudanças do perfil psicológico de Avelino Fóscolo são captadas a partir de suas obras. Por exemplo, no romance *Vulcões*, o libertário expressa a visão da revolução iminente. Assim utilizadas, as obras literárias, ao lado dos artigos na imprensa, fornecem o principal substrato para Duarte reconstituir a trajetória de Avelino Fóscolo.

A autora faz uso ainda de depoimentos de familiares e amigos que conviveram com Avelino Fóscolo, que ilustram principalmente os últimos anos de vida do anarquista mineiro, quando se encontrava, de acordo com Duarte, num ostracismo quase completo.²⁹⁰ É, no entanto, um exemplo isolado desse aporte metodológico. O recurso à oralidade, aos depoimentos de pessoas que viveram os acontecimentos abordados, nessa produção historiográfica resta inexplorado, não apenas por que tal metodologia dava seus primeiros passos na historiografia brasileira, mas também pelas limitações impostas pelos recortes cronológicos, escolhidos para as pesquisas. Na pesquisa de Miriam Lifchitz Moreira Leite, também é utilizado esse recurso, embora não se especifique, para cada caso, qual a natureza dos depoimentos colhidos. A autora lança mão de depoimentos “escritos, impressos, gravados e captados”, de pessoas que tiveram algum tipo de contato com a libertária mineira Maria Lacerda de Moura, em São Paulo, Rio de Janeiro, Guararema, Barbacena, Uberlândia, Santos e Porto Alegre.

Há a dificuldade lógica de ter, à disposição, depoimentos de personagens remanescentes de acontecimentos dados entre a virada do século e as primeiras décadas do século XX. O caso da pesquisa de Regina Horta Duarte, bem como a de Ângela Castro Gomes²⁹¹, que entre outros, utiliza os depoimentos de militantes comunistas como Octávio Brandão e Hílcara Leite, e o da anarquista Elvira Boni, presente no Terceiro Congresso Operário Brasileiro, em 1920, não encontram similares quanto ao trabalho com as fontes.

²⁹⁰ São tomados por Regina Horta Duarte os depoimentos de Nestor Fóscolo (filho de Avelino Fóscolo), D. Diolinda dos Santos e D. Zora (contemporâneas de Fóscolo em Taboleiro Grande, operárias têxteis) e Hugo Fóscolo.

²⁹¹ GOMES, Ângela Castro. Op. Cit.

Outra categoria de fontes que se pode salientar, a partir de sua abordagem pelas pesquisas da década de 1980, caminha, lado a lado, com a imprensa operária. São os documentos do próprio movimento operário: as atas e relatórios dos congressos operários, os boletins das alianças e dos grupos de afinidade, os manifestos. Este tipo de suporte empírico, bem como a imprensa dos trabalhadores demandam cuidado especial no seu tratamento como fonte e objeto de conhecimento, porque nele também estão inscritas as dimensões ideológicas, que buscavam construir práticas específicas, sendo veículo de informação e debate entre os trabalhadores. Esses documentos são, pois, representações do real em que estavam inseridos os trabalhadores, apontando caminhos e condutas, ao passo que documentavam a atividade da classe operária em seus momentos de maior agitação.

É comum que figurem, entre as fontes destas pesquisas, os relatórios e os boletins dos Congressos Operários Brasileiros, realizados em 1906, 1913 e 1920. Documentam as tentativas de criar uma organização confederal para o movimento operário brasileiro, sendo imprescindíveis, para se captar a dimensão nacional das lutas operárias, suas articulações, a comunicação entre os estados da federação, as propostas diferenciadas de organização, o intercâmbio de experiências e as propostas que norteavam a atuação dos sindicalistas que pautavam sua estratégia na ação direta. Na apresentação do Boletim do 3º Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1920 e no qual se discutiu, entre outras coisas, a mudança de moldes organizativos dos sindicatos de resistência, pode-se ler:

“Surgindo como meio de divulgação dos trabalhos do organismo confederal das organizações existentes nessa região da América para a resistência e luta contra o regimen capitalista, o ‘Boletim da C. E. do 3º C. O. B.’ será o vehiculo das relações entre o proletariado militante, fornecendo informações sobre o que se passar no ambiente syndical, debatendo os melhores methodos de organização, esforçando-se emfim para encaminhar os trabalhadores na batalha decisiva em pról de sua emancipação.”²⁹²

²⁹² *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operario*. Anno I, Agosto de 1920, nº 1. Impresso pela Cooperativa Graphica Popular, São Paulo, p. 2.

Na pesquisa de Carlos Augusto Addor, sobre a Insurreição Anarquista de 1918, estão presentes os relatórios dos dois primeiros congressos operários, de 1906 e 1913. Quando trata das especificidades do movimento anarquista brasileiro, Addor cita largamente as resoluções desses congressos, ressaltando as formas de organização propostas, inclusive em nível interno, como a discussão sobre a não remuneração dos diretores dos sindicatos; as estratégias recomendadas para as ações frente à patronal; sobre os operários agrícolas, tópico representativo do esforço de integrar as lutas do campo e da cidade; ou sobre a pertinência do estímulo à educação racional.²⁹³

Pode-se, a partir dos documentos dos congressos operários, evidenciar a dimensão nacional do movimento operário, com sua necessária articulação a nível interestadual. Na pesquisa de Silvia Belfort de Andrade, que aborda a trajetória de lutas da classe operária de Juiz de Fora, o recurso aos boletins dos congressos, as atas e resoluções publicadas, dando conta desses eventos permite que se observe a participação dos militantes proletários da referida cidade, nos eventos de caráter nacional do movimento operário. Mais do que isso, as posições tomadas pelas delegações operárias mineiras, nos congressos, esclarecem para a autora os posicionamentos das associações em sua própria realidade local. Atesta Silvia Andrade, percebendo a atuação da “União Operária de Juiz de Fora”, por meio dos boletins da Confederação Operária Brasileira:

“Analisando os documentos do 2º Congresso Operário Brasileiro, realizado em setembro de 1913, no Rio, percebemos que a União Operária preparou a sua participação com várias reuniões, enviando à organização do Congresso as informações e decisões solicitadas.”²⁹⁴

A autora encontra, nos relatórios do 2º Congresso Operário, diversos traços da atuação da dita União, documentos enviados à C. O. B. e relatos sobre o funcionamento da associação e sua composição:

²⁹³ ADDOR, Carlos Augusto. Op. Cit., p. 93-114.

²⁹⁴ ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. Op. Cit., p. 98.

“Datado de 5 de setembro do mesmo ano, o Relatório dá conta da situação atual da União: 280 sócios; sede provisória à rua do Espírito Santo, 39 A; não tem aulas noturnas nem sede própria mas está encaminhando as providências para a fundação de um curso noturno e para a aquisição de um terreno para a construção da sede social; faz propaganda através d’A Voz do Trabalhador e de conferências públicas sobre assuntos sociais.”²⁹⁵

A “boa relação” da União Operária de Juiz de Fora com *A voz do Trabalhador* e com a Confederação Operária Brasileira, que, por meio dos seus Boletins, informava sobre o desenvolvimento da associação, parece suprir lacunas de informações sobre a dinâmica do movimento operário da cidade, juntamente com o recurso à “grande imprensa”, pelo menos, no que diz respeito às publicações do próprio movimento. Entre os periódicos consultados por Silvia Andrade, doze títulos aparecem sob a alcunha de “Grande Imprensa” oriundos da cidade de Juiz de Fora, recobrando um período que vai de 1912 a 1924. No caso da “Imprensa Operária”, são pesquisados três títulos (*O Lince*, 1912-1925; *O Operário*, 1918; *O Proletário*, 1920-1921), enquanto os jornais de outras cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte são a maioria, dez entre os treze títulos apresentados.²⁹⁶

Em um caso específico, entretanto, um título da imprensa operária recebe destaque, talvez pelo papel de porta-voz de importante associação, a Federação Operária Mineira, fundada durante a grande greve de 1920, em Juiz de Fora, ou ainda pela quantidade disponível de números, formando rico suporte empírico. Trata-se de *O Proletário*, cujos números obtidos por Silvia Andrade para sua pesquisa, recobrem o período que vai de junho de 1920 até março de 1921. É nas páginas d’*O Proletário* que a autora encontra os traços mais nítidos da atuação libertária em Juiz de Fora, registrando que este fora um espaço onde as diversas correntes ideológicas que desejavam dar o tom da mobilização dos trabalhadores na cidade, muitas vezes, apresentando a maneira de uma miscelânea:

“A doutrinação anarco-sindicalista torna-se sistemática a partir de setembro de 1920 e é intercalada com manifestações a favor do comunismo soviético até março de 1921. Faz parte do debate que ocorre no movimento operário brasileiro e que acabaria

²⁹⁵ Id. Ibidem., p. 99.

²⁹⁶ Id. Ibidem., p. 200.

por desembocar na criação do Partido Comunista do Brasil. Nem sempre os adeptos das duas correntes se degladiam. É comum a fusão de elementos de um e de outro. Há, por exemplo, quem fale na 'vitória do comunismo anarquista' e na revolução iminente, sendo preferível 'sacrificar-se e morrer lutando pela anarquia do que morrer à mingua de fome'".²⁹⁷

Nas páginas d'*O Proletário*, nos anos de 1920 e 1921, são publicados artigos em que são dadas orientações para a formação de sindicatos de resistência, divulgam a Revolução Bolchevique, são publicados textos clássicos do anarquismo ou de autores próximos a esta tendência. Anota Silvia Andrade: “Em março de 1921 consideram que ‘o anarquismo nunca esteve tão perto do seu triunfo’”, observando a euforia que se percebia naquele ano entre os militantes operários.²⁹⁸

Fato a que se deve fazer referência é a publicação, em algumas dessas pesquisas da década de 1980, de documentos relativos aos temas que abordam na íntegra, enriquecendo seus trabalhos e ilustrando o percurso metodológico e as fontes utilizadas nas respectivas pesquisas. Geralmente em formato de anexos, a publicação desses documentos anima a perspectiva de novas pesquisas sobre o tema, a partir do momento em que apresentam fontes que, muitas, vezes têm acesso restrito. Os “Anexos” podem mesmo sugerir e estimular novas visões sobre aquela pesquisa que os apresenta, uma vez que qualquer fonte, no trabalho historiográfico, tem possibilidades múltiplas.

A pesquisa de Miriam Lifchitz Moreira Leite, sobre a vida da libertária mineira Maria Lacerda de Moura, é ilustrativa nesse sentido da apresentação de documentos anexos. Ela traz, ao final de seu trabalho, quatro documentos a que recorreu em sua pesquisa, um dos quais é sintomático para a abordagem que escolheu do tema: a “Auto-Biographia” de Maria Lacerda de Moura, publicada no jornal *O Combate*, de São Paulo, a 3 de agosto de 1929. Nessa autobiografia, a libertária fala, entre outras coisas, de sua infância, de como sua família teria agido no sentido de estimular a consciência que teria a partir de então (*Ao meu pae devo muitissimo do meu carater.*), de sua formação

²⁹⁷ Id. *Ibidem.*, p. 133.

²⁹⁸ Id. *Ibidem.*, p. 133.

intelectual, listando autores e idéias com que travou contato; das indagações e dúvidas que enfrentou na vida adulta, e de seus livros.

São também publicados, na íntegra, os artigos “Profissão de Fé” (*A Lanterna* – SP, 9/2/1935), em que Maria Lacerda se posiciona resolutamente contra o Integralismo; “Declaração”, publicado originalmente no mesmo jornal, em 18/5/1935, em que anunciava seu desligamento da Sociedade Rosa Cruz, denunciando seus planos de apoiar o nazismo; e Necrológio da escritora, publicado n’*O Estado de São Paulo*, em 29/3/1945, em que o autor anônimo lamentava o esquecimento quase total em que se encontrava a libertária mineira que, no entanto, “deixou fortes vestígios de sua passagem pela terra.”

Na dissertação de mestrado de Bernardo Kocher sobre o Primeiro de Maio, no Rio de Janeiro, são incluídos, ao fim do trabalho, diversos anexos alusivos ao tema. O objetivo declarado pelo próprio autor “*é o de fornecer ao leitor documentos completos das manifestações ocorridas no 1º de Maio, uma vez que no texto somente fragmentos foram citados.*” A evidente importância dessas fontes transforma a pesquisa de Kocher num belo apanhado documental sobre a data, evidenciando as disputas dos diversos atores sociais, para moldar o perfil da data máxima dos trabalhadores. Há exemplos de posicionamento sobre o Primeiro de Maio dos anarco-sindicalistas, dos comunistas, dos reformistas e das classes dominantes, ilustrando a disputa ideológica que forma o pano de fundo da pesquisa de Kocher.²⁹⁹

Em “A Imagem Rebelde – A trajetória libertária de Avelino Fóscolo”, Regina Horta Duarte apresenta, em anexo à sua pesquisa, vários artigos da lavra de Fóscolo, ilustrativos de suas concepções, das lutas por ele assumidas e transformações de seu pensamento social, ao passo que se integrava a novos meios, desde os tempos da *Folha Sabaraense*, ainda no século XIX, até a *Gazeta de Paraopeba*, nos anos de 1940.³⁰⁰

Os anexos à pesquisa de Sílvia Maria Vilela de Andrade sobre a classe operária, em Juiz de Fora, nas duas primeiras décadas do século XX compõe-

²⁹⁹ Os anexos de Kocher, num total de 40, entre textos, panfletos e iconografia, ocupam 55 páginas de sua dissertação. Ver: KOCHER, Bernardo. *Luto-Luta – O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro, 1890-1940*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1987.

³⁰⁰ “A Vida”, *A Vida*, 6-1-1893; “O Naturalismo”, *O Contemporâneo*, 10-5-1891; “A Mulher”, *Folha Sabaraense*, 16-10-1887, “Coisas d’Arte”, *Folha Sabaraense*, 20-12-1891, “Ave-Maria”, *Gazeta de Paraopeba*, 10-9-1944.

se de documentos relativos à atividade associativa dos trabalhadores, tais como memoriais de fundação de entidades, bases de acordo e resoluções das reuniões mais importantes. Os boletins divulgados no decorrer das greves mais importantes do período, também são apresentados, na íntegra, sendo reveladores dos posicionamentos estratégicos adotados pela liderança operária da cidade nos momentos decisivos em que se constituíam as greves. Outro importante documento utilizado por Sílvia Andrade é o relatório que as associações de Juiz de Fora encaminhou ao Segundo Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em 1913. Nele é exposta a situação das organizações dos trabalhadores, bem como da classe em geral. Os anexos da autora se completam com quadros em que se agrupam as associações operárias, por ano de fundação, e categoria dos associados e quadros que apresentam as greves que ocorreram no período. Os quadros que contemplam as greves são bastante ricos, trazendo o ano da eclosão dos movimentos, a duração dos mesmos, o “caráter” da paralisação (generalizado ou parcial), as categorias que dela participaram, as reivindicações e os resultados obtidos.³⁰¹

Os anexos que classificam as greves ocorridas também são encontrados na pesquisa de Zélia Lopes da Silva, em sua pesquisa “A Domesticação dos Trabalhadores, nos anos 30”. Em vários quadros, são classificadas as greves ocorridas entre 1930 e 1934. Os quadros da autora são muito pertinentes pelo fato de apontarem novos caminhos para a pesquisa da temática do sindicalismo pós-1930 na medida em que a autora agrupa ao lado das informações sobre as greves - categoria profissional responsável pelo movimento, o número aproximado de participantes, duração, tipo de intervenção governamental – as fontes em que foram colhidas tais informações, dentre as quais, se encontram a imprensa operária e a “grande imprensa”, circulares das entidades patronais e fontes bibliográficas.³⁰²

Os anexos apresentados por Eliane da Silva Lopes são reproduções na íntegra dos relatórios apresentados pelo ministro João Luderitz, nos quais se esmiuçava o programa das escolas profissionalizantes para mulheres. Neles estão as atividades que seriam desenvolvidas por esta parcela da sociedade, a formação específica e os programas, ano a ano, dos cursos apresentados. São

³⁰¹ ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. Op. Cit, p. 169-197.

³⁰² SILVA, Zélia Lopes da. Op. Cit., p. 136-149.

cursos de costura, bordados, fabricação de chapéus, lavagem e engomados, culinária e higiene profissional. Essa educação dirigida, em que os setores dominantes modelam a figura feminina para a sociedade capitalista nascente, é um dos momentos, a partir dos quais, Eliane Lopes capta as “dimensões da trabalhadora” nos anos de 1900/1922.³⁰³

Flávio Venâncio Luizetto apresenta seus anexos com o título de “Alguns documentos referentes ao processo contra as escolas modernas de São Paulo”. Constam excertos do relatório da Secretaria do Interior que incrimina o diretor das escolas livres João Penteado, por uma suposta atividade terrorista, a solicitação de *habeas-corpus* do advogado de João Penteado, cartas em que o professor solicita revisão do processo de fechamento das escolas modernas.³⁰⁴

* * * * *

³⁰³ LOPES, Eliane da Silva. Op. Cit., p. 60-98.

³⁰⁴ LUIZETTO, Flávio Venâncio. Op. Cit., p. 294-320.

Os suportes empíricos da produção historiográfica que abordou o anarquismo ou temáticas tangenciais, são, como podemos perceber, bastante variado. A imprensa operária é o suporte principal, dado suas possibilidades, variedade e a aproximação que permite com o mundo dos trabalhadores que, em determinadas conjunturas, reconheciam-se como classe e lutavam por seus interesses. A sua forma e seu conteúdo, as peculiaridades da constituição da experiência particular da classe operária seguem como uma das mais profícuas referências sobre a vida de homens e mulheres, no mundo do trabalho. Ainda que mais utilizado como fonte, o suporte empírico não possui, na maior parte dessa produção, um sentido positivador, de verdade atingível do passado, de décadas atrás. As vicissitudes do *fazer-se* desses documentos, em particular, importam sobremaneira aos pesquisadores, procurando compreendê-los como fruto de um meio, de um desejo e de um entendimento de mundo, implicando, desde logo, num deslocamento analítico.

O aparecimento de outras fontes possíveis para os estudos sobre o anarquismo, tais como as fontes oficiais, os documentos urbanísticos, o saber médico, os documentos internos à classe dominante e, em alguns casos, o recurso à oralidade, por meio de depoimentos de pessoas que viveram aqueles momentos a que se reportam os historiadores, indicam também deslocamento analítico, implicando num alargamento das noções de documento e memória, bem como novos entendimentos sobre os processos de construção desta última. E é uma tendência que vai se expandir na produção historiográfica da década seguinte.

A atuação libertária, bem como a vida dos trabalhadores, de maneira geral, pode ser captada por meio de múltiplos veículos, por meio de prismas diversos, que certamente implicam aportes diversos, mas que podem fornecer uma imagem rica, que busque fugir às generalizações e reducionismos, tentando encontrar a diversidade dos modos de pensar e agir próprios do

período de formação da classe trabalhadora. A produção da década de 80 caminha nesse sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Uma utopia, à medida que é a expressão articulada de um desejo, não é compatível com a noção de fracasso: sua realização não está na continuidade, na longevidade do projeto quando e se vivido. O que realmente importa é que a pulsão do desejo de construir uma sociedade outra se mantenha viva.”³⁰⁵

No irromper da década de 80, em meio às transformações políticas e sociais que atravessava o Brasil pós-ditadura, em pleno processo de redemocratização e de eclosão de novos personagens políticos e lutas sociais múltiplas, a atuação libertária recebeu nova atenção por parte da produção historiográfica acadêmica. O anarquismo, ele próprio motivo de um interesse renovado em escala mundial, e a experiência libertária, no Brasil, foram novamente abordados, desta feita, como objeto do conhecimento histórico, sendo tema de várias pesquisas, em distintas universidades brasileiras.

Os trabalhos acadêmicos, ao passo que lançaram novamente luzes sobre as idéias e práticas anarquistas, apresentaram-nas de maneira sensivelmente diversa da imagem usualmente feita delas na produção historiográfica anterior. Caracterizados pela abordagem múltipla do tema do anarquismo, esses trabalhos exploraram novas dimensões da atuação libertária pouco abordadas ou mesmo negligenciadas, no período anterior, bem como relativizaram concepções freqüentes sobre a influência ácrata.

³⁰⁵ MUELLER, Helena Isabel. ***Flores aos Rebeldes que Falharam: Giovanni Rossi e a utopia anarquista.*** Curitiba: Ed. Aos Quatros Ventos, 1999, p. 209-210.

Em diversos momentos da construção do conhecimento histórico, a participação do anarquismo na, história das lutas sociais, de forma especial, no movimento operário, durante a Primeira República, foi motivo de olhares inquisidores, sendo avaliada como um momento comparável à “infância do proletariado”. O anarquismo foi interpretado como responsável por uma série de insucessos políticos dos trabalhadores nos momentos de reivindicação. Nas narrativas dos memorialistas, muitas vezes ligados a tendências opostas aos libertários, no conjunto de obras reunidas sob o signo das sínteses sociológicas, marcadas pelo tom fortemente estrutural, e nos primeiros trabalhos historiográficos, esta é a impressão mais comum acerca da atuação libertária.

As pesquisas da década de 80 surgem em um contexto particular. Como dito, é o momento de reconquista das liberdades políticas formais, da eclosão de movimentos sociais distintos, e do reaparecimento, na arena política, de clássicas manifestações das classes dominadas, como o movimento operário, notadamente a partir das grandes greves que ocorreram em várias partes do Brasil. É o momento em que não apenas ressurgem trabalhos sobre temas particulares dos movimentos sociais, com o movimento operário tendo considerável destaque: as pesquisas feitas são geralmente informadas por perspectivas analíticas renovadas, no campo da História Social, decisivas para a configuração do novo perfil do saber histórico.

Os pesquisadores que voltaram sua atenção para a temática do anarquismo justificaram sua opção de várias formas. Muitas vezes, os autores buscaram explorar facetas da atuação libertária que julgaram não terem sido suficientemente discutidas ou procuraram oferecer análise alternativa de temas já bastante explorados, como as agudas agitações operárias da Primeira República. Para isso foi fundamental a renovação das matrizes analíticas que se opera na historiografia do período. Nas abordagens sobre o movimento operário, valoriza-se a crítica à redução da classe operária à dimensão institucional, que se manifesta por meio de uma atuação organizada, geralmente em sindicatos e partidos, ou nos movimentos mais articulados, tais como greves e congressos de trabalhadores. Passa-se a dar atenção a outras dimensões da experiência operária, como o cotidiano operário, além do espaço da produção. Também recebem as atenções dos historiadores, nos anos 1980,

as biografias de militantes, a educação proposta como meio de emancipação social, a produção literária ácrata, o papel da imprensa libertária, as lutas pela emancipação feminina, as experiências de base coletiva das colônias e aspectos múltiplos da cultura anarquista.

Na renovação de perspectivas analíticas, são fundamentais algumas contribuições teórico-metodológicas. Uma delas diz respeito à recepção dos historiadores marxistas britânicos que renovam os estudos, na área da história do trabalho. A obra de Thompson dentre esses historiadores, tem destaque, sendo referência freqüente, na grande maioria das pesquisas aqui abordadas. Os seus marcos teóricos, na análise da formação da classe e da dimensão da experiência, abrem sendas férteis para os estudos dessa década. Ao lado da influência da história social inglesa, podem ser lembrados como fontes de aportes renovados, o exame das relações de poder, em Foucault, ou as análises de Castoriadis quanto ao movimento operário. As idéias de ambos apontam no sentido da fuga ao institucional, buscando a resistência da classe e sua experiência para além das lideranças, partidos ou da sua relação com o Estado e a repressão, revalorizando aspectos importantes da atuação libertária, que se manifestava em múltiplos espaços da sociabilidade. Essas influências, entre outras, colaboram, de forma e intensidade variada, para o novo perfil da historiografia sobre o anarquismo.

Ao lado dessas influências teóricas, concorrem, para a renovação das pesquisas sobre a atuação libertária, mudanças de caráter metodológico, que se efetivam na variação dos recortes geográficos e nas balizas de periodização, na abordagem de novas categorias de fontes e na revalorização de outras já utilizadas, como ocorre com a imprensa operária, em alguns casos, nas problematizações renovadas, como acontece nas biografias dos militantes ou no cuidado em não se incorrer em generalizações que buscam homogeneizar o comportamento operário, para todo o território nacional.

No caso das fontes que servem de suporte empírico para esta produção, percebemos que a imprensa operária é o tipo de fonte a que mais recorreram os historiadores que examinaram a atuação libertária, na década de 80. Entretanto a utilização de outros tipos de documentos desponta nessas pesquisas. O recurso às fontes oficiais (relatórios de governo, documentação policial, inquéritos e relatórios estatísticos de uso dos poderes constituídos)

representa, desde já, aporte metodológico renovado e revela, além de dimensões do cotidiano dos trabalhadores, as estratégias pontuais das camadas dominantes para a disciplinarização e normatização da sociedade. A imprensa operária, como sugere Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, fornece o contraponto dos trabalhadores às estratégias e táticas de que lançam mão os setores dominantes. Outros substratos empíricos, ainda que de presença mais rara, são de grande importância, até pelo que representam no repensar da utilização de fontes. É o caso, por exemplo, do recurso à oralidade.

É necessário que se diga, no entanto, que, apesar das evidentes transformações teórico-metodológicas, não podemos imaginar essas mudanças nas análises acerca da atuação libertária, de forma instantânea, em bloco. Elas também se dão em processo, englobando rupturas e permanências. Necessário, porém, reconhecer o diferencial de boa parte destas pesquisas em relação aos principais trabalhos anteriores, mesmo porque emanados de conjunturas e perspectivas distintas.

De maneira geral, pode-se dizer que, nas pesquisas da década de 1980, a presença do anarquismo, no Brasil, é redimensionada, não sendo repetidas, na maioria dos casos, as conclusões mais correntes, na produção anterior, em que a noção de “insucesso político” era sempre ressaltada nas pesquisas sobre a influência das idéias libertárias. Em alguns casos, pode-se dizer que a atuação libertária passa a ser analisada, antes em sua experiência histórica particular que no que ela poderia ter sido. Lembremos, como sugere Thompson, que, quando os historiadores buscam, na história, o que efetivamente não foi a história, esta postura tende a “*obscurecer a atuação dos trabalhadores, e o grau com que contribuíram com esforços conscientes no fazer-se da história.*”³⁰⁶

Apesar da característica comum de resgate e de revalorização da memória anarquista, não acredito ser possível enquadrar essa produção sob o signo de uma “redenção” do anarquismo. Certamente não foi essa a intenção dos historiadores que se dedicaram ao tema nesses anos. Não se pode, por outro lado, deixar de anotar que, na produção da década de 80, o tema do anarquismo é abordado de forma mais otimista, longe de ser apresentado

³⁰⁶ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987, p. 13.

como coisa que deva ser confinada ao passado. Como sugeriu Regina Horta Duarte, em questionário que respondeu para esta pesquisa, naqueles anos, o estudo do anarquismo surgiu como perspectiva revigorante para a análise dos movimentos sociais que surgiam de forma pioneira, valorizando as idéias de liberdade, autonomia e descentralização, constitutivas da agenda ácrata, desde muito.

Como anotei no decorrer do trabalho, a tendência que se inaugura, nos anos de 1980, relativa às abordagens sobre a atuação libertária, não se esgota em 1989, ano limite desta pesquisa. Pelo contrário, na abordagem de alguns subtemas, essa produção se expande, acompanhando a multiplicação dos programas de pós-graduação, em História, por todo o Brasil, a abertura de arquivos fundamentais na preservação da memória operária e libertária e as sendas abertas pelos novos aportes teórico-metodológicos. A título de ilustração, posso citar alguns nomes que já foram referidos, ao longo do trabalho, e que bem ilustram essa tendência de continuidade das pesquisas sobre temas ligados ao anarquismo: Christina Lopreato, Dílson Kamel, Rogério H. Z. Nascimento, Carlo Romani e Alexandre Samis³⁰⁷.

Também ocorre de pesquisadores que se dedicaram às temáticas libertárias, na década de 1980, continuarem pesquisando neste terreno promissor. É o caso de Margareth Rago, que, em 2000, apresentou rica obra sobre Luce Fabbri³⁰⁸, anarquista italiana radicada no Uruguai, e que persiste na seara libertária, desenvolvendo pesquisa sobre a organização anarco-feminista Mujeres Libres, da Espanha. Rago também colabora na imprensa libertária do Brasil e de outros países e integra o conselho editorial de publicações voltadas à cultura libertária, como as revistas Letralivre e Libertárias.

A atuação libertária, no entanto, é campo profícuo para a pesquisa histórica e esse interesse vai muito além do círculo de indivíduos simpáticos a

³⁰⁷ Respectivamente: LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000. KAMEL, Dílson José Nogueira. *José Oiticica: um anarquista brasileiro*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História - UFRJ, 1997. NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Florentino de Carvalho*. Pensamento social de um anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000. ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. Campinas: Dissertação de Mestrado em História - UNICAMP, 1998. SAMIS, Alexandre. *Moral Pública & Martirio Privado*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.

³⁰⁸ RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade*. Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

essas idéias. Como sintoma, podemos referir o número de pesquisas sobre temas relacionados ao anarquismo, nos encontros acadêmicos de História. No XXI Simpósio Nacional, encontro bienal promovido pela Associação Nacional de História – ANPUH, realizado em Niterói, em julho de 2001, várias pesquisas, em torno de temas libertários, foram apresentadas, denotando a fertilidade deste campo.³⁰⁹ Em setembro de 2000, em Florianópolis, o Encontro Internacional de Cultura Libertária, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, contou com uma mesa sobre “Pesquisas sobre Temáticas Libertárias”, que contou com a participação de historiadores e cientistas sociais de vários estados do Brasil, discutindo pesquisas em andamento na seara da atuação libertária, ou sobre perspectivas de abordagens libertárias para os mais variados temas.³¹⁰ Nos estudos sobre o movimento operário de uma maneira mais geral deve ser lembrado o trabalho do grupo “Mundos do Trabalho”, filiado a ANPUH e com seções regionais em vários estados, e que têm desenvolvido conferências, encontros científicos e o intercâmbio de pesquisas.

O anarquismo, seja como forma de atuação política, seja como objeto de conhecimento e, algumas vezes, como as duas coisas ao mesmo tempo, mantém seu interesse e relevância, dando mais peso às palavras de George Woodcock, mencionadas no início deste trabalho, quando diz ser ele “uma idéia que renasceu pela única razão que faz com que as idéias renasçam: o fato de que preenchem alguma necessidade profundamente sentida pelo indivíduo, mesmo quando essa necessidade não chega a ser expressa abertamente.”³¹¹

³⁰⁹ Foram apresentadas as pesquisas seguintes: “Anarquistas no Rio de Janeiro: o indivíduo e o grupo”, de Lená Medeiros de Meneses (UERJ); “Polícia e Judiciário: representação sobre o anarquista na imprensa paulista nos anos 1910”, de Kátia Cristina Kenez (USP); “A Participação Libertária na década de 1960”, de Valdir Félix da Conceição (UNESP-Assis); “Escritos Anarquistas: a contribuição de Edgard Leuenroth”, de Christina da Silva Roquette Lopreato (UFU); “Perfis Anarquistas: Representando axiomas historiográficos. Reflexões acerca da experiência do “Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil”, de Jacy Alves de Seixas (UFU); “A Cultura Judicial e Anarquista na Primeira República: o Caso Idalina”, de Wlaumir Doniseti de Souza (UNESP- Araraquara).

³¹⁰ A mesa referida contou com a participação de Maria Oly Pey, Margareth Rago, Adelaide Gonçalves, Sérgio Norte, Edson Passetti, Christina Lopreato e Ana Zandwais.

³¹¹ WOODCOCK, George. *Os Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: L & PM, 1998, p. 52.

FONTES PRINCIPAIS:

ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1986.

ALVES, Paulo. *Anarquismo, Movimento Operário e o Estado*. Suas relações no contexto capitalista da Primeira República (1906 – 1922). São Paulo: Dissertação de Mestrado – PUC/ SP, 1981.

ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. *Classe Operária em Juiz de Fora: Uma História de Lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: Ed. da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1987.

CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar Libertário*. Movimento operário nos anos de 1917 a 1921. Campinas: Pontes/ Ed. da UNICAMP, 1988.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas*. Cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

DUARTE, Regina Horta. *A Imagem Rebelde*. A trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas: Pontes/Ed. da UNICAMP, 1991.

FERNANDES, Suzete Bezerra. *O Movimento Operário na Primeira República: a atuação de Astrojildo Pereira*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – PUC/SP, 1989.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A Formação da Classe Trabalhadora*. Movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888 – 1911. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

KOCHER, Bernardo. *Luto-Luta – O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro*. 1890-1940. Niterói: Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, 1987.

- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Caminhos de Maria Lacerda de Moura*. (Contribuição à História do Feminismo no Brasil). São Paulo: Tese de Doutorado – USP, 1983.
- LOPES, Eliane da Silva. *Fragmentos de Mulher* (dimensões da trabalhadora 1900/1922). Campinas: Dissertação de Mestrado - UNICAMP, 1985.
- LUIZETTO, Flávio Venâncio. *Presença do Anarquismo no Brasil: Um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920*. São Carlos: Tese de Doutorado – USP, 1984.
- MUELLER, Helena Isabel. *Flores aos Rebeldes que Falharam*. Geovanni Rossi e a utopia anarquista. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890 – 1930*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SILVA, Zélia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.

FONTES SECUNDÁRIAS:

QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS PELOS AUTORES

- Questionário Regina Horta Duarte, setembro de 2001.
- Questionário Helena Isabel Mueller, setembro de 2001.
- Questionário Luzia Margareth Rago, outubro de 2001.

Questionário elaborado para esta pesquisa e respondido pelas autoras Margareth Rago, Helena Isabel Mueller e Regina Duarte Horta:

1. Escolha da temática.

Quais as motivações para a escolha da atuação libertária como preocupação de sua pesquisa?

Qual a receptividade desta escolha temática, dentro do quadro institucional em que ela se inseriu?

2. Quadro teórico-metodológico.

Quanto à utilização de referenciais teóricos diferenciados, quais os que considera como de maior contribuição para os estudos sobre o anarquismo e em que sentido?

Da perspectiva institucional, a utilização destes quadros teóricos “inovadores” (se foram usados) foi bem recebida?

3. Aspectos gerais.

Qual, a seu ver, a maior dificuldade de abordar o tema do anarquismo, com a perspectiva de construção do conhecimento histórico?

Em relação à produção historiográfica anterior sobre a atuação libertária, qual o principal diferencial desta produção recente, em que se inclui seu trabalho?

4. Que mais gostaria de dizer sobre o seu trabalho, ou da abordagem sobre a “atuação libertária” nele contida?

LIVROS, ARTIGOS, DISSERTAÇÕES, TESES e DOCUMENTOS

- ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.
- ARAÚJO, Silvia M. P. e CARDOSO, Alcina. *Jornalismo e Militância Operária*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. 5ª ed., São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1986. volume 2.
- BATALHA, Cláudio e ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Preservação da Memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgard Leuenroth. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Arquivos, Patrimônio e Memória*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- BATALHA, Cláudio. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 1998.
- BOLETIM DA COMISSÃO EXECUTIVA DO 3º CONGRESSO OPERÁRIO. Anno I, Agosto de 1920, nº 1. Impresso pela Cooperativa Graphica Popular, São Paulo.
- BRANDAO, Octávio. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1978.
- CADERNOS DO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. *Anarquismo e Anarquistas*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 8/9, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena R. *A Imprensa e a História do Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Contexto/ Ed. da USP, 1988.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Proletariado no Brasil: Situação e Comportamento Social. *Revista Brasiliense*. São Paulo: s/e, nº 41, 1962.
- CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. 2ª ed., São Paulo: DIFEL, 1984.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- CAVALCANTI, Jardel. *Os Anarquistas e a Questão da Moral*. Brasil 1890 - 1930. São Paulo: Ed. Livro Aberto, 1997.
- DA COSTA, Emilia Viotti. Estrutura versus experiência. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. *BIB – Boletim informativo e bibliográfico de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, 1990.
- DECCA, Edgar Salvadori de. *1930 – O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- DEL ROIO, José Luiz. *1º de Maio – cem anos de luta – 1886-1986*. São Paulo: Ed. Global, 1986.
- DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1977.
- DULLES, John Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1977.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas e GROSSI, Yonne de Souza. Historiografia e Movimento Operário: O Novo em Questão. *Revista do Departamento de História*. Belo horizonte: FAFICH/ UFMG, nº. 3, 1986.
- FARIA, Maria Auxiliadora. A propósito do livro 'Do Cabaré ao Lar – A utopia da cidade disciplinar – Brasil: 1890-1930' *Revista do Departamento de História*. Belo horizonte: FAFICH/ UFMG, nº. 2, 1986.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: DIFEL, 1977
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. 13ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1998.
- GOMES, Ângela de Castro. Temas Clássicos, Temas Novos, Perspectivas Renovadoras. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.
- _____. *A Invenção do Trabalho*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge E. *A Imprensa Libertária do Ceará (1908-1922)*. São Paulo: Imaginário, 2000.
- _____. *A Bibliografia Libertária*. O Anarquismo em Língua Portuguesa. São Paulo: Imaginário, 2001.

- GUAZZELLI, César Augusto Barcellos *et alli* (orgs.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- HARDMAN, Francisco Foot. *A Estratégia do Desterro* (situação operária e política cultural anarquista / Brasil, 1889 – 1922). Dissertação de Mestrado em Ciência Política – IFCH/ UNICAMP, 1980.
- _____. *Nem Pátria, Nem Patrão*. (Vida operária e cultura anarquista no Brasil). 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. Das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982 (coleção Teses; 6).
- HAUPT, Georges. *El historiador y el Movimiento social*. Madrid: Siglo Veinteuno de España Editores, s/d.
- HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KAYE, Harvey J. *Los historiadores marxistas británicos*. Um análisis introductorio. Zaragoza: Prensas Universitárias, 1989.
- KHOURY, Yara Aun. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária*. Imprensa, Memória e Militância anarco-Sindicalistas. São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia – USP, 1988.
- KOVAL, Boris. *História do Proletariado Brasileiro - (1857-1967)*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1982.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª ed., Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996. (Coleção Repertórios).
- LOPES, Juarez Brandão. *Desenvolvimento e Mudança Social*. Formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.
- MALATESTA, Errico. *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- MUNAKATA, Kazumi. *Algumas Cenas Brasileiras*. Campinas: Dissertação de Mestrado – UNICAMP, 1982.
- NETO, Oscar Farinha. *A Atuação Libertária no Brasil*. A federação anarco-sindicalista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.
- PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson*. Objeções e Oposições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- PAOLI, Maria Célia, SÁDER, Eder e TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Ed. Marco Zero, nº 6, 1983.
- PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. *A Imprensa dos Trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920*. Florianópolis: Tese de Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio Histórico e Político*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Ainda o Movimento Operário como Objeto Historiográfico. *Anos 90. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, nº. 8, 1997.
- _____. Cruzando Fronteiras: As Pesquisas Regionais e a História Operária Brasileira. In: ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael McDonald. *A Classe Operária no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979.
- PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, nº 17, nov. 1998.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Um Balanço da Historiografia sobre a Esquerda Brasileira. In: ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

- SCHMIDT, Benito Bisso. A Biografia histórica: o 'retorno' do gênero e a noção de 'contexto'. In: GUAZELLI, César Augusto *et alli* (org.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Trajetória e vivências: as biografias na história do movimento operário brasileiro. *Projeto história, cultura e trabalho*. São Paulo: EDUC/PUC, 1991.
- SEIXAS, Jacy Alves de. *Mémoire et Oubli. Anarchisme et Syndicalisme Révolutionnaire au Brésil: mythe et histoire*. Paris: Editions de La Maison Des Sciences De L'Homme, 1992.
- _____. *O Esquecimento do Anarquismo no Brasil: a problemática da (re) construção da identidade operária. História & Perspectivas*. Uberlândia: UFU, nº. 11, jul/ dez, 1994.
- SILVA, Jorge E. *Dicionário da Anarquia*. Idéias e personagens do pensamento libertário. (versão preliminar). Florianópolis: Edição do autor, 1999.
- _____. *Cornelius Castoriadis*. Um crítico implacável dos dogmas políticos. Versão *on-line* In: Página do Arquivo de História Social Edgar Rodrigues (www.ceca.org.br/edagr/anarkp.html). Texto originalmente publicado no Anexo cultural do jornal A Notícia (Santa Catarina) de 19/02/1998.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Ática, 1981.
- THOMPSON, E. P. Algunas Observaciones Sobre Clase y 'Falsa Consciencia'. *História Social*. Valencia: Instituto de Historia Social UNED, primavera - verano, n.º 10, 1991.
- _____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. v. 1. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- _____. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Organizado por Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- VIANNA, Luís Werneck. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *BIB – Boletim informativo e bibliográfico*

de Ciências Sociais. São Paulo: Cortez/ ANPOCS, 1986. volume 1 (edição englobando BIB de n. 1 a 10).

WOODCOCK, George. *Os Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: L & PM, 1998.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALEXANDER, Robert J. *Communism in Latin America*. New Burnswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1957.

AMADO, Jorge. *Homens e Coisas do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Horizonte, 1946.

AMARAL, Mansilla Amaral. Uma voz destoante no PCB: Octávio Brandão, militante e intelectual. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

AMORJ/ CMF. *Batistinha, o combatente dos trilhos*. Rio de Janeiro: AMORJ, 1992.

ANDRADE, Manuel Correia de (org.). *Elisée Reclus*. São Paulo: Ed. Ática, 1985. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 49.

ARAVANIS, Evangelia. *Utopia e História: utopia libertária no Rio Grande do Sul, através do jornal "A Luta" (1906-1911)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado – UFRGS, 1997.

BAKUNIN, M. *Bakunin por Bakunin*. Brasília: Novos Tempos, 1987.

_____. *Deus e o Estado*. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. *Socialismo Libertário*. São Paulo: Global, 1980.

_____. *Textos Escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1983.

BANDEIRA, Moniz, MELO *et alii*. *O Ano Vermelho. A revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

- BARATA, Agildo. *Vida de um Revolucionário (Memórias)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- BASBAUM, Hersch W. *Cartas ao Comitê Central*. História Sincera de um Sonhador. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias (1900-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e Solidariedades: as muitas faces do movimento operário porto-alegrense (1906-1911)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – PUC/SP, 1997.
- BRAYNER, Flavio. *Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco*. Recife: Massangana, 1989.
- CARDOSO, Alcina e ARAÚJO, Sílvia Pereira. *1º de Maio*. Cem anos de solidariedade e luta. Curitiba: Ed. Beija-flor, 1986.
- CARONE, Edgard. *O PCB*. 3 volumes. São Paulo: DIFEL, 1982.
- CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ EDUFF, 1986.
- CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi (Memórias)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- CHILCOTE, Ronald H. *PCB: Conflito e Integração*. São Paulo: Graal, 1982.
- CORDEIRO, Cristiano. *Memória e História*. nº 2, São Paulo: LECH, 1982.
- CORREA, Hercules. *A Classe Operária e seu Partido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- DEL ROIO, José Luis. *A Classe Operária na Revolução Burguesa. A Política de Alianças do PCB: 1928-1935*. Belo horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- DILLON, Dorothy. *International Communism and Latin America: Perspectives and Prospectives*. Gainesville: Latin America Monograph, nº 19, Escola de Estudos americanos. University of Florida Press, 1962.
- DULLES, John Foster. *O Comunismo no Brasil – 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FALCÃO, João. *O Partido que eu conheci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- FEIJÓ, Martin Cesar. *O Revolucionário Cordial*. Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

- _____. *A Formação Política de Astrojildo Pereira, 1890-1920*. 2ª ed., Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- FERRER Y GUARDIA, Francisco. *La Escuela Moderna*. Barcelona: Tusquets Editor, 1978. Serie Los Libertarios.
- FONSECA, Carlos da. *O 1º de Maio em Portugal*. Lisboa: Antígona, 1990.
- GALLO, Silvio. *Pedagogia do Risco: Experiências Anarquistas em Educação*. Campinas: Papyrus, 1995.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. *Educação e Movimento Operário*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. *Velhos Militantes*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias. Resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- JOMINI, Regina Célia Mazoni. *Uma Educação para a Solidariedade*. Campinas: Ed. Pontes/ Ed. da UNICAMP, 1990.
- KAMEL, Dílson José Nogueira. *José Otítica: um anarquista brasileiro*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História - UFRJ, 1997.
- KHOURY, Yara Maria Aun. *As Greves de 1917 e o Processo de Organização Operária*. São Paulo: Cortez, 1981.
- _____. *A Poesia Anarquista*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, vol. 8, nº 15, p. 215-247, set. 87/ fev.88.
- KNIEDSTEDT, Frederick. *Memórias de um Imigrante Anarquista*. Organização de René E. Gertz. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1989.
- KONDER, Leandro. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- _____. *A Derrota da Dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- KROPOTKIN, P. *Textos Escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1983.
- LEÔNCIO, Basbaum. *A Caminho da Revolução Operária e Camponesa*. (sob pseudônimo de Augusto Machado) Rio de Janeiro: Calvino, 1934.
- _____. *Fundamentos do Materialismo*. Rio de Janeiro: Epasa, 1944.
- _____. *História e Consciência Social*. São Paulo: Fulgor, 1962.
- _____. *No País dos Iugoslavos*. São Paulo: Edagliht, 1962.

- _____. *O Processo Evolutivo da História*. São Paulo: Edagliht, 1963.
- _____. *Sociologia do Materialismo*. São Paulo: Obelisco, 1959.
- _____. *Uma Vida em Seis Tempos (Memórias)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- _____. *Caminhos Brasileiros do desenvolvimento: análises e perspectivas da situação brasileira*. São Paulo: Fulgor, 1960.
- LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: Roteiro de Libertação Social*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.
- LEUENROTH, Edgard & NEGRO, Helio. *O que é Maximismo ou Bolchevismo*. São Paulo: [s.n.], 1919.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. Mario Grazzini: militante operário. *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, ano I, nº 3, 1986.
- LIMA, Joaquim Celso de. *Navegar é preciso*. Memórias de um operário comunista. São Paulo: Diniz, 1984.
- MAFFEI, Eduardo. *A morte do sapateiro: a saga dos anos 30*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MAGNANI, Sílvia Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MALATESTA, E. *A Anarquia*. Brasília: Novos Tempos, s/d.
- MARÇAL, João Batista. *Comunistas Gaúchos*. Porto Alegre: Tchê!, 1986.
- _____. *Os Anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Unidade, 1995.
- MORENA, Roberto. *História e Memória*. São Paulo: Novos Rumos, nº 4, 1988.
- MORIYÓN, Felix Garcia (org.). *Educação Libertária*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- MOTA, Lourenço Dantas. *A História Vivida (entrevistas)*. 3 volumes. São Paulo: OESP, 1984.
- MOURA, Maria Lacerda de. *A Mulher é uma Degenerada?* São Paulo: Typ. Paulista, 1924.
- _____. *Amai e não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

- NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Florentino de Carvalho*. Pensamento social de um anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- OITICICA, José. *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.
- _____. *Ação Direta*. Meio século de pregação libertária. Rio de Janeiro: Germinal, 1970.
- PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro, 1922-1964*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros*. Memória e História do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PEY, Maria Oly *et alli*. *Pedagogia Libertária*. Experiências Hoje. São Paulo: Ed. Imaginário, 2000.
- PEY, Maria Oly. *Educação Libertária*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1997.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael McDonald. Imigração e Movimento Operário: uma interpretação. In: *Trabalhadores no Brasil*. Imigração e Industrialização. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1990.
- RAGO, Margareth e MOREIRA, Eduardo. *O que é Taylorismo?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- RAGO, Margareth. As Marcas da Pantera. Michel Foucault e a historiografia brasileira contemporânea. *Revista Anos 90. Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, nº 1, maio de 1993.
- _____. *Os Prazeres da Noite*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *Anarquismo e Feminismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- _____. *Entre a história e a liberdade*. Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- _____. O anarquismo e a história. In: PORTOCARRERO, Vera e CASTELO BRANCO, Guilherme (org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REIS, Dinarco. *A Luta de Classes no Brasil e o PCB*. São Paulo: Novos Rumos, 1981.
- RESENDE, Paulo Edgar A. e PASSETTI, Edson (orgs.). *Proudhon*. São Paulo: Ed. Ática, 1986. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 56.

- RODRIGUES, Edgar. *A Nova Aurora Libertária (1945-1948)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.
- _____. *Na Inquisição de Salazar*. Rio de Janeiro: Germinal, 1957.
- _____. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.
- _____. *Breve história do pensamento e das lutas sociais em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvin, 1977.
- _____. *Entre Ditaduras (1948-1962)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1993.
- _____. *Nacionalismo e Cultura Social (1913-1922)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.
- _____. *Novos Rumos (1922-1945)*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1978.
- _____. *Os Anarquistas, trabalhadores italianos no Brasil*. São Paulo: Global, 1989.
- _____. *Os Companheiros*. Vol. 1. Rio de Janeiro: VJR, 1994.
- _____. *Os Companheiros*. Vol. 2. Rio de Janeiro: VJR, 1995.
- _____. *Os Companheiros*. Vol. 3. Florianópolis: Insular, 1997.
- _____. *Os Companheiros*. Vol. 4. Florianópolis: Insular, 1997.
- _____. *Os Libertários*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.
- _____. *Retrato da Ditadura Portuguesa*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1962.
- _____. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1967-1913)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- _____. *Trabalho e Conflito (1906-1937)*. Rio de Janeiro: [s/e], 1977.
- _____. *Universo Ácrata*. (2 volumes). Florianópolis: Insular, 1999.
- RODRIGUES, Leôncio Martins e MUNHOZ, Fábio. Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil. *Estudos CEBRAP*. São Paulo: s/e, nº 7, s/d.
- ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. Campinas: Dissertação de Mestrado em História - UNICAMP, 1998.
- SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. São Paulo: LECH, 1981.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

- SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na Gênese do Populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980.
- STANLEY, Hilton. *A Rebelião Vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- VASCO, Neno. *A Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Rio de Janeiro: União dos Operários em Construção Civil, 1923.
- WEFFORT, Francisco. Democracia e Movimento Operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*. São Paulo: CEDEC, nº 1, 1987.
- WILSON, Edith Dulles. *The Political Evolution of the Partido Comunista Brasileiro: 1922-1970*. Austin: Dissertação de Mestrado - Universidade do Texas, [s/d].
- ZAIDAN, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.